

HUMBERTO SANTOS DE ANDRADE

**Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana
(Salvador, final do século XIX e início do século XX)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Mestre em História
(História e Sociedade).

Orientador: Tania Regina de Luca

**ASSIS
2014**

A553

Andrade, Humberto Santos de

Gráficos e mutualismo: A trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX)./Humberto Santos de Andrade -São Paulo:UNESP, 2014.

151f. : il. (Color.).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Regina de Luca.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista-UNESP.
Programa de Pós Graduação de Mestrado em História.

Referências: f. 121-125.

1.História do trabalho-História. 2.Associação Tipográfica Baiana- Pesquisa. 3.Salvador-História.4.Mutualismo- Trabalhadores. I- UNESP.II- Luca,Tânia Regina de,Prof^ª.Dr^ª.III-T.

*CDD. 981.49
306.09
760*

ANDRADE, Humberto Santos de. 2014. Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX). 151f. (Dissertação de Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Resumo

Nos últimos anos, a historiografia relacionada à história dos trabalhadores e do seu movimento retomou fôlego. Nesse contexto, as associações mutualistas têm merecido atenção especial. O objetivo deste trabalho é tentar compreender e analisar a trajetória da Associação Tipográfica Baiana, sociedade mutualista fundada no ano de 1870, na cidade do Salvador. Essa mutual, cuja existência atravessa os séculos XIX e XX, deixou-nos um importante legado que representa parcela importante da história dos trabalhadores baianos, especificamente do campo e do ofício de tipógrafo. Trazer à discussão acadêmica uma pesquisa que retira do silêncio parte da história dos trabalhadores em Salvador é contribuir para o aprofundamento de questões relacionadas aos mundos do trabalho na sua relação com a formação da sociedade brasileira. A investigação dessa forma de associativismo demonstra que as particularidades do mutualismo ainda têm muito a revelar aos estudiosos da temática, além de proporcionar uma melhor compreensão das formas de organização dos trabalhadores. Palavras Chaves: História do Trabalho, Associação Tipográfica Baiana, Salvador, Mutualismo.

ANDRADE, Humberto Santos de. 2014. Graphics and Mutualism: the trajectory of Associação Tipográfica Baiana (Salvador, late nineteenth century and early twentieth century) 151f. (Dissertation in History) - Faculty of Science and Letters, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Abstract

In recent years, the historiography related to the history of workers and their movement regained momentum. In this context, mutual associations have merited special attention. The objective of this work is to try to understand and analyze the trajectory of Typographic Association Bahia, mutual benefit society founded in 1870 in the city of Salvador. This mutual, whose existence through the nineteenth and twentieth centuries, has left us an important legacy which represents an important portion of the history of Bahian workers, specifically field craft and typographer. Bring to a research academic discussion that removes the silence of the history of workers in Salvador, is to contribute to the understanding of issues related to the worlds of work in its relation to the formation of Brazilian society. The investigation of this form of association shows that the particularities of mutualism still have much to reveal to scholars of the subject, in addition to providing a better understanding of the forms of worker organization.

Keywords: Labor history, Associação Tipográfica Baiana, Salvador, Mutualism.

Agradecimentos

Ao final desta jornada, imensa é a contribuição de várias pessoas para com o resultado aqui obtido. Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Tania Regina de Luca, que se dispôs a acolher aquele projeto inicial, onde me propunha a estudar as associações mutualistas e sindicais na Salvador da Primeira República. Logo nos primeiros momentos, porém, operou-se os cortes necessários e ficamos apenas com as mutuais da capital baiana. Ainda no decurso da pesquisa, percebemos ser inviável, para os nossos objetivos, realizar um estudo panorâmico. Tal situação foi ditada, sobretudo, pela dificuldade de levantar as fontes que subsidiassem essas intenções. Melhor ainda, tivemos a graça de encontrar um conjunto relativamente coeso de uma associação, o que fez com que migrássemos da perspectiva de panorama para a análise de uma trajetória. Daí a Associação Tipográfica Baiana entrar em cena.

Paralelamente ao trajeto de investigação da Tipográfica também se construiu outro trajeto. Era este o meu, saído do Sertão Baiano para aportar-me no Sertão Paulista, ali no Oeste do Estado, aonde cheguei para tentar desbravar o mato bravo do conhecimento. Com Tania, tenho aprendido o ofício de historiador, nem sempre de maneira doce, mas com a competência que lhe é peculiar. Ah, vertigem... Senti a primeira vez na vida ao ler um email seu sobre as barbaridades que eu havia escrito na primeira fase da pesquisa. Choque necessário para compreender os “protocolos acadêmicos”, sem o qual não teria chegado até aqui. Enfim, minha querida orientadora, encerro sua parte por aqui, registrando que aprendi muito contigo e que lhe sou muito grato.

Nesta trajetória, tive a satisfação de fazer grandes amigos na comunidade unespiana. Quero agradecer a todos que contribuíram para o meu aprendizado e acolheram-me em seus corações. Inicialmente, meu primeiro amigo em Assis, o querido Juscelino (Jussa), companheiro de longos diálogos e afinidades. Otávio, também companheiro próximo, e com quem formamos, eu, ele e Jussa, um trio das reflexões sobre as questões acadêmicas e do nosso Brasil, sempre regado com muito riso. Às minhas amigas de terapia e longas gargalhadas, Camila Bueno e Anelize Vergara. Ao Gustavo, pela disposição em receber-me bem na UNESP como também em Assis. À Priscila Miraz e ao seu marido, gente boa, Rafael, pelo carinho e almoços deliciosos. À Mary e Washington, casal maranhense que me acolheu tantas vezes em sua residência de Assis com imenso cuidado. A Igor, pela hospitalidade em

Londrina, todas as vezes que pousava por lá. Aquele que não foi da nossa turma, mas tornou-se um amigo, o querido Fernando Mattioli (Matt).

Na Bahia, não posso deixar de agradecer aos familiares e amigos que contribuíram e incentivaram na realização deste objetivo. À minha mãe, por motivos vários que não caberiam aqui. À minha filha querida, a minha Lara, o “amor de papai”. À minha irmã Ioná, pelo carinho com que sempre me acolheu em sua casa e, além da mesa maravilhosa para os estudos, as iguarias com que me deliciava e ao mesmo tempo engordavam-me. Ao meu irmão, Tiago, que mesmo discretamente (uma marca nossa em família), manifestou sua preocupação com o andamento deste trabalho. Ao meu cunhado e amigo, Josué, leitor e revisor destas páginas em todas as fases da sua construção, e sem cuja disposição não teriam saído a tempo. Ao meu sobrinho, Samuel José (o Zé querido do tio Beto). À Vanessa por toda a contribuição e suporte dispensado. Ao amigo do peito, Fábio Mansano (um paulista que se aportou no “mato branco” do Sertão baiano), pelo incentivo constante, bem como pela fraternidade. Aos amigos Mateus Silveira, Charles Santiago, Fabrício Santiago, Samuel Silva, José Walter, Eduardo Leite, Isabel Silveira. À Tania Prates, pela presteza constante. Ao amigo de longa data, Sérgio Sampaio Macedo. Aos também amigos, Márcio Matos, Emanuel, D. Maria, pelos almoços que só ela sabe fazer. Estendo também à Cida Lima, Tatiana Lula, colegas e amigas de trabalho. Aos meus médicos, José Wilton, pela palavra forte num momento crucial, e Daniele Pedreira, pelo carinho e cuidado. À Lícia, pelo cuidado. Agradeço também aos que me acolheram em Salvador durante as pesquisas, ao primo querido, Luís Augusto, e também à Andréia e sua querida mãe, Norma. Agradeço à Keila Tamara e Lívia Santos. Aos primos do coração, Álisson Menezes e Adoniran Andrade Cunha. Aos meus queridos tios, Elias, pelo carinho e pelas frequentes perguntas, toda vez que nos encontrávamos, sobre “esse tal de mestrado”, e à minha amada tia Marta. Também agradeço à minha professora Cleide de Lima Chaves, pelas ideias lá onde tudo começou. Ao pesquisador Gleuber Ferreira, fundamental na localização das fontes aqui utilizadas. A Luís Guilherme Pontes Tavares, pela disposição em indicar-me pistas valiosíssimas sobre a Tipográfica Baiana. A Ruy Medeiros, também pelas indicações importantes para esta pesquisa. Finalmente, agradeço aos tipógrafos, livreiros e litógrafos da velha e querida Salvador que legaram os seus registros para a História.

Enfim, perdoem-me se esqueci de alguém. Um abraço forte em todos.

*Para Valdemar José de Andrade, meu pai,
in memoriam.*

SUMÁRIO

Introdução	10
 Capítulo 1 – Mutualismo como questão historiográfica	21
1.1 – O estado da arte historiográfico	22
1.2 – Características do objeto de estudo.....	30
1.3 – As fontes	34
1.4 – O debate em torno do mutualismo	35
1.5 – Panorama do mutualismo na Bahia.....	40
1.5.1 – Sociedades mutualistas de trabalho em Salvador	42
 Capítulo 2 – A associação tipográfica baiana e a cultura associativa dos trabalhadores gráficos de Salvador	53
2.1 – A fundação	57
2.2 – A instalação.....	63
2.3 – Salvador e o ofício de tipógrafo.....	65
2.4 – A instrução	69
2.5 – Um órgão de imprensa dos tipógrafos baianos	73
2.6 – A estrutura da revista da Associação Tipográfica Baiana	76
 Capítulo 3 – O movimento financeiro, social e administrativo	85
3.1 – Panorama da saúde financeira da Associação Tipográfica Baiana	86
3.1.1 – Os socorros: auxílios a funerais e pensões.....	86
3.1.2 – As receitas	89
3.2 – O movimento social	92
3.3 – O movimento dos trabalhadores	94
3.4 – Análise de um Relatório de Exercício	96
 Considerações finais.....	116
 Fontes citadas.....	119
 Referências.....	121
 Anexos.....	126

Introdução

Nem por si só, nem para si só vive o homem.

A sábia natureza, que dotou cada um, diversamente, de maior ou menor soma de inteligência, atividade e energia, prendeu-os a todos por um inquebrantável laço de dependência e sociabilidade, formando-os da mesma origem, confundindo-os em uma só família, que tal é a humanidade, a despeito das separações territoriais, da divisão de continentes e da diversidade de clima.

Possuidor de imensos cabedais, dinheiroso, no fastígio das posições, o homem pode cegamente julgar-se independente dos que o cercam, mas de fato não o é: sua riqueza, sua grandeza por si sós não são elementos que o possam manter. Ai dele, se não o auxilia o braço que faz multiplicar sua fortuna! Que seria desse indivíduo se deixasse de se mover o braço que tece a fina fazenda que ele veste, que pule as caras botas que ele calça, que cultiva os raros legumes que ele come?

Perderia, por certo, o gozo dessa independência que se irroga, à falta de quem satisfizesse seus caprichos, de quem cumprisse suas mínimas ordens.

Sórdido egoísmo, insólitos preconceitos, obumbrando-lhe a perceptividade das coisas, poderão arrastar o homem a querer se afastar do convívio dos seus semelhantes; mas esse mesmo interesse individual com que cada um se preocupe os há de aproximar tanto uns dos outros, seja para escravizar os mais fracos, tirando proveito da sujeição que lhes impuser ou porque em comum mais largamente os possa adquirir, que não desmentirá o velho axioma de que “o homem é um animal essencialmente sociável”.

E o homem sociável não pode ser refratário à associação, que é a mais solene afirmativa da sociabilidade.

[...].

Não somos um desmentido à lei da sociabilidade, contra a qual só a misantropia se insurge; pelo contrário, ninguém mais sociável do que o tipógrafo, que, sempre benquisto, no seio de todas as classes conta inumeráveis simpatias, dispõe de relações e justo conceito.

[...].

A organização é a vida; e um corpo, uma sociedade desorganizada vai caindo de atrofiamento em atrofiamento até que, enfim, se aniquila, desaparece!

[...].

Então, em nome do nosso e do bem estar da família; pela vida desta mesma classe e para glória nossa, abjuremos a desunião, e, olhos no futuro, marchemos para a *Tipográfica*, que só ela, fortalecida pelo concurso de todos nós poderá minorar os sofrimentos que afligem a classe a que pertencemos.¹

A citação acima faz parte de um artigo publicado no primeiro número da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, saído do prelo em Julho de 1902. Neste ano, materializou-se o sonho, alimentado desde a fundação da entidade em 1870, de criar-se um órgão de imprensa que instrísse os seus associados. Trata-se de um texto que objetivava chamar os tipógrafos baianos a se agregarem em torno da Associação, salientando-se a sua importância, enquanto organização, para a consecução das aspirações daqueles que integravam o ofício de artista gráfico. Tal excerto constitui-se em importante testemunho da preocupação dos membros da Associação em fazerem-se legítimos representantes desse segmento dos trabalhadores baianos.

¹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Julho, 1902, nº 1, p. 3-4.

Além disso, outro tema tratado é o significado de pertencer à sociedade, que fornecia aos seus membros oportunidade de convivência e troca de experiências. Exortavam-se os gráficos a se filiarem, assinalando as vantagens desse pertencimento. Na revista também se abria espaço para a virtude do tipógrafo, em especial, a cultura associativa. A representação que faziam de si apontava para uma concepção que os distinguia de outros ofícios também relacionados às “artes mecânicas” e os situava nas “artes liberais”.

Tal visão de mundo perpassou a trajetória dos membros da Tipográfica Baiana, bem como da sua produção escrita. O desenvolvimento dessa sociedade de socorros mútuos, na cidade do Salvador, permite perceber os liames e clivagens que marcaram a sua história na Bahia de fins do Oitocentos e primeiras três décadas do Novecentos, evidenciando o que foi o mutualismo e a sociabilidade entre trabalhadores no período investigado.

O objetivo desta pesquisa foi o de acompanhar a trajetória da Associação Tipográfica Baiana, sociedade fundada por 68 tipógrafos, livreiros e litógrafos na capital baiana em 30 de Outubro de 1870 e instalada em 16 de Abril de 1871. O recorte temporal foi condicionado pelas fontes disponíveis, que compreendem o período 1870 e 1937, ano do último relatório de exercício localizado.

A intenção foi a de contribuir para preencher parte da lacuna existente na historiografia baiana sobre o mutualismo, fenômeno associativo de grande importância na história dos trabalhadores e da sociabilidade no Brasil. Trata-se de um recorte na trajetória de uma associação mutualista específica, que permite vislumbrar tanto uma forma de sociabilidade, quanto a atuação de entidades desse gênero na dinâmica social da cidade.

Optou-se por apenas uma associação em virtude, sobretudo, da quantidade de material encontrado sobre a Tipográfica Baiana. De um estudo panorâmico do mutualismo em Salvador, que se pretendia inicialmente, acabou-se por um exame de trajetória. Aquele dificultado, sobretudo, pelas condições encontradas nos arquivos públicos da Bahia, em condições muitas vezes lastimáveis para os que se dedicam ao ofício de historiador.

Como grata surpresa, encontrou-se material abundante sobre a Tipográfica, o que permitiu desenvolver um trabalho que não contempla a entidade em muitos dos seus aspectos. As fontes abarcam o período de maior atividade da entidade, cabendo ressaltar a total ausência de documentação após 1937.

Elemento importante, para a compreensão da pesquisa, é o fato de a mesma dedicar-se ao exame de uma associação mutualista de trabalhadores, pois, como é sabido, o mutualismo, em sua complexidade, comportou uma variedade de sociedades com objetivos na mesma proporção.

A historiografia sobre o tema possibilitou compreender as especificidades que as caracterizavam, fossem as de trabalhadores, tal como a Tipográfica Baiana, ou étnicas, de empresa, recreativas, assim como o que as diferenciavam das irmandades, filantrópicas e os sindicatos, consolidou o entendimento das múltiplas facetas do associativismo no Brasil. Contribuíram, dessa forma, as leituras de dissertações e teses que nos últimos anos foram produzidas no país, o que proporcionou a tomada de conhecimento não só da existência do mutualismo em vários Estados, como também a constatação das motivações e temporalidades específicas de cada lugar.

As fontes da pesquisa compõem-se, sobretudo, dos relatórios de exercícios anuais e dos dois periódicos publicados pela Associação Tipográfica Baiana. Além destes documentos, foram encontradas algumas referências à entidade no *Diário Oficial do Estado da Bahia*, edição especial do Centenário da Independência, de 1923. Infelizmente, não foi possível localizar os estatutos relativos ao período de fundação e instalação, tampouco as outras versões resultantes de algumas reformas ocorridas nos mesmos, conforme indiciam as fontes compulsadas. O acesso a esse tipo de material seria importante para se ter ideia mais aproximada, por exemplo, dos critérios de admissão, entre outros elementos normativos que regiam a sociedade. Contudo, a riqueza de informações contidas no que o tempo e as instituições preservaram, permitiu ter elementos de sobejo para uma visão, muitas vezes detalhada, do que foi a Tipográfica Baiana.

No início das pesquisas, quando foram feitas incursões ao Arquivo Público do Estado da Bahia - APB, a primeira fonte encontrada foi o artigo que tratava da Tipográfica na edição comemorativa de 1923 do *Diário Oficial do Estado da Bahia*,² em que se noticiava a sua fundação e instalação, número dos fundadores e suas ocupações nas artes gráficas, local onde se realizou sua instalação, quem foram seus primeiros presidentes (provisório e efetivo), o presidente à época do Centenário da Independência, o Sr. Theodomiro Baptista, eleito em 25 de Março de 1923, a descrição e valor do seu fundo social, bem como sobre a aprovação dos seus primeiros estatutos e a criação da biblioteca.³ Além disso, o Diário relatava “alguns feitos da Tipográfica”, como a concessão do primeiro título de sócio honorário, os festejos promovidos por ela em homenagem ao Centenário da Imprensa na Bahia entre outras realizações.⁴

² Cf. *Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923*. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004, p. 397.

³ Idem.

⁴ Ibid.

Após esse momento, novas incursões foram feitas aos arquivos da capital baiana, especialmente à Biblioteca Pública dos Barris, ao Instituto Histórico da Bahia, além de consultas ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, como também incursões ao local de funcionamento da última sede social da Tipográfica, na Rua do Castanheda, na Mouraria, tentando encontrar vestígios da Associação. Infelizmente, não mais se encontrou funcionando a entidade, e mais informações na localidade de sua sede não se obteve nenhuma.

Todavia, na Biblioteca Pública dos Barris, foi onde, felizmente, encontrou-se a maior parte das fontes aqui analisadas. Lá, estão arquivados a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, os relatórios de exercícios anuais, bem como, mais tarde descoberto, o Boletim Gráfico. Este já havia sido localizado anteriormente no Arquivo Nacional.

Esses periódicos e os relatórios de exercícios tornaram possível a realização da pesquisa. Sem eles, não seria possível fazer uma tentativa de reconstrução histórica, mesmo que parcial, da trajetória da Associação Tipográfica Baiana. Neles, foi possível perceber o desenvolvimento histórico da entidade, seu funcionamento, a quem atendia, suas dificuldades em relação aos próprios integrantes do ofício, a representação que fazia de si, a preocupação com a instrução - elemento distintivo dos tipógrafos, livreiros e litógrafos – e sem a qual tinham muito dificuldade em afirmar-se no mundo do trabalho e das distinções sociais.

Além dos relatórios completos dos anos entre 1904 e 1912, localizaram-se os referentes aos exercícios de 1924, 1928 e 1937. Cada relatório desses compunha-se de, em média, 35 a 40 páginas. Como se pode observar detalhadamente, ao final da dissertação, os relatórios continham todo o movimento social e financeiro da Associação, que consistia em entradas e saídas de sócios, concessão de títulos, socorros e pensões, receitas e despesas, ofertas de livros, fundo social, celebrações que promovia ou fazia parte, parecer do conselho fiscal. No que tange aos exercícios anteriores a 1904, só foi possível obter informações em virtude de, no número 10 da *Revista da Associação*, terem sido publicados excertos dos relatórios desde o primeiro exercício até o de 1903.

A *Revista da Associação Tipográfica Baiana* foi o primeiro periódico publicado pela entidade,⁵ cujo primeiro número saiu em Julho de 1902 e durou até o ano seguinte, com

⁵ Foi possível constatar-se a existência de pelo menos mais sete periódicos publicados por tipógrafos em Salvador antes do surgimento da *Revista da Associação Tipográfica Baiana* em 1902. Foram eles, *O Labor*, publicou uma série de 10 números durante o ano de 1876; *O Tipógrafo*, publicado durante o ano de 1878; *Espelho Mágico*, publicado durante o ano de 1882; *A Luta*, publicado entre os anos de 1883-1884, do qual um dos redatores era Prudêncio de Carvalho; Um outro também intitulado *A Luta*, publicado no ano de 1891; *Revista Tipográfica*, saiu em 4 números em 1897; *A Bahia Tipográfica*, em 1900.

dezesseis números publicados. Era, segundo o seu editorial, uma “publicação técnica e instrutiva”.⁶

O *Boletim Gráfico* foi uma publicação posterior à *Revista*, lançada em 4 de Outubro de 1916 e que circulou, ao que parece, até Outubro de 1932, tendo uma existência mais longa que o periódico anterior, passando inclusive por três fases distintas. A publicação também se propunha a ser um órgão de difusão e ensinamentos, na medida dos seus conhecimentos.⁷ Além disso, dizia-se não ser um órgão de combate, e sim, de propaganda da Associação.⁸

Criticavam o que julgavam ser o antigo costume dos periódicos de anunciarem um programa que, na verdade, não cumpriam, tempo em que convocavam os redatores do *Boletim* para que não se afastassem daquele “velho hábito” de se ter um programa e tentar segui-lo em “linha reta”.⁹ O *Boletim*, devidamente autorizado pelos estatutos, saía quinzenalmente, autorizado pelos Estatutos da Associação. Suas colunas eram abertas a todos os artistas gráficos, desde que assinadas e tivessem em mira “educar, corrigir, esclarecer questões que tragam interesse à classe em geral e ao engrandecimento da Associação da qual ele é o verdadeiro órgão”.¹⁰

Sobre a Associação Tipográfica Baiana, como dito anteriormente, só foi possível coletar-se dados até o ano de 1937. Daí em diante, não há mais vestígios, pelo menos nas fontes aqui amalhadas. O único vestígio encontrado sobre a Tipográfica Baiana, e que dá uma pista do seu destino, é a comunicação de trabalho apresentada no Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, por ocasião XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, em Salvador, no ano de 2002. Conforme esse documento, a Tipográfica, àquela época, funcionava precariamente numa pequena sala no subsolo de um prédio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, localizado na Rua Frei Vicente, s/nº, no Pelourinho, “desprestigiada e sem funções”.¹¹ Esse parece ter sido o fim da entidade que viveu momentos auspiciosos dentro dos limites de uma associação de trabalhadores na Bahia, sobretudo no início do século XX, quando possuía tanto um capital financeiro quanto um capital social que, pelas páginas dos seus periódicos, permitem entender como funcionava com regularidade sob aquelas circunstâncias.

⁶ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº I, Bahia: Julho de 1902.

⁷ Cf. *Boletim Gráfico: órgão da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº I, Bahia: Outubro de 1916, p. 1.

⁸ Idem.

⁹ Ibid.

¹⁰ *Boletim Gráfico: órgão da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit.

¹¹ Cf. CARVALHO, Kátia de. *As práticas editoriais do XIX e início do século XX e o papel da Associação Tipográfica da Bahia*. Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/Ba, 04 e 05 de Setembro de 2002.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, discute-se o mutualismo enquanto questão historiográfica, com vistas a fornecer o estado da arte do tema, as características do objeto de estudo, as fontes utilizadas, o debate em torno do mutualismo, o panorama do mutualismo na Bahia e as sociedades mutualistas encontradas em Salvador.

Em seguida, o tema é a Associação Tipográfica Baiana e a cultura associativa dos trabalhadores gráficos de Salvador. Elementos como a fundação, a instalação, o status do ofício de tipógrafo, a instrução como um dos objetivos centrais da entidade, a *Revista da Tipográfica* e sua estrutura são analisados.

No terceiro e último capítulo, volta-se para a dinâmica interna da Associação. Seu movimento financeiro, social e administrativo também é analisado, dedicando-se maior atenção àqueles elementos que faziam da Tipográfica uma sociedade de socorros mútuos, mas tipicamente de trabalhadores. Assim, os auxílios e pensões são investigados, as fontes de receita da entidade, o movimento social, sua postura diante de uma greve e, por fim, é feita a análise de um relatório de exercício, que ilustra como se desenrolava o funcionamento da sociedade durante o período de um ano.



Figura 01 – Diário Oficial, edição especial do Centenário da Independência da Bahia.

REVISTA

DA

Associação Typographica Bahiana

ANNO I

BAHIA, JULHO - 1902

NUM. 1

UMA ESPERANÇA

QUANDO, ha cerca de cinco seculos, o mundo se debatia impotente nas garras da oppressão, da extrema desigualdade social e das revoltantes superioridades de sangue,—uma esperança surgiu para a confraternisação dos homens.

João Gutenberg, inventando a Imprensa, apontava ao Universo o pharol que o devia levar á conquista dos sagrados ideaes da Justiça e da Liberdade.

Desde então, sempre guiada pelo grande astro, a Humanidade trilha, a passos avantajados, a estrada larga do Progresso, removendo, em seu caminhar ininterrupto, os tropeços e embaraços que a noite da ignorancia, tudo envolvendo em tenebrosas trevas, empenhadamente lhe occultava aos olhos, ávidos de luz.

E não nos taxem de exagerado optimismo a veridica affirmativa: Embora dissipada a escuridão que dominava o orbe, bem o sabemos, innumerados obstaculos ainda hoje difficultam o glorioso proseguir do homem.

Mas, si muito resta a fazer, forçoso é confessar, não menos se ha conseguido: A quéda da Bastilha e a consequente victoria da egualdade social; a abolição da escravatura ou equiparação do homem a seu semelhante; o desaparecimento dos governos despoticamente absolutos e varios outros feitos que enaltecem a historia humana—são provas evidentissimas do que expendemos.

Ainda presentemente, para mais comprovar a nossa humilde palavra, entre outros factos, não menos nobres e altruisticos, é incontestavelmente sensivel a diminuição do numero das guerras. A humanitaria *arbitragem* decide

Figura 02 – Revista da Associação Tipográfica Baiana, ano 01.Nº 01.

NUM. 1 — ANNO I

Boletim Graphico

Orgão da ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA BAHIANA

Sede — Rua Ferreira França, 42

Bahia: 4 de Outubro de 1910

O Boletim Graphico

É um antigo costume iniciar-se um jornal ou periódico com um programma que, verdade é confessar, ainda nenhum cumpriu a riscar, mas nos afastemos deste velho habito; tracemos tambem o nosso, tiremos uma linha recta e vamos de um ponto a outro assignalando e registrando os factos, diffundindo e ensinando na medida de nossos conhecimentos, tudo o que se referir ás Artes Graphicas.

O *Boletim Graphico* não é um órgão de combate, é um periodico de propaganda da Associação Typographica.

Intervém, portanto, para o artista e para o industrial e para o negociante deste ramo de commercio.

Não pretendemos atacar este ou aquelle, não, em nossas columnas somente terão guarida os artigos instructivos, as divulgações de melhoramento nas Artes Graphicas.

O nosso esforço talvez não seja de todo infructifero! e é por isso que, na estrada luminosa da publicidade, damos hoje o primeiro passo, confiantes na coadjuvação sincera e desinteressada dos nossos companheiros de Arte.

Eis a linha recta que tracemos á guisa de programma.

O *Boletim Graphico*, é uma publicação mensal autorizada pelos Estatutos da Associação. Suas columnas serão francas á collaboração de todos

os artistas Graphicos, desde que ella venha assignata e vise educar, corrigir, esclarecer questões que tragam interesses á classe em geral e ao engrandecimento da Associação da qual elle é o verdadeiro órgão; e não convencidos estamos de que o *Boletim Graphico* elevará a classe Graphica bahiana que seguiremos o nosso caminho, impavidos, sem vacillações, nem tibiezas.

PREDIO DA SEDE SOCIAL

Rua Ferreira França 42 (antiga Castanheda)

A Associação Typographica Bahiana, foi fundada em 20 de Outubro de 1870, sob a iniciativa dos individuos typographos Domingos Francellino da Silva, Eduardo Galvão e Joaquim Cassiano Hypolito, e inaugurada em 16 de Abril de 1871 em sessão solenne no Paço Municipal. Em 1889 adquiriu o predio para sua sede a Rua S. Miguel, arrendando-o em graça publica por 1:200.000, o qual visto as necessidades associativas, adquiriu por 3:000.000. Com o crescimento de aulas e Bibliotheca, e crescente augmento do quadro de seus associados se iniciou a aquisição de um predio ainda maior, foi por isso que em 1914 foi adquirido o da Rua Ferreira França, em que ora funciona, de propriedade do Sr. Antonio Lisbon, tendo ainda sido feita a permuta com o da Rua do Sal-da-lua entrando a Associação com o excedente. Este imovel está no valor de Res. 51:712.250.

O poder das associações

Não se discute a necessidade, pelos beneficios que podem promanar e, effectivamente, de seu acouamento decorrem, das sociedades.

Nucleos, onde os individuos se arremigram para o mutuo auxilio em momentos difficiliosos da vida; para altas discussões, a permuta de idéas no esmiuçar problemas scientificos ou no discurrir sobre assumptos

literarios; para a existencia nos casos de usupação, espesinhamento e arbitrariedade—as sociedades em geral, têm um grande valor fructificante, que as tornam cada vez mais uteis e indispensaveis.

Exemplos os ha muitos, porque muitas são as instituições de preciaos homens de sciencia ou de humildes operarios, que hão progredido e se acham, pode se dizer, sem receio de exaggerar, no pleno periodo de maturidade,—lá, no velho mundo, ensanguentado, e, mesmo aqui, neste bello paiz assoberbado pela politica.



Figura 03 – Boletim Gráfico, Ano 01, Nº 01.

Capítulo 1

O mutualismo como questão historiográfica

O mutualismo como questão historiográfica tomou corpo principalmente a partir dos anos oitenta do século XX. Naquele momento, começava a se forjar preocupação cada vez maior com a compreensão dessa forma específica de sociabilidade urbana. Tal forma de organização, presente em algumas capitais brasileiras, ainda não tinha recebido atenção mais acurada por parte dos pesquisadores. Era como se, no universo da história social, o mutualismo fosse uma forma menor de sociabilidade dos indivíduos. Os estudiosos das variadas formas de associativismo pareciam não perceber a complexidade e a dimensão do mutualismo no Brasil, fato que condenava essas entidades ao desprezo ou a caracterizarem-se por um estatuto inferior.

Neste capítulo, o foco centra-se nas características do mutualismo enquanto objeto de estudo e sua especificidade enquanto modelo associativo. Sobre o que se deve considerar uma associação mutualista há diferentes perspectivas, daí ser importante esclarecer a apreensão aqui utilizada. Em seguida, analisa-se o debate historiográfico em torno das mutuais, com destaque para os últimos vinte anos, bem como as abordagens privilegiadas quando se tenta entendê-las. Por último, são apresentadas algumas mutuais de Salvador, contextualizadas historicamente.

1.1 O estado da arte historiográfico

As sociedades mutualistas, como fenômeno histórico, surgiram no Brasil no período compreendido entre o Primeiro Reinado e o fim da Primeira República, isso em virtude de mudanças na legislação brasileira que regia a criação de associações de várias naturezas no pós-independência. O marco dessa mudança foi a regulamentação dada pela Constituição de 1824, no que respeita ao exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Vale lembrar que a Carta outorgada por D. Pedro I proibiu as corporações de ofícios. É provável que as mutuais que se organizaram no início da década de 1830 carregassem, nos seus primórdios, práticas herdadas das corporações, situação que se alterou com as transformações operadas no mundo do trabalho.

O artigo 179 da Carta de 1824 tratava da “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” e tinha por “base a liberdade, a segurança individual e a propriedade”, enquanto no inciso XXV determinava que estavam “abolidas as Corporações de Ofícios, seus Juizes, Escrivães e Mestres”¹². Uma década depois de tal proibição, surgiu uma nova experiência associativa no Brasil, materializada nas associações mutualistas, ou seja,

¹² Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm.

entidades que, “mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas”¹³

Além disso, as mutuals poderiam assumir funções que iam desde a formação profissional do indivíduo, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia,¹⁴ até a constituição de espaços nos quais a preocupação centrava-se na cultura¹⁵ dos associados, que podiam ter acesso a livros, periódicos e mesmo a aulas noturnas. Tal como no caso inglês, as associações mutualistas não cumpriram apenas fins previdenciários, mas compreendiam uma cultura de reciprocidade, para retomar os termos de Thompson. Essa cultura redundava em organizações do tipo da sociedade de aperfeiçoamento mútuo, “formal ou informal, que se reunia semanalmente com o propósito de adquirir conhecimento”¹⁶.

As grandes sínteses sociológicas, que tratam da formação da classe operária brasileira, não conseguiram dar azo à imensa e multifacetada configuração social do país. Como afirma Maria Célia Paoli, discutindo “essas histórias que se perderam e cujo registro se acha pelos cantos dos jornais da época”, não atentar para a heterogeneidade tanto da classe operária quanto dos processos¹⁷ de industrialização do Brasil, é deixar de perceber e registrar “a visível *heterogeneidade* da classe operária em formação, o caráter particular e concreto das relações de dominação.”¹⁸

Até fins da década de 1970, a maioria dos trabalhos de pesquisa histórica ou sociológica postulava a inexistência da classe operária no Brasil antes de 1930.¹⁹ No que toca às associações mutualistas, eram tomadas como um embrião dos sindicatos, relegando-as a uma protohistória do sindicalismo brasileiro. Aliás, o adjetivo embrionário é a expressão utilizada por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982), quando tratam das primeiras associações e manifestações de classe entre os operários brasileiros. Além da abordagem

¹³ LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 7.

¹⁴ Cf. LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. Aqui, um caso interessante de uma entidade que inicia sua trajetória como uma mutual forjada a partir da conjugação dos interesses de trabalhadores e da elite política e econômica baiana, tendo sua história marcada pelos interesses de ambos os segmentos sociais, inclusive fazendo parte da estrutura estatal de formação e qualificação dos operários.

¹⁵ Utilizo este termo aqui no sentido de acúmulo de conhecimentos, sejam eles literários, científicos ou outros. Ainda não me refiro a uma “cultura associativa”, no sentido do que pode ter ocorrido como parte do fenômeno mutual no Brasil e que trataremos mais adiante.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. III, p. 340.

¹⁷ Digo processos, pois, dependendo de região/Estado para outra/outra, os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico poderiam ser diversos.

¹⁸ Cf. PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.), *Cultura e identidade operária*, ed. Marco Zero, 1987, p. 63.

¹⁹ Idem, Paoli refere-se às obras de RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976 e, por fim, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil – 1930-1945*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1979. A autora assinala ainda que, provavelmente, essa ideia advinha do pensamento de Oliveira Vianna.

realizada pelas sínteses sociológicas, conta-se também com uma produção que a antecede, vinculada aos militantes.²⁰ Essa história iniciou-se já nos primeiros anos do século XX, com trabalhos como o de Evaristo de Moraes,²¹ conforme observou Cláudio Batalha.²²

Nos anos 1950 e 1960, o tratamento dado ao tema da história dos trabalhadores caracterizou-se principalmente, segundo Batalha, por duas formas de abordagem: as efemérides e as histórias de “corte” ou histórias “inaugurais”, às quais se podem adicionar o gênero memórias, aliás, presentes ao longo de todo o século XX.²³ Como traço comum dessa produção militante sobressai “a função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou, ainda, do indivíduo militante”²⁴.

A história dos trabalhadores no Brasil é tributária de produções de cunho sociológico, preocupadas em construir grandes sínteses explicativas da “evolução” e “desenvolvimento” da classe operária. Tais pesquisas ancoravam-se num modelo de interpretação que relegava tudo o que era considerado como pré-político ao limbo dos trabalhos acadêmicos. Neste espaço entre o dito e o não dito da historiografia, encontravam-se as associações de socorros mútuos, desprezadas tanto pela produção acadêmica quanto pela produção militante. Como escreve Luca,²⁵ “analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores”. Essas interpretações a que nos referimos são as que estão presentes nos trabalhos de autores brasileiros das décadas de 1960 até 1980, quando o desprezo pelo mutualismo “subordinava-se menos à sua pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores”. A ideia de “embrião – aquilo que não pode ser definido pelo que é, mas pelo que virá a ser – fez escola.”²⁶

Não tratavam do mutualismo como um objeto digno da pesquisa histórica por não se enquadrar nos modelos “típicos” da classe operária, tomados como paradigmas de transformação. Na visão dos historiadores do trabalho, em geral adeptos de uma postura militante tanto dos operários quanto de si próprios, o movimento operário digno de cidadania historiográfica iniciava-se com os sindicatos.

²⁰ Cf. Georges Haupt, Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

²¹ MORAES, Evaristo de. *Apostamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

²² BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

²³ Idem.

²⁴ Ibid., p. 147.

²⁵ LUCA, Tania Regina de. *Op. Cit.*, p. 7.

²⁶ Idem.

Reflexo da postura evolucionista é o apego à cronologia que, a despeito da sua importância, não deve sobrepor-se à dinâmica própria e às “peculiaridades” da classe operária brasileira e do seu movimento, que comporta rupturas e continuidades.

Tal como assinalou Thompson ao estudar os efeitos das “inovações” tecnológicas na Inglaterra industrial e a consequente “exploração” das classes trabalhadoras, eram múltiplas as formas organizativas:

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária²⁷.

Talvez aqui se delineie um ponto polêmico, principalmente nas abordagens mais recentes do mutualismo no Brasil,²⁸ debate que envolve distintos “lugares sociais” da pesquisa acadêmica. Primeiro, uma interpretação mais voltada para a compreensão de que as sociedades mutualistas comportaram, na sua trajetória, potencialidades de formação da classe operária para si e em si. Outra vertente entende que nem mesmo a categoria “classe social” seria apropriada para o seu estudo e, por fim, uma terceira que as relacionavam ao atendimento de necessidades, sem maiores preocupações com a construção de uma identidade operária ou classista.²⁹

A investigação realizada por Tania de Luca acabou por renovar a compreensão que se tinha acerca dessas associações de trabalhadores ou operários, pois contém evidências empíricas que, ao contrário do que estava sacramentado na historiografia brasileira referente ao tema, as mutuais não foram o embrião de organizações tais como os sindicatos, desconstruindo-se, assim, a lógica de sucessão. O que se constata, como um dos resultados da obra *O sonho do futuro assegurado*, é que associações mutualistas conviveram no mesmo espaço temporal e geográfico com sindicatos, principalmente na Primeira República.

Do ponto de vista teórico, também se iniciava a reavaliação do que se entendia sobre as formas de organização da classe operária. A concepção que regia os estudos sobre a classe trabalhadora remetia a um quadro em que esses vários tipos de associações de trabalhadores eram arrolados de forma linear, a partir de uma orientação típica de um etapismo, subjacente a

²⁷ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, v. II, p. 17.

²⁸ Veja-se a esse respeito dois artigos: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente.*; e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*, ambos publicados no dossiê da Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

²⁹ Ver SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, RS: 2004. Tese (doutorado). - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

uma ideia teleológica da história. Luca propõe que, além de se romper com a visão do mutualismo como algo estanque que apenas deu lugar em etapa ulterior aos sindicatos, se compreenda o mutualismo como um

objeto de análise distinto e dotado de especificidade: [...] as sociedades de auxílios foram tomadas como representantes de uma fase inicial e curta, logo seguida pelo aparecimento dos sindicatos. [...]. Por outro lado, a suposta incompatibilidade entre as mutuais e o desenvolvimento de relações capitalistas de produção não resiste a uma análise mais profunda.³⁰

É possível perceber que as sociedades de socorro mútuo – enquanto uma forma de manifestação da cultura associativa dos trabalhadores – são, de fato, anteriores, no espaço e no tempo, aos sindicatos e outras organizações tidas como de “resistência”. Porém, não se infere disso que as mutuais gestaram os sindicatos – sendo assim uma forma prototípica dessas organizações –, tampouco sua existência foi curta e seu ocaso ocorreu no alvorecer das novas relações sociais e econômicas que se estabeleceram com o fim do sistema escravista. Pelo contrário, as mutuais não deixaram de existir, o que aponta para o fato dessas organizações terem sido “contemporâneos e não excludentes”³¹. Portanto, são duas formas distintas de associação de trabalhadores para o interesse do estudo aqui empreendido, mesmo porque as mutuais não se restringiam ao universo dos trabalhadores, poderiam comportar outros tipos de interesses que não necessariamente os de ofício.

Segundo se apurou, a primeira mutual criada no Brasil foi a Sociedade dos Artífices, em 16 de dezembro de 1832, na província da Bahia.³² Outras mutuais surgiram, caso da Sociedade Auxiliadora das Artes e Beneficente, em março de 1835, “com o fim de tratar do melhoramento das artes e de beneficiar os associados e suas famílias,”³³ e da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em Recife, que tinha como objetivo “instruir e socorrer seus membros”³⁴. Assim, o mutualismo em Salvador precedeu outras regiões, mesmo que num intervalo de poucos anos.³⁵

³⁰ LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 8.

³¹ *Idem*, p. 11.

³² Cf. BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

³³ Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *Op. cit.*

³⁴ Cf., CORD, Marcelo Mac. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. - . Tese (doutorado em História). Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009, p. 9.

³⁵ Cf. Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

O mutualismo, no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, tem sido um objeto de apreciação e investigação mais constante no campo da História, em especial da História Social do Trabalho. Destaca-se um volume considerável de dissertações e teses produzidas pela Unicamp, no Programa de Pós-Graduação em História, que tratam do mutualismo em diferentes estados da federação - São Paulo (capital e interior), Rio de Janeiro (capital), Santa Catarina (Florianópolis) e Pernambuco (capital).

Um desses trabalhos que se debruçam sobre o tema – mesmo que de maneira não exclusiva – é o de Artur José Renda Vitorino, *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*, que não se atém apenas ao mutualismo, mas se propõe a analisar o sindicalismo e a mudança técnica no campo dos trabalhadores tipográficos de São Paulo e Rio de Janeiro.³⁶ Vitorino, segundo Batalha, é original no sentido de que faz um recorte diacrônico, ao invés de optar pela linearidade, reforçando, com cores fortes, os momentos cruciais do desenvolvimento técnico e organizativo dos trabalhadores gráficos.³⁷ Questões associadas aos trabalhadores gráficos, como a possível maior consciência de classe e certa superioridade intelectual, são tratadas pelo autor.³⁸

Já o trabalho de Moacyr Manfrin Jr sobre as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) dos ferroviários aborda a proteção legal da classe operária. O trabalho volta-se para um momento crucial da história do mutualismo quando, no âmbito federal, as autoridades criaram organismos que desempenhavam funções até então cumpridas pelas sociedades de socorros mútuos.

As CAPS, segundo a Lei nº 4.682 de 24/01/1923 – conhecida como Lei Eloy Chaves – deveriam abranger todas as ferrovias do país e respondiam ao desafio que as mutuais não mais conseguiam pagar as pensões devidas aos associados, um dos benefícios essenciais oferecidos por essas entidades. As ferrovias somavam décadas de existência e o número cada vez maior de sócios e viúvas dependentes dos cofres das entidades acabou por solapar as suas finanças.

Além das dificuldades das mutuais, o interesse dos empresários pelas CAPS explica-se pelo fato de passarem a despender apenas 1% da renda bruta das estradas. Vale lembrar que as mutuais das ferrovias eram patrocinadas pelos empregadores, que concorriam com

³⁶ Cf. VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, p. 11.

³⁷ Idem.

³⁸ Ibid., pp. 11-2.

considerável soma, uma vez que os descontos compulsórios dos funcionários não eram suficientes para fazer frente às dificuldades de caixa.³⁹

Com a promulgação da Lei Eloy Chaves, em 1923, inicia-se o declínio das sociedades de socorros mútuos organizadas em empresas.⁴⁰ Tal fato, conjugado ao próprio desenvolvimento da legislação previdenciária brasileira, é patente no final da Primeira República e a partir da Era Vargas, com o crescente açambarcamento por parte do Estado dessas funções.

Contudo, não se quer afirmar aqui que as sociedades de socorros mútuos deixaram de existir, mas observar o declínio dessa forma associativa dos trabalhadores, fruto de medidas legais e de uma nova conjuntura histórica, que colocou em prática medidas de controle dos sindicatos, que passaram para a esfera do estado, ao lado de ações sistemáticas de repressão à organização livre dos trabalhadores.

Em 2002, foram defendidas a tese de Luigi Biondi e a dissertação de Uassyr de Siqueira, ambas na Unicamp, que tomam o tema da mutualidade como expressão da heterogeneidade da experiência dos trabalhadores e suas variadas formas de organização no estado de São Paulo. A primeira propõe-se a reconstruir essa multiplicidade e complexidade com especial enfoque na atuação dos socialistas italianos, com suas associações étnicas de socorro mútuo, sindicatos e ligas de ofício, além de associações recreativas, círculos políticos e cooperativas. Já a dissertação de Siqueira deu atenção, sobretudo, às associações de caráter sindical e aos clubes dançantes, recreativos e esportivos dos trabalhadores do bairro do Bom Retiro, na capital paulista. O autor problematiza as formas organizativas dos trabalhadores e argumenta que elas não tinham que se conformar aos padrões da historiografia. Assim, ele discute a questão da identidade dos trabalhadores, com enfoque no Rio de Janeiro da Primeira República. Nas palavras de Claudio Batalha:

Antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletariado tem uma identidade visível, ‘objetiva’, decorrente de suas condições de existência. A habitação nos cortiços ou casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças, a alimentação, o modo de vestir, fazem parte da identidade visível do proletariado, daquela que é perceptível a qualquer observador contemporâneo...⁴¹

Nessa perspectiva, seria possível compreender como os trabalhadores se percebiam e eram percebidos pelos demais por outros grupos sociais, que os identificavam e rotulavam.

³⁹ Cf. LUCA, Tania de. *Op. cit.*, p. 65.

⁴⁰ *Idem*, p.61.

⁴¹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, set. 91/ago. 92, p. 118.

Tais características poderiam ser determinadas por elementos econômicos, físicos e culturais, ou seja, uma identidade visível e “objetiva”, também relacionada ao lugar de moradia, vestimentas, compleição física, determinada, muitas vezes, pelas suas condições materiais de existência, que os particularizavam em relação a indivíduos pertencentes a outras classes sociais. Porém, como mais uma vez observa Claudio Batalha, tais caracteres ainda não eram suficientes para delimitar a classe operária: “esses sinais da condição operária a partir de sua existência miserável não a distinguem do conjunto das classes subalternas, dos pobres em geral, em suma, das chamadas ‘classes perigosas’”⁴².

Fossem desocupados, mendigos, contraventores e criminosos, ou elementos de outros segmentos sociais, eles poderiam possuir as características “típicas”, visíveis dos operários, afinal “classes pobres e viciosas” compartilharam o mesmo espaço físico e nas cidades brasileiras.

A exceção se dá quando, por iniciativa de industriais que buscavam o controle e a disciplinarização do operário, construíam-se as vilas operárias. O “típico” para a classe trabalhadora brasileira, pelo menos até o início da Primeira República, era morar nas condições retratadas por Aluísio de Azevedo em *O Cortiço*. Insalubridade, promiscuidade, alcoolismo, criminalidade e outros vícios e vicissitudes era o que permeava a vida cotidiana das classes pobres no Brasil do século XIX, praticamente todo o século XX e, ainda, adentrando pelo século XXI, quando ainda persistem as mesmas condições em favelas e bairros pobres do país.

Nas sociedades capitalistas industriais, a distinção entre os indivíduos que faziam parte das “classes laboriosas”, os “bons cidadãos”, e os integrantes das “classes perigosas”, é fruto da noção de trabalho imposta no processo produtivo. A noção de trabalho estava impregnada de conotações positivas, incorporadas pelos indivíduos, submetidos à ética do trabalho, que o valorizava perante seus pares e o patrão. Esse “bom operário”, “enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro”.⁴³ Tais valores, presentes no discurso das classes dominantes, também ecoavam entre os trabalhadores: “encontra ressonância no movimento operário entre as mais diversas correntes: do anarquismo ao positivismo como forte herança saint-simoniana de um Sadock de S”.⁴⁴ O combate ao ócio era uma forma de submeter o operariado às novas normas, uma vez que era o trabalho que legitimava socialmente a classe, o que é ainda mais marcante numa sociedade que negava qualquer legitimidade social às

⁴² Idem.

⁴³ Ibid., p. 119.

⁴⁴ Ibid., p. 120.

camadas subalternas⁴⁵. Havia também “uma ética do trabalho na defesa do ofício e da qualidade do trabalho realizado por certas categorias artesanais ou de trabalhadores qualificados”⁴⁶.

Porém, convém salientar que havia uma diferença entre a valorização do trabalho efetuada pelos patrões e a valorização expressa pelos operários: “no primeiro caso, o trabalho legitima socialmente o indivíduo; no último, é o grupo ou o conjunto da classe que encontram sua própria legitimidade”.⁴⁷ Trata-se, portanto, de diferentes visões de mundo, pois enquanto os patrões esperavam que o valor dado ao trabalho forjasse operários dóceis e comprometidos com o aumento da produção, para os trabalhadores o que se objetivava era o engrandecimento moral e a possibilidade de conquistas de melhores condições de trabalho.

A cultura associativa dos trabalhadores pautou-se, sobretudo, pelo princípio que via no associativismo uma atividade natural do homem e que, ao abrir mão dela, ficariam cada vez mais debilitados, tanto frente às dificuldades enfrentadas no cotidiano como pelo comprometimento do futuro, pois os laços de classe se tornariam frágeis.

1.2 Características do Objeto de Estudo

A experiência mutualista comporta uma variedade de matizes que, ao primeiro olhar, nem sempre se pode distinguir com clareza. É necessário proceder com cautela e tentar compreendê-lo enquanto manifestação associativa com uma conformação variada, seja do ponto de vista de sua natureza jurídica – a sua configuração formal –, seja do ponto de vista do caráter que as mutuais assumem ao longo de suas trajetórias – a sua configuração no chão das associações e das demandas cotidianas dos seus sócios. Este cuidado é fundamental, pois uma coisa é analisar os aspectos jurídicos, pautados pela legislação em vigor, e outra coisa é analisar a dinâmica das associações mutualistas no contexto social em que estavam inseridas e atuavam. Importante ressaltar que, mesmo construindo uma categorização das formas associativas, percebem-se elementos de continuidade e não somente de ruptura nessas organizações, sobretudo quando agregavam trabalhadores. Discretamente, observa-se uma fluidez entre determinadas formas associativas que dificultam a identificação de um “tipo

⁴⁵ Cf. Claudio H. M. Batalha, *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?*, p. 120.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibid.

puro”⁴⁸ de organização. Contudo, para uma melhor abordagem metodológica do mutualismo, é preciso diferenciar uma forma das outras e vice-versa. Instrumento sem o qual, dada a amplitude do mutualismo, não se conseguiria identificar peculiaridades inclusive dentro do próprio mutualismo.

Uma primeira distinção diz respeito às irmandades leigas, que não devem ser confundidas com as mutuais, por se tratar de organizações de natureza religiosa, ainda que formada por leigos. Eram organismos compostos por fiéis e que objetivavam fortalecer e disseminar o credo religioso entre seus membros. É provável que essas agremiações tenham contribuído para a construção de uma cultura associativa, ainda que seja difícil obter comprovações empíricas nesse sentido, mas é fato que as associações de socorros mútuos não nasceram das irmandades leigas.⁴⁹

Outra distinção necessária é entre associações mutualistas e corporações de ofício. Embora as mutuais também pudessem se organizar por profissão, as duas formas associativas são distintas e regidas por arcabouço jurídico diverso, conforme já se destacou. As mutuais são vistas por alguns estudiosos do tema como continuidade das corporações, sob o argumento de que haveria um elo entre os ofícios medievais e as entidades fundadas no início do século XIX, sobretudo em regiões como Portugal e Brasil, onde várias mutuais surgiram após a proibição das corporações. Não se pode esquecer que as mutuais não reuniam somente indivíduos que compartilhavam a mesma profissão, mas também por etnia, empresa e mesmo local de moradia. Tampouco subsiste a escala hierárquica, que controlava as oportunidades de emprego e o monopólio do saber relativo ao ofício.

Contudo, importante salientar que, no caso de mutuais de trabalhadores, em alguns casos podem-se perceber alguns sinais que poderiam ser traduzidos como tentativas de se manter certo controle sobre o ofício, seja fazendo a distribuição das oportunidades seja oferecendo a instrução. As oficinas, sobretudo as de caráter mais próximas do artesanal, adentraram o século XX mantendo rígida organização hierárquica, tão característica das corporações. A nomenclatura das funções exercidas comportava desde o aprendiz, passando

⁴⁸ Sobre a discussão acerca da construção de um “tipo puro (tipo ideal) de um fenômeno frequente”, ver especialmente WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica da Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Em especial da página 6 até a página 12, passagem em que Weber trata do conceito de “tipo puro” ou “tipo ideal”. Além disso, discorre acerca do significado da categoria “compreensão” na consideração histórica e na consideração sociológica, abordagens de duas ciências distintas que Weber diferencia com propriedade o objetivo e campo de ação de cada uma.

⁴⁹ Sobre as peculiaridades do mutualismo e a complexidade dessa experiência associativa em suas facetas, pelo menos as formais, ou seja, a sua natureza jurídica, consultar VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51.

pelo oficial até ao mestre de ofício. Este, responsável por uma oficina, que nada mais era do que uma unidade produtiva de determinados artefatos dentro do sistema que ainda não se havia constituído como fabril, sem o nível de especialização requerido pela indústria. A transmissão do ofício era vista como uma necessidade nas mutuais de trabalhadores, sem, todavia, ser uma prerrogativa exclusiva delas, tal qual era no sistema de corporações, no qual para se tornar tipógrafo, sapateiro, pedreiro ou qualquer outro profissional, o indivíduo submetia-se às normas da corporação e à autoridade de seus superiores hierárquicos.

Outra distinção necessária é em relação às associações filantrópicas, geralmente preocupadas com o auxílio aos necessitados e desvalidos de toda ordem, sem exigir nenhuma contrapartida financeira, atividade que persiste até os dias de hoje. Esse não era o caso das associações mutualistas que, contrariamente às filantrópicas, não estabeleciam relação de solidariedade vertical, mas horizontais e tampouco estavam ligadas a igrejas, agremiações religiosas ou maçônicas.

O fato é que cada mutual, ou seguimento de mutuais, apresentava peculiaridades que fizeram do mutualismo algo complexo e multifacetado, como bem atestam os resultados das pesquisas sobre o tema. Assim, as tipologias rígidas parecem fadadas ao insucesso.

Mais uma distinção é a que se deve fazer entre as associações mutualistas e as seguradoras - companhias privadas que tinham como objetivo vender serviços aos seus clientes. É certo que a oferta poderia ser semelhante à das mutuais, porém não se pode confundir a condição de segurados com a de sócios. Os que compram o benefício não participam das assembleias e de outras atividades sociais mantidas pela entidade mutualista. Os socorros mútuos e as seguradoras tinham natureza e finalidades muito distintas, configurando ações, também, muito distintas.

Uma última distinção deve ser feita entre mutuais e sindicatos, sendo que os casos em que associações de socorros tornaram-se sindicatos são raros, o que coloca em questão a passagem de uma a outra como indício de desenvolvimento da classe. Mutuais, sindicatos, uniões e sociedades de resistência conviveram, cabendo, sobretudo, aos últimos enfrentar o capital. Cabe destacar, encontram-se casos, inclusive, de convivência pacífica entre união e mutual, que representavam a mesma categoria profissional, já que cada uma tinha seus próprios objetivos. Contudo, como aventado acima, no cotidiano dessas organizações, suas práticas eram permeadas de fluidez, o que nem sempre permite classificações rígidas quanto ao seu caráter, que poderia alterar-se mediante a dinâmica de suas ações concretas.

Menções ao mutualismo são frequentes nos trabalhos da História Social do Trabalho, interessada tanto nas formas associativas dos trabalhadores quanto no seu movimento, e, de

forma mais ampla, na formação da classe operária. A ideia de que formas de associação dos trabalhadores surgidas antes dos sindicatos estavam no terreno do pré-político muito contribuiu para o quase esquecimento do mutualismo. Pesquisadores, em sua maioria identificados com a matriz interpretativa do materialismo histórico, concebiam o mutualismo como uma protoforma das organizações sindicais, estas as verdadeiras organizações, que pautavam sua prática pela resistência e combate às formas de exploração dos trabalhadores no sistema capitalista. Essa concepção, que orientou boa parte das pesquisas que faziam menção ao mutualismo de trabalhadores até aproximadamente a década de 1980, se baseava na ideia de que esse fenômeno seria, sobretudo, uma forma de organização pontuada quase que exclusivamente pela conciliação e não pelo enfrentamento com os patrões. Além do mais, para boa parte da bibliografia produzida até esse período, a classe operária ainda não havia surgido e, portanto, não havia como perceber essa classe, sequer a sua formação antes da abolição da escravatura.

Por outro lado, um elemento fundamental na constituição do mutualismo, e que talvez tenha contribuído para tal entendimento por parte dos estudiosos, é o fato de esse fenômeno associativo não se restringir apenas ao sistema produtivo, com quantidade imensa de associações mutualistas cujos critérios para pertencer-se aos seus quadros não se pautavam pelas relações próprias ao mundo do trabalho. Caso, por exemplo, das mutuais étnicas, que não tinham por escopo a organização de trabalhadores em si, mas que agregavam indivíduos em função da nacionalidade, com vistas a manter os laços com a cultura de origem, num ambiente estranho.

Outras associações mutualistas eram formadas por iniciativa patronal, o que dificultava mais ainda a possibilidade de unir os trabalhadores em torno de seus interesses específicos, fossem profissionais, num espectro mais amplo, ou da classe, em escala macro.

Os estudiosos do sistema previdenciário, por seu turno, apesar de voltados para a compreensão das políticas públicas nesse campo, passam pelo mutualismo, tomado como iniciativa de caráter meramente assistencial, típica do período pré-1930, num cenário de ausência estatal no âmbito da saúde e da previdência. Nesse contexto, ações para resguardar os trabalhadores dos reveses seria a função precípua das mutuais. A historiografia sobre o movimento operário distancia-se dessa interpretação na medida em que tenta compreender o mutualismo como parte das ações dos trabalhadores num espectro mais amplo, que compreende a constituição de uma cultura associativa e, ainda, estratégias no sentido de minorar o sofrimento ocasionado pela insegurança da vida, e que pode ser remetida também ao processo de formação da própria classe operária.

A inspiração teórico-metodológica para o tratamento do mutualismo no Brasil, como observa Viscardi,⁵⁰ vem, sobretudo, do diálogo com os *Annales*, com a historiografia social inglesa e, uma inspiração mais recente, com a micro-história italiana, que inspiram as abordagens do tema, o tratamento das fontes, os objetivos e os conceitos. No Brasil, observa-se, nos últimos vinte anos, substancial aumento de dissertações e teses sobre a temática, o que resultada em diversas interpretações e, em muitos casos, releituras que apontam para novas perspectivas no campo da história dos trabalhadores brasileiros.

1.3 As fontes

Interessante notar, na investigação das associações mutualistas, a diversificação das fontes utilizadas, que vão além dos estatutos, notícias em jornais, relatórios e atos governamentais. Merece destaque a mobilização da produção impressa e iconográfica legada pelas associações, meio importante para se conhecer a trajetória das mutuais. Apesar dos avanços, o pesquisador ainda enfrenta desafios. Viscardi referiu-se à disponibilidade de conjuntos documentais completos sobre uma ou mais sociedades de socorros mútuos, situação relativamente rara e que se contrapõe à total ausência material, o que compele o pesquisador a buscar fontes alternativas; enquanto outras vezes o que se tem é a combinação das condições anteriores, ou seja, falta de acervos completos, que são complementados com outros materiais. A exemplo do que ocorre com qualquer trabalho na área, o estudioso, com seu olhar investigativo, completa as lacunas com persistência e sagacidade na caça às fontes, que podem estar escondidas entre caixas e maços de documentação pouco preservados, não raro sem catalogação. Num esforço que pode ser comparado ao do arqueólogo em busca dos valiosos objetos. O melhor dos cenários é aquele em que se encontram dados nas sedes das associações ainda em funcionamento, ou nas mãos de antigos sócios ou seus herdeiros, situação pouco provável, que se constitui num feliz golpe de sorte.

Nesses casos, tem-se acesso aos estatutos, relatórios de exercício, atas de assembleias, relatórios de movimento financeiro e de entrada e saída de sócios, correspondências, material iconográfico e, em casos de categorias específicas, como a dos tipógrafos, podem-se encontrar periódicos editados pela mutual, uma fonte valiosíssima que permite conhecer de perto o que pensavam os integrantes de determinado ofício por meio de sua própria fala. Aqui é possível,

⁵⁰ Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-4.

segundo Viscardi⁵¹, a análise verticalizada da documentação, com seus aspectos qualitativos sobre a trajetória da entidade. Os resultados de uma pesquisa dessa natureza, se não permitem generalizações sobre o fenômeno, possibilitam compreender a fundo uma dada mutual, sua atuação, objetivos, e o papel desempenhado num contexto específico.

Em situações menos confortáveis, resta ao pesquisador procurar indícios das mutuals em jornais da época, publicações oficiais, além de correspondências enviadas pelas associações mutualistas às autoridades de então, do que pode resultar uma massa documental variada e quantitativamente significativa, que pode permitir uma compreensão panorâmica do fenômeno, com ênfase nas suas grandes linhas de força.

1.4 O debate em torno do mutualismo

Ao se abordar o mutualismo no Brasil, constata-se que, até finais dos anos 1980, esse fenômeno era tratado como vinculado ao movimento sindical. Era o “embrião” do sindicalismo e sua prática era eminentemente reformista. Por não ser revolucionário, o mutualismo não mereceria a atenção dos pesquisadores e deveria ficar relegado ao limbo das produções historiográficas. Esse foi o estatuto dado ao mutualismo e que condicionou muitas das pesquisas dedicadas aos trabalhadores e seu movimento. Essa protoforma dos sindicatos, na visão de quem escrevia a história da classe operária, fazia parte de um período em que a atuação dos trabalhadores brasileiros e de suas lideranças não se caracterizava pela resistência e combate ao capital. Percebe-se que as orientações ideológicas dos pesquisadores levaram a pesquisa histórica ao estado em que se partia prioritariamente das ideias para o trabalho empírico. Essas ideias se mostraram, ao longo da história, como uma série de preconceitos que atrofiaram a compreensão do mutualismo. A crítica de Thompson, dirigida a Althusser, na *Miséria da Teoria*, aqui se faz mais do que apropriada a essa prática exercida na historiografia brasileira até aproximadamente vinte e poucos anos atrás. A marginalização do tema mutualismo foi fruto dessa concepção eminentemente eivada de conceitos pré-estabelecidos e que se orientavam por um pensamento sobretudo comprometido com uma militância de determinada esquerda. Os conceitos se sobrepuseram aos acontecimentos históricos independentemente do contexto. A análise empírica foi preterida em favor de conceituações fundamentadas muito mais em um procedimento que priorizava a abstração do que a investigação da concretude da existência. Não se parou para pensar sobre qual a importância que as associações mutualistas tiveram para os seus contemporâneos. A

⁵¹ Idem, p. 27.

experiência vivida dos trabalhadores e sócios das mutuais não foi abordada como um percurso seguido pelos personagens daquela história que se desenvolvia entre o século XIX e início do XX no Brasil.

O estudo de qual a representação que os sócios e pessoas envolvidas no processo de construção e manutenção das mutuais tinham para si era um problema com pouca dedicação por parte daquela historiografia de até fins dos anos 1980. A antipatia dos historiadores pelo tema do mutualismo provavelmente se explique por certa aversão às organizações de trabalhadores que estavam identificadas com os modelos propostos pela esquerda nacional e internacionalmente. E, pior, esse de tipo de organização, caracterizada pela ajuda mútua, cresceu significativamente na Primeira República. Nas sínteses originadas, sobretudo, a partir da década de 1960, o operariado brasileiro é identificado como uma classe “atípica”⁵² e extremamente fraca comparada ao “operário moderno”. Os valores dos pesquisadores e suas adesões a esses valores como princípios teóricos e metodológicos fizeram com que a compreensão do mutualismo, como uma experiência legítima historicamente dos trabalhadores brasileiros, não fosse investigado na sua complexidade.

Essas razões, segundo o entendimento da maioria dos atuais estudiosos⁵³ do mutualismo, levaram os estudos anteriores aos anos 1990 à associação desse fenômeno ao reformismo e ao atrofamento da formação da classe operária no Brasil. No entanto, de mais ou menos vinte anos para cá, novas pesquisas habilitaram o mutualismo à condição de elemento importante e com uma contribuição ativa no processo de formação da classe trabalhadora. Essa revisão na historiografia do movimento operário e nas formas de associação dos trabalhadores brasileiros muito deve às influências das análises de Thompson sobre o processo de formação da classe operária inglesa. Nas pesquisas do historiador inglês, as sociedades de socorros mútuos faziam parte de todo um complexo de organizações e de uma cultura operária na qual os laços de sociabilidade e solidariedade entre indivíduos, com as mesmas características econômicas e culturais, propiciaram o fazer-se da classe trabalhadora. Segundo Thompson, a “nova ordem moral,”⁵⁴ oriunda da visão dos assalariados sobre as questões ligadas ao trabalho e à sobrevivência, fundava-se na mutualidade e não na

⁵² Sobre essa discussão acerca da “atipicidade” da classe operária brasileira, ver BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, pp. 111-124, set. 91/ago. 92.

⁵³ A título de exemplo, estudiosos como Tania Regina de Luca, Claudio Henrique de Moraes Batalha e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, cada um com suas especificidades, denunciam e refutam a associação do mutualismo a uma proto-história do movimento operário no Brasil. O trabalho referência na renovação da perspectiva de compreensão do fenômeno mutual, na historiografia brasileira, é justamente *O sonho do futuro assegurado*, de Tania R. de Luca, *Op. cit.*

⁵⁴ Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, p. 31-2.

competição, marca da ordem moral capitalista. Interessante notar que Thompson, apenas um parágrafo à frente, escreve sobre a percepção que os trabalhadores ingleses tinham dos seus padrões, designados como uma classe, indício de que os trabalhadores ingleses questionavam não só as instituições políticas, mas também a estrutura social e econômica. Portanto, eles percebiam as distinções que os colocavam em uma dada posição social.

No Brasil, a partir dos anos 1990, percebem-se duas abordagens historiográficas do tema: os que questionam a possibilidade de utilizar o conceito de classe na análise do mutualismo, enquanto outros o consideram apropriado apenas para as mutuais de trabalhadores.

O primeiro enfoque argumenta que, tradicionalmente, os historiadores e os cientistas sociais tomam os movimentos sociais não apenas como reflexo ou expressão dos interesses classistas, mas também de outros movimentos sociais, tais como os movimentos comunitários, de gênero, étnicos e outros mais.⁵⁵ A dúvida está principalmente no potencial analítico da categoria classe social para o entendimento do mutualismo, forma associativa diversificada e que não está somente relacionada ao sistema produtivo. Nessa compreensão, o mutualismo é um fenômeno mais amplo e pluriclassista e, apesar das peculiaridades de cada pesquisador no que tange aos enfoques e ênfase, argumenta-se que o mutualismo era aberto não somente aos trabalhadores, como também a outros segmentos sociais. Outro elemento importante é a crítica à concepção do mutualismo como um antecedente e protoforma do sindicalismo, além de afirmar a ausência de elementos de continuidade entre mutuais e outras formas associativas, tais como corporações de ofício, irmandades leigas e sindicatos.

Ainda nessa perspectiva, a luta política em favor dos trabalhadores não era o objetivo das mutuais, porém não estavam indiferentes a essa demanda. Todavia, esse envolvimento na luta política dos trabalhadores não era uma prerrogativa das sociedades de socorro mútuo, e quando isso ocorreu não foi na maioria das associações.

A crítica dessa abordagem àqueles estudiosos da mutuais de ofícios dirige-se, sobretudo, ao fato de que eles têm dificuldades em perceber o que seriam as diferenças de identidade organizacionais existentes dentro do mutualismo. Argumenta-se que essas mutuais de ofícios eram propensas a ter uma maior envolvimento com sindicatos, inclusive porque compartilhavam das mesmas bases de sócios e essa realidade não era a vivida pelas outras. Estas eram compostas por indivíduos que compunham um espectro mais amplo de indivíduos, pertencentes a variados grupos sociais que não se identificavam por um critério com base na

⁵⁵ Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 31-2.

classe social. Os estudiosos dessa primeira abordagem do mutualismo defendem a ênfase do interesse privado e/ou interesse previdenciário sobre o interesse de classe. Além disso, outras identidades estariam em mais evidência no conjunto do mutualismo do que uma identidade de classe. Por fim, objeta-se de que é muito pouco provável se perceber empiricamente a eventual contribuição das associações mutualistas ao processo de formação da classe operária brasileira.

Já o segundo grupo toma o mutualismo como uma forma de associativismo dos trabalhadores. É uma abordagem preocupada com a atuação das sociedades mutualistas, sobretudo, no contexto do sistema produtivo. Claudio Batalha⁵⁶ observa que se delineiam dois enfoques distintos, adotados pela produção acadêmica dos últimos vinte anos, para o tratamento das associações mutualistas.

Por outro lado, o segundo enfoque concebe o mutualismo como uma das formas de organização dos trabalhadores e está interessada nos “aspectos que transcendem o mutualismo e que estão presentes nas intenções e nas práticas das associações”⁵⁷. Esse enfoque considera legítima a postura anteriormente explicitada, segundo a qual o mutualismo pode ser estudado como fenômeno com lógica própria e não somente uma manifestação dos trabalhadores manuais. Também se argumenta que não se deve *a priori* pensar que a lógica que regia as mutuais de categorias profissionais ou de trabalhadores fosse idêntica à das mutuais de outra natureza. Claudio Batalha coloca, na primeira linha interpretativa Tania Regina de Luca, Adhemar Lourenço da Silva Júnior, Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus e, na segunda, ele próprio, Silvia Petersen, Beatriz Loner, Marcelo Badaró, Paula Nomelini, Rafaela Leuchtenberger, Osvaldo Maciel, Benito Schmidt, Alexandre Fortes, entre outros.⁵⁸

Interessante notar que Claudio Batalha, apesar de classificar os estudos de Tania de Luca na primeira abordagem, afirma que a autora admite ser possível encontrar sindicatos originados de mutuais como também existiram sindicatos que teriam exercido atividades beneficentes, ou seja, a complexidade do fenômeno e seu entendimento é cada vez mais patente. Poderia-se dizer, inclusive, que essa identificação de autores com determinadas abordagens é passível de discussão.

Outra questão diz respeito à “contemporaneidade”, “simultaneidade” ou “coexistência” das mutuais com os sindicatos, isso em virtude das antigas concepções

⁵⁶ Cf. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

⁵⁷ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Op. cit.*, p. 12.

⁵⁸ Idem, p. 14.

etapistas do movimento operário. Qual é o imbróglio? É saber quem veio antes, ou se uma deu origem ao outro? Para Batalha, há uma ambiguidade aparentemente proposital nos textos de Luca, Viscardi e Jesus. Para ele, com exceção de Silva Júnior, que admite a anterioridade cronológica das mutuais em relação aos sindicatos, os outros não deixam claras as suas posições. O que percebemos é que o foco de Luca não era definir se as mutuais eram anteriores ou não aos sindicatos, mas sim evidenciar que eram organismos contemporâneos, ou seja, tiveram suas existências no mesmo espaço temporal e uma forma associativa não foi o embrião da outra. Inclusive porque, pelas datas de fundação e instalação das mutuais no Brasil, fica óbvio que estas surgiram antes dos sindicatos. Pelo que se observa, não existiram sindicatos no país antes de 1889, pois a legislação não os permitia. E, como se sabe, as sociedades mutualistas tiveram seu primeiro registro histórico na década de 1830. Parece que a questão central dos atuais estudos está na diferenciação do caráter das mutuais durante a sua trajetória, seja como parte de um movimento mais amplo, que é o mutualismo, seja enquanto forma de organização dos trabalhadores.

O que se observa, de fato, é que a transformação de sociedades mutualistas em sindicatos não se constituiu em regra, são organizações de natureza e caráter distintos. O que ocorreu é que práticas de uma e outra agremiação permearam suas trajetórias. No caso das mutuais de trabalhadores, agrupam os mesmos indivíduos buscados pelos sindicatos, ou seja, os trabalhadores. Encontram-se associações mutualistas que conciliaram em determinados momentos e, em outros, combateram. Essas organizações conheceram diferenciações e não foram imunes às transformações sociais e a contextos específicos: com menos liberdade, atuava-se dentro de limites estritos, quando a conjuntura mudou, a ação ampliou-se.

Concorda-se aqui com a abordagem que considera que, durante o Império e a Primeira República, as associações mutualistas foram muito mais do que apenas sociedades de socorros mútuos. Mas também se entende que o mutualismo é um fenômeno amplo, diversificado e complexo. Tal condição faz com que estudar as sociedades mutualistas seja um exercício de reconstrução histórica pautado na atenção à variedade interna dessas organizações. Além do mais, a compreensão do mutualismo comporta algumas visões que, em muitos momentos, podem parecer antagônicas, mas que, em muitos aspectos, não se excluem.

O segundo enfoque ainda observa que muitas das mutuais de trabalhadores zelavam pelos salários e condições de trabalho dos seus representados e empreendiam ações reivindicativas. Tal conduta é eminentemente sindical, ou seja, de uma associação de resistência e não de uma mutual “típica”, o que é confirmado por mutuais por ofício. No Império e na República encontramos associações de natureza híbrida – mutualista, sindical,

educativa – e associações que asseguram o auxílio mútuo, mas também apoiavam greves. Essa fluidez talvez seja uma constante entre as mutuais de trabalhadores, sendo que tipologias muito rígidas, construídas para as organizações operárias, não abarcam as suas particularidades. O processo histórico acaba por imprimir determinadas características às associações que, em muitos casos, não rezavam pelas disposições que regulam essas organizações. O quadro jurídico mais amplo e as mudanças históricas formataram um caráter nas associações que podem se distanciar do seu estatuto jurídico mais restrito, do que resultam papéis não previstos nos regulamentos. As várias mudanças que marcaram esse percurso histórico do mutualismo no Brasil ocasionaram rupturas e permanências e, desta forma, intenções e práticas nem sempre eram condizentes com o quadro jurídico. Para o período imperial, não se deve esquecer que a única forma de organização dos trabalhadores permitida em lei era a sociedade de socorros mútuos. Muito mais importante do que opor as duas abordagens e optar por uma apenas, é saber que são duas perspectivas de entendimento do mutualismo em que há mais complementaridade que oposição. Pode-se muito bem proceder a uma análise com base em uma das duas visões, ou adotar pontos de vista que as permeie.

1.5 Panorama do mutualismo na Bahia

Na Bahia, o mutualismo tem sua presença marcada por uma quantidade imensa de associações, sobretudo na capital, o que atesta a larga disseminação dessa forma associativa. Pelos registros históricos existentes no estado, o mutualismo teve seu início nas terras baianas por meio da Sociedade dos Artífices, instalada em 16 de dezembro de 1832, na antiga Rua do Arcebispo, posta sob a proteção da Senhora Sant`Ana, conforme já se destacou. Seu primeiro corpo dirigente era formado pelos sócios fundadores João Isidoro Pereira – presidente, Antônio Alves de Souza – primeiro-secretário, José Medeiros Campos Flor – segundo-secretário, Manuel de Santa Tereza – tesoureiro⁵⁹. Segundo Maria C. B. da Costa e Silva, “ao que parece”, os trabalhadores que criaram essa associação mutual pertenciam ao quadro de oficiais mecânicos do Arsenal da Marinha, que há mais de dez anos vinham amadurecendo um plano que reunisse a categoria “para desenvolver e aperfeiçoar a própria arte e praticar socorro mútuo”⁶⁰. Uma indagação se coloca aqui: como esses trabalhadores pretendiam tomar essas iniciativas de socorro mútuo quando ainda o sistema de corporações de ofício ainda não

⁵⁹ Cf. SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

⁶⁰ Idem.

havia sido abolido? Como se sabe, somente em 1824 é que o Império do Brasil abole as corporações e só então se abriu a possibilidade de existência das mutuais.

A realidade econômica e social do Brasil naquele momento era muito diversa do que fora até o fim do período colonial. Segundo Kátia Mattoso, “A religião cessa de ser o denominador comum de associações. A esta se superpõe o da classe profissional, da associação leiga,”⁶¹ enquanto para Maria C. B. da Costa e Silva essas associações eram um “misto de irmandade em processo de laicização e dos antigos institutos corporativos já abrogados (*sic*) por lei. Há como que uma crescente autonomia civil em diversas iniciativas sociais”⁶². Do pioneirismo da Sociedade dos Artífices uma série de outras mutuais surgiram em Salvador durante o século XIX.

Em levantamento feito por Aldrin A. S. Castellucci, numa tentativa de apontar, como o mesmo escreve, “notas de pesquisa” para os interessados em estudar o mutualismo na Bahia, ele identificou 145 associações “autodenominadas de auxílio mútuo, beneficentes, filantrópicas e cooperativas,”⁶³ em Salvador e no interior do estado. Tais associações foram criadas por iniciativa tanto dos trabalhadores quanto de seus patrões, da igreja católica, de elementos destacados das elites locais ou mesmo do estado e de suas autoridades,⁶⁴ num padrão típico das mutuais em todo o Brasil.

Eram compostas por operários de um ou mais ofícios e por local de trabalho, uma oficina ou de uma fábrica. Também havia as fundadas numa cidade ou bairro, bem como as étnicas, fossem elas de negros ou imigrantes europeus. Outro caso era o das associações de funcionários públicos de todas as esferas de poder, as de profissionais liberais, empregados do comércio e em outros setores de serviços, estudantes, militares e ex-combatentes. Castellucci, apesar do mérito de mapear o fenômeno associativo na Bahia, parece incorrer em algumas confusões, tal quando afirma que o ano de 1832 “foi um marco no processo de constituição das primeiras associações de auxílio e de formação da classe operária na Bahia,”⁶⁵ e inclui a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, como a primeira organização que marcaria o surgimento das mutuais na Bahia. De fato, o próprio levantamento feito por Castellucci permite concluir que a primeira e única mutual fundada em Salvador foi a já referida Sociedade dos Artífices, que é confundida com outra, originada de

⁶¹ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 224.

⁶² Cf. SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Op. cit.*

⁶³ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 43.

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ *Ibid.*

cisão no interior dessa primeira mutual baiana, trata-se da Sociedade Montepio dos Artistas, fundada em 25 de julho de 1854, portanto quase vinte anos após o surgimento da primeira.

1.5.1 Sociedades mutualistas de trabalhadores em Salvador

Na tabela abaixo, estão elencadas algumas associações mutuais, com sede na cidade de Salvador.

Nome	Fundação	Instalação
Sociedade dos Artífices	16/12/1832	
Sociedade Montepio dos Artistas	25/07/1852	
Sociedade Humanitária dos Artistas	13/06/1856	
Sociedade Protetora e Beneficente dos Artífices, Carpinteiros e Calafates	03/03/1860	
Associação Tipográfica Baiana	30/10/1870	16/04/1871
Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia	08/05/1872	
Sociedade Beneficente União das Classes	15/11/1895	
Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas	07/06/1889	
Clube Defensor e Beneficente dos Maquinistas	11/10/1889	
Sociedade Cooperativa dos Alfaiates	01/01/1890	
Sociedade Bolsa dos Chapeleiros	12/09/1891	
Associação Protetora dos Homens do Mar		05/07/1892
Centro Operário da Bahia	06/05/1894	
Sociedade Beneficência 1º de Maio	??/05/1894	
Sociedade Beneficente União dos Alfaiates	01/04/1898	
Sociedade Beneficente dos Mares		??/??/1903
Grêmio das Artes Gráficas	24/02/1905	
Sociedade Beneficente União Auxiliadora	22/04/1906	
Clube Beneficente e Defensor dos Operários Mecânicos	01/11/1907	
Sociedade Beneficente dos Empregados na Capatazia de Alfândega	14/06/1908	
Cooperativa dos Homens do Mar	11/06/1909	
Beneficência Operária 23 de Novembro		12/11/1910

Sociedade Beneficente União dos Padeiros	09/06/1912	
Sociedade União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia	26/02/1919	
Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas	20/07/1919	
União Operária Beneficente	12/09/1922	

Fontes: Diário Oficial do Estado da Bahia. Edição Especial do Centenário da Independência da Bahia (1923); Revista da Associação Tipográfica Baiana; Boletim Gráfico: órgão da Associação Tipográfica Baiana; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77.

Essas associações agregavam trabalhadores em geral ou somente uma categoria e indicam a precocidade das mesmas na então Província da Bahia. A localização geográfica fez com que Salvador sempre estivesse como importante centro de distribuição de mercadorias para o continente sul-americano e para portos da Europa, uma vez que a Baía de Todos os Santos era ancoradouro seguro para embarcações de todo o mundo. A aptidão logística da cidade, principalmente no que tange ao comércio marítimo, fez de Salvador tanto uma metrópole colonial como uma cidade economicamente importante. Essas condições talvez ajudem a explicar a anterioridade de uma forma associativa como o mutualismo. Castellucci também enumera a grande quantidade de indivíduos que se associaram às mutuais baianas, sobretudo na Primeira República, o que confirma a tese de que as mutuais foram “contemporâneas” aos sindicatos, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do país.

Na Bahia, os estudos sobre o mutualismo iniciaram-se em meados da década de 1990,⁶⁶ com dois trabalhos que apontavam para a presença dessas organizações no Estado e sua relevância como tema de pesquisa histórica. O primeiro, de autoria de Maria das Graças Andrade Leal, publicado em 1996, pesquisou a trajetória do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e o segundo, de 1998, estudou a trajetória da Sociedade Montepio dos Artistas, que, como dissemos, surgiu de uma divisão da primeira sociedade mutualista da Bahia, a Sociedade dos Artífices. Muitos anos depois, Robério Santos Souza dedicou parte de um capítulo de sua dissertação de mestrado, defendida em 2007, ao mutualismo entre os ferroviários baianos.

Nesse contexto da Bahia oitocentista, em que a transição do trabalho escravo realizava-se paulatinamente, a sociedade soteropolitana buscava empreender iniciativas no sentido de alcançar, como diria Maria das Graças de Andrade Leal, o “progresso e a

⁶⁶ Aqui, excluimos o trabalho de BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, por se tratar de uma pesquisa sobre uma irmandade, tipo de associação que, como vimos, não se poderia classificá-la como sociedade mutualista. Isto, pelos inúmeros motivos e propriedades desse tipo de organização já tratadas na nossa discussão.

civilização”⁶⁷. Como efeito, dessa busca resultou o desenvolvimento de relações que transformaram a face da cidade, provocando mudanças que atingiriam as formas em que estavam assentadas as relações sociais de produção com a substituição da força de trabalho escrava pela livre. Concomitante, ocorria uma “crescente diversificação de ocupações incorporadas à vida urbana”⁶⁸. “Eram antigos artífices, artistas, artesãos, trabalhadores autônomos que se viam ameaçados com as transformações e o processo acentuado de crescente empobrecimento que os convertia, paulatinamente, em operários proletarizados.”⁶⁹

Desde os tempos da colônia, o problema da mão de obra foi candente e, segundo uma interpretação clássica da historiografia brasileira, o sentido da nossa colonização estabeleceu-se sobre três pilares: latifúndio, monocultura e escravidão⁷⁰. Ao longo dos séculos, a estrutura econômica, política e social do Brasil, associou “elementos das relações de produção escravista a elementos das relações de trabalho livre diversificado”⁷¹.

O trabalho livre e escravo conviveram na Colônia e Império e parte do processo produtivo exigia trabalhadores com especializações e qualificações, nem sempre propiciadas pelo trabalho escravo. Pierre Verger, no seu *Notícias da Bahia- 1850*, citando o viajante e historiador e também como ele francês, Ferdinand Denis, assinalou, no início do século XIX, a grande diferença que separava os trabalhadores franceses ou europeus em geral dos trabalhadores baianos, no que respeitava aos costumes e à cultura, lembrando que os artesãos evitam ao máximo realizar o trabalho que poderia ser transferido a um escravo:

nada difere mais da nossa [a francesa] classe operária do que os operários brasileiros, sobretudo se eles pertencem à raça branca. Acostumados de ter negros sob suas ordens, e deixando cair sobre eles o cuidado dos trabalhos mais grosseiros, eles sentem tão bem a dignidade da mestria em seus ofícios que se manda buscar um marceneiro para consertar um móvel, um chaveiro para abrir uma porta, ele evitará vir carregando suas ferramentas e só se apresentará vestido de fraque negro e chapéu tricórnio⁷².

Interessante notar que Ferdinand Denis teve um tempo razoável para observar os costumes e cultura baiana, pois aí permaneceu por três anos, entre 1816 e 1819, no consulado da França,⁷³ período em que as relações de trabalho ainda eram controladas e regulamentadas

⁶⁷ Cf. LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. – Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996, p. 27.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ibid., p. 27.

⁷⁰ Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2011. Importante assinalar que se trata de uma interpretação marxista da história do Brasil que, mesmo não contemplando todas as dimensões da vida social brasileira, representa ainda uma visão sobre a nossa realidade que, se não é suficiente para a sua compreensão de forma mais profunda, ainda é necessária.

⁷¹ LEAL, Maria das Graças Andrade. Op. cit., p. 29.

⁷² DENIS, Ferdinand, apud: VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. 2 ed. – Salvador: Corrupio, p. 47.

⁷³ Cf. VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. 2 ed. – Salvador: Corrupio, 1999, p. 132.

apenas pelas corporações de ofício. A hierarquia e concepções típicas daquelas organizações, que se constituíram por volta do século XII, juntamente com o controle das técnicas de produção, ainda se faziam presentes no século XIX e mesmo no início do XX. Um exemplo disso são os ofícios de sapateiro, seleiro e, inclusive, de tipógrafo, que conservaram certa semelhança com a hierarquia proveniente das antigas corporações. Interessante é constatar os elementos de continuidade,⁷⁴ que atravessam as formas como os trabalhadores se organizaram e se autoperceberam no processo produtivo, alertando para os limites do esforço normativo do estado, nem sempre em consonância com a cultura dos trabalhadores. Não admira que nem sempre seja fácil traçar fronteiras rígidas entre as mesmas:

Os elementos menos visíveis de continuidade entre as antigas e novas organizações – além das já mencionadas práticas assistenciais – estão presentes no campo da cultura. De um lado, nas práticas rituais que vão desde a forma de funcionamento das assembleias até as celebrações de um dia de ofício, normalmente a data de aniversário da associação. Esse último aspecto é, sem dúvida, uma herança do dia do santo patrono celebrado pelas corporações de ofício, celebração que já nas sociedades de auxílios mútuos encontra um equivalente descristianizado. Por outro lado, os elementos de continuidade nesse campo estão presentes em noções herdadas das sociedades mutualistas do século XIX, relativas à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência de tradições ou de um vocabulário arcaico⁷⁵.

Deste modo, observa-se em Salvador a presença de relações capitalistas de produção coexistindo com a mão de obra escrava que, como se sabe, foi contemporânea do avanço da mão de obra livre, numa mescla entre artesãos escravos e livres, compondo um rico mosaico. Não se pode perder de vista que, nesse momento, as nascentes mutuals inseriam-se “em um dos poucos centros urbanos brasileiros que se transformava de forma contínua e crescente, integrante da sociedade escravocrata mais ampla, a própria nação”⁷⁶.

Por volta da segunda metade dos oitocentos, o contingente de trabalhadores livres já era maior, o que ajuda a entender o pioneirismo do mutualismo em Salvador, cidade em que “os mecanismos de convivência social próprios deste tipo de sociedade limitaram sua mobilidade social,”⁷⁷ produzindo um quadro em que as gradações econômicas, em regra, eram marcadas pela gradação de cor. Vale lembrar que:

Os negros, escravos ou livres, estão distribuídos em ocupações socialmente menos qualificadas: serviços domésticos, artesanato, transportes urbanos etc. Assim, é através

⁷⁴ Cf. BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 47.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Cf. SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 13.

⁷⁷ Idem.

da condição social do trabalho, isto é, como ele se dava e como era visto, que se compreende o significado vivido pelo negro em suas representações de escravo, liberto e cidadão. Entre as condições econômicas geradoras do negro escravo e do negro cidadão, há um fluxo lento, mas ininterrupto e crescente, incompatibilizando a primeira condição com requisitos de racionalização que o mundo do trabalho vai sofrendo e que atinge a realidade brasileira de fora para dentro. Racionalizar a produção implica o máximo de lucro com um mínimo de despesas e perdas. Viabiliza-se na rapidez e no aperfeiçoamento do produto multiplicado em número sempre maior. Esta consciência incide sobre a indústria açucareira, sobre o trabalho artesanal urbano, sobre a manufatura, os serviços, a comercialização mais estável e complexa, os meios de transportes, enfim sobre as atividades indiretamente ligadas, passando tudo isso a depender cada vez mais do exercício de descortino e decisão do trabalhador⁷⁸.

No universo dessa dicotomia conviveram, em graus variados e nas diversas ocupações produtivas, escravos e livres, negros, mulatos, brancos, caboclos e índios, num espaço intermediário entre os pólos fundamentais de senhor ou escravo. No que tange aos ofícios artesanais, estes eram exercidos por indivíduos livres e cativos, com destaque para construção de moradias e edifícios públicos, civis ou religiosos, aparelhamento de ruas, passagens e pontes. Lentamente vai surgindo, como consequência do declínio da escravidão, uma nova cultura produtiva, ancorada no trabalho livre.

Com o advento do declínio do escravismo e a consequente redefinição do sistema econômico, ocorre também a reavaliação social do trabalho e do trabalhador. A antiga compreensão negativa do trabalho braçal vai perdendo espaço para outra pautada na sua valorização. A visão que fazia das artes manuais ocupações para homens inferiores cedeu lugar à crescente louvação das habilidades manuais, dotadas de um novo *ethos*, característico das sociedades burguesas e que ganhou força a partir das transformações ocorridas no Brasil dos inícios do século XIX.

A cidade do Salvador, capital da província, assumiu, a partir de 1763, a condição de “rainha viúva”, ainda que “uma rainha viúva grandiosa, shakespeariana”.⁷⁹ Assim, “ela desposou o passado” e já há tempos havia entregado “seu poder real a uma geração mais nova e impaciente”.⁸⁰ Na tentativa de manter sua dignidade, a cidade ensaiou passos no sentido de manter sua significância econômica, apesar das dificuldades oriundas da perda da centralidade nas decisões políticas.

⁷⁸ Cf. SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Op. cit.*, p. 14.

⁷⁹ ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013, p. 230.

⁸⁰ Idem.

Salvador, que, no período colonial, foi o “principal esteio”⁸¹ da economia do Brasil, estagnou a partir de 1823, o que comprometeu o protagonismo econômico que desfrutara antes da Independência, como bem evidenciou Kátia Mattoso em seus estudos sobre séries econômicas da Província.⁸² No recorte que interessa à presente pesquisa (1824 e 1937), observa-se uma fase de depressão econômica, fruto da guerra da independência (1821-1823), das inquietações sociais (1824-1837), da multiplicação dos engenhos, do deslocamento da mão de obra para o novo espaço econômico cafeeiro no sudeste, ao que se somam dificuldades de crédito, conjuntura econômica internacional desfavorável, substituição do açúcar de cana pelo de beterraba e diminuição no comércio da mão de obra servil. A recuperação deu-se entre 1842 e 1860, graças “à comercialização de novos produtos que vêm ocupar importante posição na pauta das exportações”, ou seja, os diamantes, o algodão e o café.

A partir de 1860, segue-se outro período de grande depressão, motivado por fatores que comprometeram definitivamente a relevância econômica da região no século seguinte: a Guerra do Paraguai, a crise da lavoura algodoeira e a praga que atingiu a cana-de-açúcar, a concorrência dos diamantes do Cabo, a intensificação do êxodo da mão de obra escrava para o sudeste, abolição da escravatura, as dificuldades de crédito, a série de secas, que culminaram com a de 1889, ao que se soma a depressão econômica europeia, de 1873 em diante.

Mais uma vez, seguiu-se uma década de recuperação (de 1887 a 1897), quando se observa “certa reanimação” no quadro econômico baiano, propiciada pela melhoria dos preços agrícolas no mercado internacional, exportação do cacau, com preços ascendentes, exportação de borracha de maniçoba e de carbonados, que alcançaram bons valores no mercado externo, o encilhamento, que multiplicou as possibilidades de crédito. As dificuldades aprofundaram-se entre 1897 e 1905, com as secas prolongadas que atingiram o litoral, a flutuação dos preços do cacau, as restrições de crédito, a persistente decadência do açúcar e a estagnação dos preços do fumo.

De 1905 em diante até o fim da década de 1920, houve certa recuperação, estimulada, sobretudo, pela Primeira Guerra Mundial, com o restabelecimento dos preços dos produtos agrícolas (cacau, fumo, açúcar), o renascimento das culturas de algodão e de arroz, o aumento da produção de farinha de mandioca, que chega mesmo a ser colocada no mercado internacional. Presencia-se, concomitantemente à montagem de pequenos núcleos industriais

⁸¹ Cf. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. – Salvador: Corrupio, 2004, p. 57.

⁸² Idem.

urbanos, o “fazer-se”⁸³ de uma classe operária, com características peculiares no que toca à sua composição étnico-cultural⁸⁴ e ideológica e às diferenças regionais de um país extenso como o Brasil, configurando realidades específicas, que também variaram em função da presença de imigrantes estrangeiros. Sobre a composição étnica dos operários de Salvador, compete observar que se diferenciava de outras regiões, como observa ainda Castellucci: “(...), a classe operária de Salvador era, essencialmente, brasileira. A imigração estrangeira para a Bahia foi insignificante tanto no século XIX quanto no início do XX.”⁸⁵

Pesquisas relativas à configuração econômica da cidade do Salvador na Primeira República evidenciam que a estrutura social da cidade apresentava características bastante interessantes, sobretudo quando se tem em conta que, por séculos, ela foi preponderantemente comercial, um importante entreposto entre Europa, África e Rio da Prata. Assim, no que respeita à composição social da capital baiana, “(...) Em seu conjunto, a classe operária tinha um tamanho inferior apenas ao enorme contingente dos sem profissões (57,7% da população), sendo três vezes maior que o comércio e finanças e tendo três vezes mais membros que a administração pública⁸⁶”. Cabe salientar, ainda, que o setor fumageiro não era computado nas listas e relatórios sobre os operários fabris e artesãos, o que implica em subestimar as dimensões da classe operária de Salvador.

Dentre os principais ramos de produção, destacavam-se, em ordem decrescente: o vestuário e toucador, o têxtil, o de edificação e alimentação, com relevante participação da mão de obra feminina e de menores, importante mecanismo de controle e depreciação dos salários. Em certos setores, como na produção de charutos, o trabalho ainda se realizava de maneira artesanal. Sobre o ainda incipiente parque industrial baiano, conta-se com o estudo de Mariléia Oliveira Santos, que investigou a trajetória do industrial baiano Luiz Tarquínio, que desempenhou importante papel na formulação e em ações visando ao controle disciplinar dos trabalhadores, com a implantação de vilas operárias, espaços que visavam controlar e condicionar a vivência coletiva dos operários. Em seu levantamento, a pesquisadora concluiu que “Em 1866, a província da Bahia possuía cinco das nove fábricas de tecidos existentes no

⁸³ Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 1987, p. 9: “Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.

⁸⁴ Que aqui delineamos como conceituação que diferencie os trabalhadores oriundos da Europa na condição de imigrantes empobrecidos.

⁸⁵ CASTELLUCCI, A. A. S. *Op. cit.*, p. 32.

⁸⁶ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2001.

país.”⁸⁷ Entretanto, essa posição proeminente logo foi superada pelo fluxo de capitais do setor cafeeiro para as atividades industriais,⁸⁸ o que explica a supremacia incontestada do Sudeste. Segundo Kátia Mattoso,

A estreita dependência que a Bahia teve, e tem, dos mercados externos a partir da época colonial foi desfavorável à economia baiana. Foi acentuado o seu papel de exportador de produtos primários e de importador de alimentos e produtos industrializados, posição extremamente desfavorável para qualquer economia (Mattoso, 2004, p. 102).

Dado esse panorama sobre a Bahia no período da pesquisa, cabe analisar a trajetória da Associação Tipográfica Baiana. Optou-se por um estudo de caso, dada a complexidade e amplitude do mutualismo no Brasil e na Bahia, que contou com centenas de entidades do gênero. Estudar a Tipográfica é um exercício de reconstrução histórica, no qual se tem a oportunidade de ouvir a fala dos trabalhadores gráficos da Bahia, materializada nos dois periódicos publicados pela sua associação no e nos relatórios de exercício.

⁸⁷ SANTOS, Mariléia Oliveira. *Empório da Utopia: o Projeto Industrial de Luiz Tarquínio*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000, p. 76.

⁸⁸ Temática tratada por Wilson Cano (1998) como transição de uma economia de ciclo agro-exportador para uma economia de complexo [cafeeiro], que desenvolve de forma sistêmica os mecanismos de inversões de capitais, no caso específico, do café para a incipiente indústria paulista.



Figura 04 – Última Sede Social da Associação Tipográfica Baiana.

REVISTA

DA

Associação Typographica Bahiana

 ANNO I — BAHIA, FEV. e MARÇO-1903 — NUM.º 8 e 9



GUTENBERG

De todos os inventos e descobertas que hão assombrado o orbe, nenhum, por certo, mais grandioso e sublime do que a imprensa.

Rasgando mares, descobrindo mundos ou devassando segredos os mais engenhosos e scientificos, jamais mortal algum conseguiu sobrepujar a gloria de João Gensfleisch Sorgeloch, o *Gutenberg*.

Entretanto, quantas torturas, dissabores e amarguras não se apresentaram a entibiar-lhe o animo nesse periodo memoravel que decorre de 1436, em que a historia começa a falar das peripecias do grande descobrimento, até 1468, quando alou-se ás regiões d'além o espirito colossal do grande descobridor!...

Figura 05 – Revista da Associação Tipográfica Baiana, Ano 01, Nº 08 e 09.

Capítulo 2

A Associação Tipográfica Baiana e a cultura associativa dos trabalhadores gráficos de Salvador

Neste capítulo investigam-se, em primeiro lugar, as razões pelas quais a Associação Tipográfica Baiana foi criada, bem como a sua trajetória em termos de objetivos, composição do seu quadro social, receita, despesa e patrimônio, valor das joias e mensalidades, além da dinâmica do seu funcionamento interno.

Associações, tal como a Tipográfica Baiana, organizavam-se a partir dos interesses comuns, que envolviam um determinado agrupamento profissional. Percebe-se que a influência dos sócios fundadores condicionava muitos dos rumos tomados pela entidade. Os princípios e metas a serem atingidos eram discutidos e propunha-se sua incorporação aos estatutos, após discussão e aprovação por parte daqueles que compunham o corpo social da entidade. Tal espaço de discussão e deliberação era a assembleia geral, que recebia, periodicamente, novas demandas, tendo em vista a adequação da entidade aos desafios do momento.

A legislação que passou a normatizar, de forma mais específica, o funcionamento das associações mutualistas pode ser identificada a partir da segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei nº. 1083, de 22 de Agosto de 1860, que continha providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. No seu artigo 2º, § 1º, a lei assim dispunha sobre a “organização e regime” de sociedades, entre as quais estavam as de socorros mútuos:

As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agências, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, além de incorrerem na pena do art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de Janeiro de 1849, pagarão as que tiverem capital social a multa de 1 a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1\$000 a 5:000\$000, pelas quais multas, assim como por todos os atos das referidas Sociedades, ficam solidariamente responsáveis os sócios que as organizarem ou tomarem parte em suas deliberações, direção ou gerência, e as pessoas que direta ou indiretamente as promoverem.⁸⁹

Constata-se que a iniciativa do Estado brasileiro no sentido de regular, do ponto de vista jurídico, as organizações, acabava por colocar, lado a lado, mutuais, bancos e companhias congêneres, dedicadas, sobretudo, às atividades ligadas ao mundo da economia e das finanças. O texto da lei assim prosseguia no que tocava à disposição anteriormente citada:

Esta disposição é aplicável aos Montepios, às Sociedades de Socorros Mútuos, às Caixas Econômicas, e à toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatários, ainda que seja beneficente. Aos presidentes das províncias, e na forma de Regulamentos dos Governos, pertence a faculdade de autorizar e aprovar os estatutos

⁸⁹ Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860.

dos Montepios e das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra associação de beneficência estabelecida nas províncias...⁹⁰

Ainda no mesmo ano de 1860, foi publicado o Decreto 2.711, que dispunha sobre a criação de bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, reafirmando a obrigatoriedade das sociedades de “toda e qualquer qualidade”, sem firma social, necessitarem de autorização e aprovação por parte do Presidente de Província. Rezava o Artigo 27, § 1º:

A autorização e aprovação dos Montepios das Sociedades de Socorros Mútuos, e de qualquer outra sociedade de beneficência sob a forma anônima será concedida nas Províncias pelos respectivos Presidentes, mediante as fórmulas requeridas pelos capítulos antecedentes, e observadas as disposições especiais dos seguintes, e quaisquer outras que no futuro forem estabelecidas em Regulamentos expedidos pelo Governo.⁹¹

O mesmo parágrafo dispunha, no que tange às sociedades de socorros mútuos, que deveriam “ter unicamente por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade, ou inutilização de serviço, e socorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral”.⁹² Sobre os estatutos das mutualistas, o decreto estabelecia que deveriam conter e mencionar, em primeiro lugar, as condições de admissão, exclusão, ou eliminação dos sócios, e número destes; em seguida, especificava os casos em que os socorros deveriam ser prestados, o modo de sua prestação, o respectivo quantitativo e sua fiscalização; em terceiro lugar, a importância de cada contribuição ou cotização, as épocas em que deveriam ter lugar, o modo de sua percepção ou arrecadação e as penas em que deveriam incorrer os remissos, ou morosos; em quarto lugar, os estatutos deveriam conter e mencionar o emprego do fundo social; e, por fim, o modo de administração da associação mutualista, e as condições de nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias.

A obrigatoriedade de os presidentes serem nomeados pelo dirigente da Província não mais vigorou a partir do início da década de 1870, quando foi promulgado o Decreto nº 5.112, de 17 de Outubro de 1872.⁹³ Neste, além de determinar que a nomeação do Presidente nas associações de montepio ou de socorros mútuos fosse feita pelas assembleias gerais dos contribuintes, segundo as regras fixadas em estatutos por cada associação, derogou-se o § 5º dos artigos 29 e 32 do Decreto 2.711, que tratavam, respectivamente, das eleições e

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.

⁹² Idem, Art. 31.

⁹³ Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.

nomeações dos presidentes nos montepios e do modo de administração e das eleições e nomeações dos presidentes nas sociedades de socorros mútuos.

Essas tentativas de controle da prática associativa poderiam evidenciar certo temor por parte do Estado, sobretudo em relação ao que tais agremiações poderiam conter de forma dissimulada ou em germe. Ideias que porventura não fossem bem vindas e que pudessem afetar a estabilidade da ordem social deveriam ser tolhidas. Porém, conforme as peculiaridades do contexto nacional, o que se pode observar, a partir de 1883, é um retorno ao “privatismo anterior a 1860,”⁹⁴ sobretudo em virtude da publicação da Lei nº 3.150, de 4 de Novembro de 1882, regulamentada pelo Decreto nº 8.821, de 20 dos mesmos mês e ano. Confirmando certo relaxamento da legislação, o artigo 34 do novo dispositivo legal “fixava a necessidade de autorização prévia apenas para as entidades que tomassem a forma anônima; as demais, fossem literárias, científicas, políticas ou de socorros mútuos, poderiam instruir-se sem autorização do governo e eram regidas pelo direito comum”.⁹⁵ Segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr., essas disposições foram mantidas e sancionadas no Código Civil de 1916.⁹⁶ Tal medida teria tornado rotineira a publicação de estatutos na imprensa.⁹⁷

Nesse contexto, fundou-se a Associação Tipográfica Baiana, em 30 de outubro de 1870, instalada em 16 de abril de 1871, em consonância com os dispositivos da Lei 1.083.

Examinando-se tanto os relatórios de exercícios anuais da Associação Tipográfica Baiana, quanto os seus resumos - estes publicados na revista da Associação -, foi possível constatar que essas exigências do Governo eram cumpridas tanto para atender a autoridade governamental – que exigia tais disposições em estatutos -, como também para deixar os sócios informados sobre o movimento social da mutual.

A razão para a fundação da Associação Tipográfica Baiana relacionava-se à necessidade e ao ideal de criação de uma sociedade para a “classe”,⁹⁸ ideal já alimentado pelos tipógrafos desde os anos 30 do século XIX e que se ligava, fundamentalmente, ao fato de os tipógrafos, enquanto trabalhadores, desejarem construir um espaço de socorro durante as adversidades, como também de instrução e organização dos membros do ofício. Duas tentativas anteriores não chegaram a bom termo. A primeira, no contexto em que estava em curso a Sabinada, sobre a qual se tem poucas informações, à exceção de registro da data de

⁹⁴ LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 17.

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 301.

⁹⁷ LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Op. cit.*, p. 32.

⁹⁸ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia, Abril, 1903, nº 10, p. 161.

1837. A segunda ocorreu no ano de 1857, por iniciativa de Eduardo Daniel Galvão, auxiliado pelos colegas de ofício Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Eustaquio José de Souza. Os interessados, mais de trinta tipógrafos, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, no Beco do Tira-Chapéu, sob a presidência do Sr. Lucídio de Souza Mascarenhas, para a instalação do conselho provisório, encarregado de dirigir os trabalhos até que se inaugurasse a sociedade.⁹⁹

Nessa reunião, teria sido eleita uma comissão, composta tanto por tipógrafos como por um clérigo, que se encarregaria da elaboração do projeto de estatutos. Os membros da comissão eram Eduardo Daniel Galvão, Firmino Guimarães, D. Alvaro Balthazar da Silveira, Albino Henriques da Silva e Domingos F. da Silva.¹⁰⁰ Eduardo Daniel Galvão teria se adiantado e apresentado as bases dos estatutos que, posteriormente, foram modificados pela comissão anteriormente eleita. Apesar desses esforços, não se logrou êxito na criação da associação.¹⁰¹

2.1 A fundação

A iniciativa de criação da Tipográfica, pelo que se pode observar, foi de responsabilidade de trabalhadores do setor gráfico da capital baiana, não havendo, pelo menos nas evidências encontradas, presença de iniciativa patronal.¹⁰² Apesar de contar nos seus quadros elementos que possuíam oficinas tipográficas, a grande maioria era composta de empregados em oficinas, portanto operários que vendiam a sua força de trabalho para proprietários de jornais ou tipografias voltadas para outros tipos de serviços gráficos. Essa presença de proprietários de oficinas, pelo menos ao que parece, não comprometia os objetivos da mutual de defender os interesses dos seus associados.

Os “ramos” das artes gráficas responsáveis pela fundação da Associação foram os de tipógrafos, livreiros e litógrafos.¹⁰³ Configurou-se então uma sociedade de socorros mútuos, típica de trabalhadores que buscavam se proteger dos infortúnios que os acometiam. O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos líderes pioneiros – juntamente com Eduardo

⁹⁹ Idem, p. 165.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Ibid., p. 165-6.

¹⁰² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 7, p. 115-6; *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 165; *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35; *Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia (fac-símile)*. Salvador, 1923, p. 397.

¹⁰³ Idem.

Daniel Galvão e Domingos Francellino da Silva¹⁰⁴ – na criação da Associação Tipográfica Baiana, pronunciado na sessão de fundação do grêmio, naquela data de 30 de outubro de 1870, onde inicialmente reuniram-se trinta e um “membros da classe”,¹⁰⁵ ilustra bem a quem a associação direcionava seus objetivos. Assim começa o discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito:

Meus colegas:

A aurora de nossa regeneração surge ante o combate das ideias, ante a cruzada do progresso, pelo pórtico imortal da civilização.

O apelo que fizemos aos apóstolos de Gutenberg foi correspondido pela confiança que nestes espíritos reina, acerca de tudo quanto é belo e sublime.

Que imponente e majestoso espetáculo apresenta hoje aqui a imprensa da Bahia! Uma reunião compacta de tipógrafos, livreiros e litógrafos – são elos de uma mesma cadeia, porque identificados em uma só ideia, tendem a um fim comum.

Oh! Colegas, o meu coração extasia-se por este extraordinário e soberbo acontecimento!

Condenados por muito tempo ao silêncio, falamos por fim, e nossa palavra menos autorizada se ergueu fracamente, porém firme na convicção do seu dever, para advogar sinceramente os interesses da classe a que pertencemos.

O véu misterioso do impossível envolvera a existência de uma associação tipográfica; esperanças não havia mais de levantá-la, e nós, abatidos e amordaçados, humildemente curvamos as nossas fronteiras, sem que uma voz em nossa defesa se fizesse ouvir. Parecia estar de todo extinto, entre nós, o espírito de classe, e dir-se-ia que a ambição de cada um colocava-se mais alto que o interesse de todos.

Enquanto na Bahia, a arte tipográfica definhava e ia a caminho da servidão, nessa Atenas brasileira, – província fértil em produzir estadistas, diplomatas, sábios, guerreiros e artistas – em quase todas as províncias do Império fundavam-se associações tipográficas e órgãos sustentadores de seus direitos.¹⁰⁶

Interessante notar que, nas palavras de Joaquim Hyppolito, há claramente uma visão iluminista de mundo, que se alinhava ao projeto libertador da humanidade pela imprensa. Essa perspectiva de progresso e de civilização alentava os tipógrafos baianos no sentido de organizarem-se em uma associação que defendesse seus interesses comuns. Os tipógrafos, livreiros e litógrafos consideravam-se apóstolos de Gutenberg e, por conseguinte, deveriam ser ciosos da tarefa que lhes incumbia a história, ou seja, de serem os guardiões do invento da imprensa. Além do mais, a confiança em tudo o que é belo e sublime fazia parte do universo do tipógrafo, por isso ele não hesitou em atender ao apelo dos três pioneiros. Pelo menos é a impressão que se quer fixar no início do discurso.

Todavia, a satisfação e o “espetáculo” ocasionado pela reunião daqueles trinta e um tipógrafos, livreiros e litógrafos pode revelar mais do que apenas uma alegria fruto das

¹⁰⁴ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

¹⁰⁵ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35.

¹⁰⁶ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35-6.

virtudes próprias dos artistas gráficos. A reunião, como registra o texto, foi compacta ali naquele ano de 1870. As razões para isso podem ser muitas e talvez não se tenham as respostas para as questões levantadas. Como se sabe, duas foram as tentativas de criação da sociedade de socorros mútuos dos tipógrafos baianos que não chegaram a termo. Joaquim Hyppolito “extasia-se” pela proeza que conseguem ao fundar a Tipográfica em 30 de outubro daquele ano. Provavelmente as dificuldades foram imensas durante as décadas anteriores e a desarticulação enquanto classe afligia a maioria dos profissionais do setor gráfico na Bahia.

O que significaria o fato de os tipógrafos baianos lamentarem o silêncio que lhes foi imposto? Por que sua palavra era “menos autorizada” e quando se ergueu o fez de maneira fraca? Havia perseguição? Limitações políticas? Limitações de organização em virtude do desinteresse dos tipógrafos? Parte dessas questões é passível de resposta; a maioria ainda não, pelo menos com os documentos até agora encontrados.

Prudêncio de Carvalho, um dos poucos tipógrafos da Associação Tipográfica Baiana possuidores de sua própria oficina, acreditava que a sociedade não teve sucesso em 1837 por conta da eclosão do movimento da Sabinada.¹⁰⁷ Neste caso, seria possível responder à questão que trata de impedimentos políticos para a criação do grêmio. Associar-se, naquele contexto de convulsão social na Bahia, poderia despertar desconfiança e repressão por parte do Estado. A situação da economia baiana era difícil e ensejava uma série de descontentamentos por parte da população. Segundo Paulo César de Souza,

Seca, escassez, alto preço dos gêneros, aviltamento da moeda: de uma maneira que não se deixa demonstrar com a precisão desejável, esses fatores contribuíram para o ‘desassossego público’ na década de 1830. As manifestações desse desassossego tinham algo de *food riot*.¹⁰⁸

Justifica-se que, em razão desse contexto, tenham os tipógrafos recuado, inclusive, porque as perseguições desencadeadas por processos revolucionários poderiam tender a fustigar grupos organizados. Noutros termos, não seria nada oportuno buscar organizar, no ano de 1837, na Bahia, uma associação que representasse os interesses de um agrupamento profissional. O descontentamento da população era tal que

¹⁰⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1903, Ano I, nº 10, p. 165. Este número da revista foi especialmente dedicado à história da Associação, que naquele ano comemorava 32 anos. Nele encontra-se, material valiosíssimo e que consubstanciou sobremaneira a pesquisa aqui realizada. Sobre tudo, registre-se, a contribuição feita em forma de um “Escorço de uma Notícia Histórica” sobre a Associação Tipográfica Baiana, empreendida naquele ano de 1903, pelo já referido no texto, tipógrafo Prudêncio de Carvalho. Sem esse vestígio, seria impossível, com as atuais fontes, reconstruir a fase inicial da Tipográfica.

¹⁰⁸ SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142.

Reivindicações por aumentos salariais eram constantes nessa época. Partiam de artesãos, empregados públicos, militares. Parecem ter se intensificado durante o ano de 1837. Em julho, os carpinteiros do Arsenal da Marinha requereram o aumento dos vencimentos diários para 1400 réis, como eram pagos seus iguais na corte. Em agosto, todos os empregados civis do Arsenal se uniram nessa exigência. No mesmo mês, os guardas da Alfândega pediram elevação dos soldos, ‘atenta a carestia dos gêneros de 1ª necessidade’, alegaram. Se reivindicações desse tipo não obtinham resposta, não surpreende que tais grupos de profissionais tomassem parte na revolta.¹⁰⁹

Outra pergunta dentre as elencadas anteriormente, que talvez possa ser respondida, é a que tangencia os limites de organização em virtude do desinteresse dos próprios tipógrafos. O “silêncio” e a “palavra menos autorizada”, relacionados com a primeira questão, talvez não se desvencilhem da segunda. A proibição de falar ou escrever relacionava-se somente às problemáticas da macropolítica?

Na segunda parte do discurso de Antonio Hyppolito, e já passado um pouco o êxtase do sucesso da reunião, ele passou a narrar as dificuldades que assombraram e frustraram a criação da Tipográfica. Um certo “véu misterioso” tornou-se óbice à “existência de uma associação tipográfica”. As esperanças já haviam sido perdidas e o pioneiro tipógrafo lamenta que as frentes foram obrigadas a curvarem-se, sem que uma voz de defesa se levantasse para representar os artistas gráficos. O “espírito de classe” parecia extinto e as ambições individuais ocupavam lugar de proa na ação dos trabalhadores do ofício.

Percebem-se, nesse lamento, as dificuldades internas de organização da ação coletiva dos tipógrafos baianos no período compreendido entre as décadas de 1830 e 1860. As razões para tal estado de coisas talvez se assentassem, sobretudo, na inexistência de uma prática associativa ou talvez numa condição de trabalho ainda não tão desfavorável, pelo menos nesse período, suposições que talvez não se comprovem com a descoberta de novos documentos sobre a condição profissional do tipógrafo. Também se pode aventar que a inexistência de uma identidade profissional, bem como a ausência de um espírito de solidariedade pode ter comprometido o surgimento da Tipográfica em momento anterior. O certo é que, somente em 1870, o sonho concretizou-se. Criada, como revelam os documentos, com o intuito de amparar os associados na falta de trabalho, na moléstia e na velhice, além de edificar carneiros para o sepultamento de seus sócios e obtenção de uma renda para a associação por meio da cessão para não sócios, criação de uma biblioteca – objetivo que não foi atendido de imediato à criação do grêmio –, e um objetivo para o futuro, criar escolas para os três ramos

¹⁰⁹ Idem, p. 143.

das artes gráficas contemplados na associação, como também para os aprendizes daqueles ofícios.

Essa reunião de fundação da Associação Tipográfica Baiana ocorreu na sala das sessões da Sociedade Montepio dos Artífices, no Beco do Arcebispo. A ela concorreram os senhores Aristides Ricardo de Sant'Anna, Hermínio de Souza Porto, José Odorico Paranhos, Ladislau José de Mattos, João Candido Soares, Manoel Martins da Cruz, Jesuino Francisco de Carvalho Cabrera, Symphronio Olympio Pereira, Fortunato Rodrigues Mendes, Elpídio Maria de Castro, Domingos Lopes Moitinho, Carlos Ferreira da Rocha, Theodoro Pereira da Fonseca, Tranquillino Pinto da Silva, José Joaquim Ladislau Rio Negro, Annibal d'Almeida Brayner, João Cancio da Silva, Agapito Ramos d'Oliveira, José Domingues da Silva, Guilhermino Alvares da Costa Dorea, Ludgero José de Souza, José Ricardo da Silva, João Capistrano Fernandes, Zeferino José de Azevedo, Aurélio José de Miranda, Francisco José Borges de Macedo, Francisco Moraes de Farias, João José Innocencio de Barros, Alcino Ferreira da Silva Junior, Basilio Jorge dos Santos e Saturnino Antonio Moreira Braga, perfazendo exatamente os trinta e um reunidos em 30 de outubro de 1870.¹¹⁰

Nas sessões subsequentes, que ocorreram até a data de instalação da Associação em 16 de abril de 1871, novos interessados acorreram às reuniões, que culminariam no reconhecimento legal da Tipográfica Baiana. No escorço elaborado por Prudêncio de Carvalho ainda há o registro de mais alguns nomes como os de Antonio Brandão d'Araujo, Antonio Tertuliano Esteves, Antonio Capella, Camillo Gonzaga da Purificação, Cecilio José dos Santos Titara, Ignacio H. Cajueiro, Manoel Honório da Silva, Ludolf Joaquim Hovermand, Antonio Mendes, Lazaro Antonio de Jesus, José da Silva Reis, João Evangelista, F. Antonio d'Araujo, Benigno Vicente Dantas, Felix Antonio Possidonio, Justino José dos Santos, Manoel Chaves, Claudelino Gomes, Josephino M. Gercent, Leopoldino Pitombo e Antonio José Fiel.¹¹¹

Para presidir aquela primeira reunião, foi “proclamado” o Sr. Aristides Ricardo Sant'Anna, sendo, em seguida, eleita uma mesa provisória, que ficou assim constituída: Presidente, João Capistrano Fernandes; 1º Secretário, Joaquim Cassiano Hyppolito; 2º Secretário, José Odorico Paranhos. Havendo a necessidade de alguém responsável pelas finanças da agremiação, segundo o escorço histórico de Prudêncio de Carvalho, foi eleito em

¹¹⁰ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

¹¹¹ Idem.

sessão subsequente para ocupar o cargo de tesoureiro, o Sr. Guilhermino Alvares da Costa Dorea.¹¹²

Ainda nessa primeira sessão da Mesa Provisória, incumbida de dirigir os trabalhos até a instalação da associação, alguns membros fundadores discursaram: Eduardo Daniel Galvão, que veio a falecer pouco tempo após a instalação da Tipográfica em 1871, em 13 de janeiro de 1872,¹¹³ Joaquim Cassiano Hyppolito e Domingos Francellino da Silva. Vê-se que os discursos foram proferidos exatamente por quem havia tido a iniciativa de convocar a reunião de 30 de outubro de 1870. Infelizmente, não se tem a transcrição desses discursos, que provavelmente colaborariam para a compreensão do que pensavam os pioneiros, à exceção de fragmentos do discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, publicados na edição de nº 15 e 16 da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Segundo Prudêncio de Carvalho,¹¹⁴ nesses discursos demonstrou-se a necessidade da criação da Tipográfica, lançaram-se as bases dos seus estatutos e elegeu-se uma comissão encarregada de elaborá-los. Para tal comissão, foram indicados os Srs. Manoel Honorio da Silva, João Cancio da Silva, Ignacio Hermogenes Cajueiro, André Pereira e Benigno Vicente Dantas, que, segundo o escorço, “bem desempenharam essa incumbência”.¹¹⁵

Ainda segundo Prudêncio de Carvalho, a Mesa Provisória realizou nove sessões preparatórias de 30 de Outubro de 1870 a 30 de Janeiro de 1871, sendo que as duas primeiras sessões foram realizadas nas instalações da Sociedade Montepio dos Artistas e as demais no Colégio 3 de Fevereiro, no Beco do Açouguinto:¹¹⁶

Numa destas sessões apresentou a comissão o projeto de Estatutos, que foi discutido largamente e afinal aprovado em 3ª discussão, em 26 de Janeiro de 1871, e remetidos no dia seguinte ao Governo da Província a fim de aprová-los de acordo com o Decreto nº 2.711, de 19 de Dezembro de 1860, o que fez por ato de 25 de Fevereiro do mesmo ano.¹¹⁷

Conclui-se assim, todo o processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana que, na realidade, havia sido iniciado na primeira tentativa em 1837, passado pela outra de 1857, capitaneada por Eduardo Daniel Galvão, e culminada em 1870, também sob a liderança desse tipógrafo. Com essa etapa concluída, ou seja, a consecução do projeto de congregar os tipógrafos em uma sociedade de socorros mútuos, seguiu-se o estágio de reconhecimento

¹¹² Ibid.

¹¹³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 7, p. 117.

¹¹⁴ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166-7.

¹¹⁵ Idem, p. 167.

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 167.

legal da entidade, o que dependia da anuência das autoridades provinciais, como rezava a legislação da época.

2.2 A Instalação

Segundo Prudêncio de Carvalho, a solenidade de instalação da Associação Tipográfica Baiana contou com muita “solenidade” e “imponência”, “que imprimiram a essa festa a singularidade de um fato altamente significativo”.¹¹⁸ Adiante, poderá ver-se que tal “solenidade” e “imponência” deveram-se, sobretudo, à presença de autoridades e membros de estratos privilegiados da sociedade baiana.

Na data de 16 de Abril de 1871, conforme o esboço histórico de Prudêncio de Carvalho, após a realização de uma missa em ação de graças, reuniram-se os sócios fundadores no Paço Municipal em presença do então Vice-Presidente da Província, Francisco José da Rocha, de várias representações de outras associações, de “pessoas gradas”, “e de numeroso concurso do povo”. Inaugurou-se então a Associação, contando neste seu início com 68 sócios.

A sessão inaugural foi presidida pelo Vice-Presidente da Província, tendo sido franqueada a palavra aos delegados de outras associações, que se congratularam com os tipógrafos, “sendo o ato abrilhantado pela música do corpo de polícia”.¹¹⁹ De acordo com Prudêncio de Carvalho, da cerimônia de instalação “foi lavrada uma ata especial em rico álbum de veludo, com frisos dourados,”¹²⁰ ofertada pelo sócio Manuel Honório da Silva.

Após a solenidade de instalação, elegeu-se a primeira diretoria da Associação Tipográfica Baiana, para o exercício de 1871 a 1872. Os exercícios eram contados do dia 1º de abril de um ano a 31 de março do seguinte.¹²¹ Assim ficou a composição dessa primeira diretoria:

Presidente – José Firmino Cavalcanti.

Vice-Presidente – Augusto de Oliveira Mendes.

1º Secretário – Joaquim Cassiano Hyppolito.

2º Secretário – José Odorico Paranhos.

Tesoureiro – Guilhermino Alvares da Costa Dorea.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 168. Em especial, observe-se a nota de rodapé nº 5.

Vogal – Ladislau José de Mattos.

Arquivista – Agapito Ramos de Oliveira.

A Comissão Fiscal foi composta pelos sócios Ignacio Hermogenes Cajueiro, Albino Henriques da Silva e Camillo de Lellis Masson.

Guilhermino Alvares da Costa Dorea teria deixado o cargo de tesoureiro pouco tempo após a eleição “por motivo de força maior”, sendo substituído por Agapito Ramos de Oliveira, outrora eleito para o cargo de arquivista, que por sua vez foi substituído por Ludgero José de Souza.

A mesa provisória, constituída lá em 30 de Outubro de 1870, ao prestar contas à primeira Diretoria, apresentou um saldo de 665\$000 (seiscentos e sessenta e cinco mil réis), ou seja, a entidade já começou com saldo positivo antes mesmo da sua instalação. Segundo a mesma fonte, “os fatos mais importantes” ocorridos nesse exercício de 1871 a 1872 teriam sido os seguintes:

1º. Com o fim de aumentar o fundo social, realizou-se em junho de 1871 um espetáculo no Circo Casali, em benefício dos cofres da Sociedade, o qual produziu a importância líquida de 1:010\$000 (hum conto e dez mil réis).

2º. No trimestre de Outubro a Dezembro desse ano, funcionou o conselho [pelo motivo de a associação ainda não possuir prédio próprio], sem dispêndio algum, na casa de residência do Sr. Hermelino Estevam de Sant’Anna, à Rua dos Carvoeiros, hoje [1902, ano da publicação do nº 10 da Revista da Associação Tipográfica Baiana] Rua D’Assembleia, nº 10, passando em janeiro de 1872 a funcionar em uma das salas do Monte Pio dos Artífices, que teria atendido generosamente o pedido daquele conselho.

3º. Em 4 de outubro de 1871, faleceu o sócio fundador Camillo de Lellis Masson.

4º. Em 1872, foram concedidos títulos de sócios honorários aos Srs. Dr. Antonio Garcia Pacheco Brandão e Manoel Agostinho da Cruz e Mello, este por ter franqueado o prédio, onde residia, para as sessões preparatórias da Associação, com todas as despesas correndo por sua conta, e àquele por ter apresentado à Assembleia Provincial um projeto de lei concedendo 20 loterias destinadas à criação de um Monte Pio para os tipógrafos, livreiros e litógrafos, sendo o projeto convertido na Lei nº 1.179, de 6 de Abril de 1872.

Em virtude dessa lei, aventou-se, segundo Prudêncio de Carvalho, a mudança do nome da Associação para “Montepio dos Tipógrafos, Litógrafos e Livreiros”. Porém esta ideia não encontrou lastro, acabando por não vingar.

5º. Nesse exercício, a receita da Associação elevou-se a 2:330\$760 e a despesa a 168\$800, restando de saldo 2:161\$960, o qual foi capitalizado¹²².

Do relatório de exercício de 1871 a 1872, Prudêncio de Carvalho publica um excerto que, em sua opinião, exprimiam os “grandiosos intuitos” que animavam os seus consócios daquele tempo. Nas suas palavras:

A nossa Associação não deve só limitar-se a fechar a porta para onde a miséria nos possa assaltar. Não! Devemos esforçar-nos para que se abram escolas noturnas ou domingueiras, nas quais o tipógrafo, o livreiro e o litógrafo e os aprendizes dessas profissões estudem a língua vernácula. Devemos fazer o possível para o ensino, ao menos, das regras teóricas da arte tipográfica. Devemos proceder a estudos sérios para melhorar o sistema de trabalho que nos impõem os proprietários de tipografias com prejuízo nosso, sem que a paga, mesquinha como é, corresponda a esse mesmo trabalho.¹²³

Ao que parece, depois de observar esse “nascimento” da Associação Tipográfica Baiana e os fatos “mais importantes” que a acompanharam, a sua situação econômica inicial foi auspiciosa. De pronto, acumulava um saldo de mais de dois contos de réis, que mais tarde seriam acrescidos dos valores referentes às loterias aprovadas em seu benefício pelo Governo Provincial. Tal concessão de loterias evidencia uma relação amistosa da Associação com as autoridades governamentais, o que pode ser confirmado, inclusive, pela presença, sobremaneira simbólica, do Vice-Presidente da Província na solenidade de Instalação e, sobretudo, o fato de colocarem a seu cargo a direção dos trabalhos naquele episódio.

2.3 Salvador e o ofício de tipógrafo

Na Salvador de meados e fins do século XIX, como aliás em outras importantes cidades do país, o mercado de trabalho dividia-se em duas grandes esferas: a do trabalho livre, composta por brancos, mulatos e negros livres, e a do trabalho escravo, como bem aponta Katia Mattoso, que se refere à “dupla estrutura do trabalho urbano.”¹²⁴ Num contexto em que o exercício de alguns ofícios era vedado aos escravos, é fundada por tipógrafos, livreiros e litógrafos soteropolitanos a Associação Tipográfica Baiana. Não se sabe se a atividade gráfica era interdita aos escravos, dado que no universo das “artes e ofícios” havia uma hierarquização em que se compartimentava essa estrutura em ofícios prestigiosos e outros não. Mattoso relaciona alguns desses ofícios considerados prestigiosos em meados do século

¹²² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 169.

¹²³ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 169.

¹²⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 530.

XIX. Eram eles os de ourives, colchoeiros, fabricantes de mastros ou relojoeiros; já os ofícios de toneleiro, caldeireiro, serrador de madeira e calafate, entre outros, eram considerados atividades mais humildes.¹²⁵ No levantamento realizado por essa historiadora não aparece o ofício de tipógrafo nessa relação hierárquica da estruturação das ocupações. Contudo, por outras evidências,¹²⁶ sabe-se que o trabalhador do setor gráfico via-se, nos termos de hoje, como uma “categoria profissional” privilegiada.

Robert Darnton, analisando o massacre de gatos relatado por Nicolas Contat, capitaneado por Jerome (segundo Darnton, tal personagem seria o próprio Contat) e Léveillé, dois aprendizes numa tipografia parisiense, evidencia as diferenciações que hierarquizavam o mundo das atividades artesanais. Uma evidência disso se dá quando da passagem do personagem Jerome pelo ritual chamado “o uso do avental” (*la prise de tablier*), que, ao que parece, ocorria logo depois da admissão na oficina tipográfica. Após o ritual, os operários dirigiram-se à taverna preferida e enviaram emissários aos açougues pregando que determinados cortes de carne somente eram dignos dos tipógrafos, e outros, inferiores, deveriam ser deixados para os sapateiros, um ofício menos digno que o daqueles.¹²⁷ No espaço restrito que determinados ofícios instituía para si no mundo do Antigo Regime, várias oposições eram estabelecidas, tanto em relação à moralidade burguesa farisaica como também em relação a outros trabalhadores.

Os operários (*tipógrafos*) posicionavam sua ‘república’ contra esse mundo (*dos burgueses*), e também contra outros grupos de oficiais assalariados – os sapateiros, que comem cortes inferiores de carne, e os pedreiros ou carpinteiros, que eram sempre bons para uma briga, quando os tipógrafos, divididos por ‘habilitações’ (*a casse e a presse*), visitavam as tavernas no campo aos domingos. Entrando num desses ‘setores’ (*as ocupações*), Jerome assimilou um *ethos*. Identificou-se com uma arte; e, como compositor assalariado, em sua plena condição, recebeu um novo nome. Tendo cumprido, na plenitude, um rito de passagem, no sentido antropológico da expressão, ele se tornou um *Monsieur (grifos nossos)*¹²⁸.

¹²⁵ Idem, p. 534.

¹²⁶ Cf. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 116; VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, pp. 96-7; Além dessas referências, a qual, no primeiro caso, tratou-se de tipógrafos franceses protagonistas do hoje célebre (pelo menos entre os historiadores) massacre de gatos numa oficina tipográfica parisiense do Antigo Regime, e, no segundo caso, tratou-se de tipógrafos do Rio de Janeiro no século XIX, encontramos referências às especificidades do ofício nos próprios impressos da Associação Tipográfica Baiana, vide, a título de exemplo, a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, n.ºs 15 e 16, p. 35-8, onde foi publicado o discurso proferido pelo tipógrafo Joaquim Cassiano Hyppolito na sessão de fundação da Associação em 30 de Outubro de 1870; também no mesmo periódico, os n.ºs 8 e 9, p. 130-2, e o n.º 3, p. 52-3.

¹²⁷ DARNTON. *Op. cit.*, p. 116.

¹²⁸ Idem, p. 120.

Na Bahia de fins do século XIX e início do XX, os tipógrafos, para além da necessidade primordial de associar-se no intuito de fortalecer a “classe”, também buscavam reforçar as prerrogativas outrora perdidas ou em vias de dissolução. No discurso de fundação da Associação Tipográfica Baiana, ainda assim se manifestava Joaquim Cassiano Hyppolito:

O tempo, (...), urge. Estamos em pleno século XIX, o século das Luzes e do Progresso. Ficar estacionário ante a revolução que se opera na sociedade é suicidar-se. ‘Caminhar, eis tudo. É o destino do homem; é a legenda dos povos; é o fadário da humanidade’. E por isto vos convocamos para a reunião de hoje, a fim de envidarmos todos os esforços para sustentação de nossos direitos e privilégios arrancados, de nossa dignidade e de nossas necessidades mais palpitantes menosprezadas. (...) Temo-nos esquecido de que uma hora que passa é parte de nossa existência que se esvai; e que hoje estamos mais perto da sepultura do que ontem; que cada instante pode decidir de nossa sorte e de nossa vida e que o infortúnio pode levar-nos às calçadas das ruas, com o braço estendido a implorar caridade pública. (...) E se ainda não bastasse, (...) um inimigo audaz levanta-se diante de nós, (...) disposto a esmagar-nos. Refiro-me ao pensamento que tem a Mesa dos Órfãos de São Joaquim de fundar um estabelecimento tipográfico, em grande escala, com as três artes, aproveitando-se para esse fim dos meninos órfãos ali recolhidos. A realizar-se este pensamento, as classes de tipógrafos, livreiros e litógrafos ficam extintas entre nós, porquanto, dispondo os mesários de recursos pecuniários e de influência, hão de por força fazer convergir para o seu estabelecimento todas as impressões, encadernações etc. É preciso reagir de toda e qualquer forma possível. (...) E o meio, o mais essencial, é seguramente a organização de uma associação que nos proteja e nos ampare – na falta de trabalho, na velhice e na moléstia – e também a criação, na imprensa, de um órgão que defenda nossos interesses e intrua nossos associados, fazendo-lhes patente os melhoramentos introduzidos nos países mais adiantados¹²⁹.

O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito insere-se em duas vertentes vislumbradas para os trabalhadores de ofício no Brasil e na Bahia daquele contexto de meados e fins do século XIX: uma ligada a um olhar retrospectivo, segundo a qual desde o fim das corporações, sobretudo os mestres de ofício haviam perdido seus privilégios e a estrutura hierárquica mais enrijecida típica do Antigo Regime já não mais vigorava, o que possibilitava a ampliação da oferta de mão de obra, que não necessitava passar pelos exames que habilitavam um candidato a exercer determinado ofício e fragilizavam os “direitos e privilégios”; outra vertente relacionava-se a um olhar em perspectiva, ou seja, a necessidade de organizar-se para fugir às adversidades oriundas das relações capitalistas, que se consolidavam na sociedade baiana e brasileira, e que geravam uma série de desconfortos profissionais e insegurança quanto ao dia de amanhã, mas que não mais podia conceber a rigidez peculiar às corporações de ofício extintas, no Brasil, em 1824. Assim, o objetivo é, num primeiro momento, o socorro mútuo, mas que deveria ser incrementado com a criação de

¹²⁹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16, p. 36-7.

um órgão de imprensa que defendesse os interesses e instrísse os associados da Tipográfica Baiana.

As três “classes” representadas na fundação da Associação – tipógrafos, livreiros e litógrafos – compunham o que se poderia chamar de campo das artes gráficas. No que tange à manutenção de privilégios e a uma reserva de mercado para os artistas gráficos, pode-se perceber, sobretudo na preocupação com o esmero nos resultados dos trabalhos realizados e na devida qualificação dos membros do ofício, a tentativa de não se abrir para qualquer um a possibilidade de exercício da atividade de tipógrafo. Torna-se patente esse intento de preservação do mercado de trabalho vinculando a qualidade dos serviços prestados ao mercado das artes gráficas a apropriada instrução aos membros do ofício. Para isso, eram necessários a boa formação dos aprendizes de tipógrafo e o rigor nos exames de qualificação. O fundador Joaquim Hyppolito acrescentava no seu discurso que “outra necessidade imperiosa” era a de pensar-se no “mau sistema de aprendizagem” que à época era “usado”. Segundo ele,

Meninos, que, às vezes, mal sabem ler, e sem moralidade alguma, são admitidos nas tipografias, sem que para isso preceda o mais ligeiro exame. Melhorar esse sistema, sujeitá-lo a regras especiais, a fim de que os futuros esteios do invento precioso do imortal Gutenberg satisfaçam os preceitos dessa sublime arte – é uma das medidas mais importantes a que devemos prestar consideração¹³⁰.

Nisto, vê-se a atenção voltada tanto para aspectos técnicos quanto outros relativos à conduta dos indivíduos. A necessidade e cuidado para com o fato de o tipógrafo ser relativamente bem instruído, além de prestigiar o ofício, convinhavam aos objetivos de resguardar o mercado para um número restrito de artistas gráficos. A precedência de um exame remonta às práticas das corporações de ofício. O sistema deveria ser submetido “a regras especiais”. Preocupações típicas daqueles que, ao longo da história, vinham perdendo privilégios outrora garantidos. Os futuros “esteios” da imprensa deveriam estar qualificados para atender aos “preceitos” da sublime arte que era a de ser tipógrafo, arte da qual o inventor da imprensa era seu pioneiro. A dignidade do ofício de tipógrafo, cultivada desde a modernidade, não foi olvidada durante o século XIX.

Essa visão de mundo elaborada pelos tipógrafos pode ser observada ainda nos seus impressos, ainda que, com a chegada do Brasil ao século XX, novas ideias tenham aportado por aqui e os tipógrafos baianos não tenham ficado imunes; ao contrário, abriram as páginas dos seus periódicos para a exposição daquilo que já vinha desde o século XIX convulsionando

¹³⁰ Idem, p. 37.

a Europa. As representações dos trabalhadores agremiados na Associação Tipográfica Baiana, durante a sua trajetória iniciada no ano de 1870 e culminando no ano de 1937, num recorte definido pelas fontes encontradas, são, como escreve Roger Chartier, “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”¹³¹. É fato que as alterações que envolveram a grande imprensa no início do século XX não eliminaram as pequenas tipografias, que continuaram a existir, fazendo parte do cenário das grandes cidades. “Temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural, conviviam e articulavam-se de forma complexa”¹³².

2.4 A Instrução

A instrução, desde os primeiros tempos da ATB, esteve entre os objetivos da entidade, que dispendeu vários esforços para concretizá-lo. Desde o discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, por ocasião da fundação da sociedade, até a materialização do intento de se oferecerem aulas e de se organizar uma escola da Tipográfica, passaram-se mais de quarenta anos, isso porque as dificuldades não devem ter sido poucas para que o sonho da instrução se tornasse realidade.

Outro objetivo, relacionado à instrução, foi o da criação de uma biblioteca, como atestam os resumos dos relatórios de exercícios, referente ao século XIX, sem, contudo, lograrem êxito, sobretudo em função das dificuldades de constituição de um acervo próprio. Há indicação de que a primeira “instalação” da biblioteca ocorreu no exercício de 1881-1882,¹³³ uma biblioteca modesta, com títulos voltados aos interesses técnicos e humanísticos da entidade. No exercício subsequente (1882-1883), a diretoria tentou dar corpo à biblioteca: “Foi nosso maior empenho engrandecer a biblioteca da sociedade; mas foram baldados todos os esforços que empregamos, pois muito poucas foram as ofertas de livros que obtivemos”.¹³⁴ O problema ainda persistia no exercício 1901-1902, como registrou Prudencio de Carvalho, que se referiu a mais uma tentativa, também sem sucesso, “a despeito da Diretoria ter-se dirigido a diversos homens de letras”.¹³⁵

¹³¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002, p. 17.

¹³² LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. In: http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf, p. 2-3.

¹³³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.176-7.

¹³⁴ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.177.

¹³⁵ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.188.

Foi somente em 1905 que o sonho realizou-se e, para os anos 1911 e 1912, anunciava-se que a biblioteca estava em franco progresso, pois dia a dia aumentava o seu acervo, com doações e aquisições de novos volumes, tanto que se registrou a marca de 1516 visitantes, com retirada de 225 obras pelos sócios.¹³⁶ Agora, já se podia considerar superadas as dificuldades, como se registrou no relatório:

“Este insucesso [na instalação da biblioteca] deu em resultado que as diretorias subsequentes desanimassem com o caso.

Em 1903, entretanto, exercendo o cargo de tesoureiro o que ora a presidira, diz o relatório respectivo, tomou a si o encargo de organizar a nossa biblioteca e os livros que ela possuía completamente estragados, bem como outros em brochura, fê-los encadernar; reunindo aos que continha sua estante, conseguiu dar um princípio de organização à nossa biblioteca.

Afinal em 1905, com um ativo de 450 volumes, foi inaugurada solenemente a nossa Biblioteca, ocupando o lugar de respectivo bibliotecário, no qual se conservou até 1910, o nosso consócio Prudencio de Carvalho. Daí por diante o seu cabedal foi progressivamente aumentando, já contando presentemente 1236 livros catalogados, competentemente encadernados e mais 92 volumes de jornais e obras diversos de grande formato também encadernados que ainda não puderam entrar em catálogo, afora muitos exemplares de brochuras e folhetos”.¹³⁷

A biblioteca ocupava, na altura de 1912, “lugar saliente” entre os sócios, que usufruíam dos bens que ela podia proporcionar.¹³⁸ Segundo os diretores de 1912, não era tempo de “depor as armas” e “dormir a sombra dos louros colhidos”.¹³⁹ Continuava a advertência:

“A nossa biblioteca, criada quase que a custa de livros oferecidos, bem vedes que não pode ter a organização compatível a seus fins, nem obedece a uma certa urdidura.

É mister que se a complete com o que lhe falta, e bem reconheceis que não se obterá isto com as generosas ofertas que tem tido e continua a ter.

Anualmente precisamos despende uma verba destinada a este fim e naturalmente da subvenção que estamos usufruindo do governo federal, devemos tirar uma parte para seu aumento”.¹⁴⁰

Assim, a despeito do que já fora alcançado, era preciso perseverar na luta. O fato é que, a julgar pelos dados apresentados, o espaço da biblioteca era bastante visitado e, em 1913, recebeu 1198 pessoas, foram retiradas 315 obras “em 196 dias de funcionamento”.¹⁴¹ Nesse mesmo ano, o diretor da Repartição de Estatística Federal solicitou, por meio de telegrama, informação sobre o acervo da biblioteca, o que indica que ela era importante ao

¹³⁶ Cf. *Relatório de Exercício (1910-1911) da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1911, p. 17.

¹³⁷ *Relatório de Exercício (1911-1912) da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912, p. 18.

¹³⁸ Cf. *Relatório de Exercício (1911-1912) da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912, p. 18.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ *Relatório de Exercício (1911-1912) da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit.

¹⁴¹ Cf. *Relatório de Exercício (1911-1912) da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit.

ponto de chamar a atenção das autoridades. Na resposta remetida à autoridade, informou-se que havia, em 1907, 700 volumes, que passaram a 990 no ano seguinte e atingiram 1177 em 1910.¹⁴²

A biblioteca ainda estava em funcionamento no ano de 1924, ainda que com visitação mais modesta – 600 pessoas e a retirada de 112 obras. Registrou-se a visita de alguns jornais baianos e de outras localidades, indício de certo prestígio social: *A Paz*, de Santo Amaro; *Pequeno Jornal*, de Cachoeira; *Correio de Alagoinhas*, de Alagoinhas; *a Voz do Operário*, de Sergipe; *Revista Eclesiástica*, da Bahia; *O Exportador Americano*, de New York; *O Phanal*, da Bahia; *El arte tipográfica*, de New York; *A Plebe*, de São Paulo; *Diário Oficial*, da Bahia.¹⁴³

Ainda em 1924, a biblioteca recebeu 24 volumes de um dicionário enciclopédico em língua alemã, ilustrado (*Meners Komerlations Lesikon*), encadernado de luxo, oferta do Sr. Francisco La Porta; número especial do *Diário Oficial*, edição do centenário, encadernado, oferta de Theodomiro Baptista; dois exemplares do jornal argentino *La Nacion*, dedicado ao centenário da Independência do Brasil, oferta dos senhores Synesio Carvalho e Miguel Chaves; vários números do *O Malho*, oferta do Sr. Antonio Maria Rosette; e um número da *Ilustração Brasileira*, dedicado à visita ao Brasil do Príncipe Umberto de Savoia, foi adquirido pela sociedade.¹⁴⁴ As solicitações de compra pelo bibliotecário da entidade são um indicativo do tipo de leitura dos sócios, cabendo destacar a solicitação de “um dicionário português de J. Fonseca, *História Portuguesa*, de Alexandre Herculano, *História Natural*, (de autor recomendado), *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *A Bahia de Outrora*, de Manoel Querino”.¹⁴⁵

No relatório do exercício de 1928, informou-se que a biblioteca funcionou nos dias úteis, das 18 às 21 horas, e nos feriados e domingos das 9 às 13 horas, o que remete, muito provavelmente, aos turnos de trabalho dos tipógrafos, que obedeciam aos horários de impressão das gazetas nas oficinas tipográficas. Segundo o mesmo relatório, “sua frequência foi regular, apesar de ser a mesma uma das melhores desta Capital”.¹⁴⁶

Em 1937, os tempos áureos da biblioteca haviam ficado para trás. A diretoria lamentava, sobretudo, a falta de diretores com tempo e gosto para dirigi-la, além da ausência de um “empregado-zelador”. A biblioteca passou a ser “uma seção de somenos importância,

¹⁴² Idem., p. 18-9.

¹⁴³ Cf. *Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia – Tipografia América: 1925, p. 23.

¹⁴⁴ Idem, p. 23-24.

¹⁴⁵ *Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia – Tipografia América: 1925, p. 24.

¹⁴⁶ *Relatório de Exercício de 1928 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1929, p. 14.

votada ao esquecimento e à poeira, e consequentemente com o prejuízo do seu duplo valor moral e material”.¹⁴⁷ Não há documentos que indiquem o destino da biblioteca.

Sobre a instrução propriamente dita, no relatório do exercício de 1874, há trechos sobre a instrução profissional, o que mostra a preocupação com a formação adequada dos trabalhadores dos ramos gráficos, especialmente a dos associados: “A instrução profissional, tão necessária para a compreensão do invento de Gutenberg, deve ser o nosso constante anelo. A aprendizagem deve passar por certos exames, mormente o português”.¹⁴⁸

No exercício de 1886-1887, segundo comentário de Prudêncio de Carvalho¹⁴⁹ ao resumo do relatório do mesmo, os consócios João Carlos de Miranda, Antonio Tertuliano Esteves e Alcebiades Petit, animados pelo “mais justo empenho” pela prosperidade da Associação Tipográfica Baiana, “pelo progresso e engrandecimento da arte”, conceberam a “grandiosa ideia da criação de uma tipografia”, e nesse sentido elaboraram uma proposta e a apresentaram à assembleia geral, que se reuniu a 02 de maio de 1886.¹⁵⁰

“Para engrandecimento e prosperidade da arte e desta Associação, de acordo com o § 2º do Art. 2º dos nossos Estatutos, fica o Conselho autorizado a fazer a aquisição de uma tipografia, despendendo para esse fim até a quantia de 10:000\$000, mediante empréstimo, dando como garantia títulos do fundo social. Para o bom andamento e gerência da oficina terá um regulamento, o qual será elaborado por uma comissão de três associados e posto em execução depois de discutido e aprovado em assembleia geral. Dentre os associados será nomeado em assembleia geral um para o lugar de Diretor.

Sala das sessões da Associação Tipográfica Baiana, 2 de Maio de 1886”.¹⁵¹

A proposta despertou vivo interesse e caloroso debate não só na assembleia geral em que foi anunciada, mas também na posterior, ocorrida em 25 de junho do mesmo ano, sendo afinal aprovada.¹⁵² O regulamento da projetada tipografia foi imediatamente lido, posto em discussão e também aprovado. Segundo as disposições desse regulamento, a oficina deveria denominar-se “União Tipográfica” e tinha por fim empregar todos os sócios desempregados e no gozo de seus direitos sociais. Os aspirantes a aprendizes tinham que exhibir atestados de exame de português, francês e aritmética expedidos pela Faculdade. As despesas da oficina deveriam ser custeadas com receita própria e, em caso de haver saldo positivo, os mesmos

¹⁴⁷ *Relatório de Exercício de 1937 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1939, p. 13.

¹⁴⁸ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p.170.

¹⁴⁹ José Prudencio Ferreira de Carvalho, o autor do “Escorço de uma Notícia Histórica” sobre a Associação Tipográfica Baiana. Registre-se que, sem tal trabalho seria impossível reconstruir, com inúmeros detalhes por ele arrolados na edição de nº 10 da Revista da Associação, a trajetória desta sociedade de socorros mútuos dos tipógrafos baianos. A trajetória do próprio Prudencio de Carvalho, talvez já contemplasse uma pesquisa de fôlego, dada a sua contribuição para a tipografia e imprensa baianas.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 178.

¹⁵¹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. *Op. cit.*, p.178-9.

¹⁵² *Cf. Revista da Associação Tipográfica Baiana*. *Op. cit.*, p.179.

seriam depositados em banco, sem se confundir com o fundo social. Todavia, o projeto não vingou¹⁵³ e, segundo Prudêncio de Carvalho,

“Não resta a menor dúvida de que se fora levada a efeito muito teriam que lucrar os que se iniciassem na aprendizagem tipográfica, preparando assim verdadeiros artistas para o futuro, como também os resultados colhidos pela sociedade não seriam menos importantes e de uma evidência incontestável. Não fazemos [...] qualquer arguição menos aiosa à distinta Diretoria do exercício de 1886-1887; assinalamos, apenas, que a proposta a que nos referimos, seria de grande proveito e, talvez, oferecesse oportunidade a aspirações mais amplas e elevadas em prol do desenvolvimento da nossa associação”.¹⁵⁴

2.5 Um Órgão de Imprensa dos Tipógrafos Baianos

Para propagar conhecimentos e instrução, os fundadores pretendiam criar um órgão de imprensa, sonho que se materializou na *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, cuja proposta de criação foi apresentada na assembleia de 18 de Junho de 1902 e “aprovada unanimemente”, em vista das garantias dos seus proponentes de não gerar nenhum ônus para os cofres da Associação:¹⁵⁵

“Os abaixo-assinados, desejando criar uma revista consagrada às artes gráficas da Bahia, vêm colocá-la sob os auspícios desta benemérita Associação, sob as seguintes cláusulas:

1ª. A revista usará do título – *Associação Tipográfica Baiana*.

2ª. Ela será uma publicação técnica e instrutiva, e na sua propaganda em prol do desenvolvimento das artes gráficas e desta Associação, será dedicada, manter-se-á rigorosamente na altura dos créditos da instituição de cujo nome vai usar.

3ª. Os proponentes obrigam-se a manter sua publicação com os próprios recursos e a recolher a quantia excedente das despesas de impressão aos cofres da Tipográfica.

4ª. As quantias mencionadas na cláusula antecedente serão exclusivamente aplicadas a melhoramentos materiais desta sociedade.

5ª. Os futuros Conselhos Diretórios da *Associação Tipográfica* fiscalizarão a publicação proposta, servindo os seus presidentes, no caráter de fiscais, junto à administração da *Revista*.

6ª. A *Revista* noticiará todo o movimento social da *Tipográfica*, assim como pugnará por todos os interesses desta futura sociedade, da qual será o órgão.

7ª. O conselho da Associação permitirá que a administração da *Revista* funcione no edifício social, marcando-se dias.

Bahia, 10 de Junho de 1902. (Assinados) – Prudêncio de Carvalho. – Antonio J. de Carvalho. – F. Miguel Chaves. – Manuel Martins da Cruz.”¹⁵⁶

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.179.

¹⁵⁵ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p. 190.

¹⁵⁶ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p. 190.

A direção da revista ficou a cargo dos Srs. Manoel M. da Cruz, Antonio J. de Carvalho e Francisco Miguel das Chaves, enquanto a gerência coube a José Prudêncio Ferreira de Carvalho, que também era proprietário da *Imprensa Moderna*, conforme já se assinalou. Nas páginas desse órgão, publicou-se desde um tratado da tipografia (em fascículos) até instruções técnicas relativas às artes gráficas, tal como a descrição do que era a linotipo, então uma grande novidade que afetava diretamente o trabalho dos associados. Para discussão de assuntos relacionados à tipografia, a partir do terceiro número, criou-se a seção “Serões tipográficos”. Segundo o sócio Arthur Arezio,

“No duplo intuito de contribuir com alguma coisa para a educação dos futuros artistas e de entreter instrutivas palestras com meus colegas de arte, é que me atrevo a rabiscar esta seção, na qual, sem pretensões a mestre e sapiente em tecnologia tipográfica, espero desenvolver, tanto quanto me for possível, alguns assuntos, considerados de somenos importância, esquecidos talvez, e que julgo de interesse”.¹⁵⁷

Artur Arezio foi funcionário da Imprensa Oficial do Estado da Bahia, criada pelo governador J.J. Seabra e inaugurada a 7 de Setembro de 1915. Nessa instituição, Arezio ocupou o cargo de “Chefe das Oficinas”, desde o início de suas atividades.¹⁵⁸

Os objetivos da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, criada num contexto em que se delineavam “temporalidades e ritmos diversos”, eram:

“Dedicada às artes gráficas, esta Revista se ocupará, principalmente, de coisas que digam respeito ao desenvolvimento moral e material dos ramos em que se subdividem as mesmas artes, acompanhando, quanto possível o seu progredir nos países mais adiantados. Para isso, faremos aquisição de revistas e obras, das quais extrairemos tudo que possa ser útil e aproveitável à satisfação do nosso desejo. Trabalhando em tais moldes, a Revista da Associação Tipográfica Baiana destina-se a prestar valiosos serviços a quantos se interessam pelo desenvolvimento das artes gráficas entre nós. Artigos que não se coadunem com a índole e a missão que nos propomos cumprir – absolutamente não encontrarão lugar nestas colunas. Queremos o progresso das artes pela propaganda ordeira e sensata, pelo cultivo da inteligência e difusão das boas ideias. Reafirmamos aos que nos leem que a Revista será colocada e mantida na altura da simpatia e do prestígio de que se desvanece gozar a Associação Tipográfica Baiana. No intuito de tornar mais interessante o nosso periódico, entre outros melhoramentos, pretendemos criar uma seção literária, para o que esperamos obter a honrosa colaboração de amestradas penas. Desde já contamos com o generoso apoio da imprensa baiana, a qual, e bem

¹⁵⁷ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Setembro, 1902, nº 3, p.51.

¹⁵⁸ TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. 2. ed., ver. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008, p. 163.

assim os dignos leitores, indultarão as faltas que forem notadas na Revista, atenta a humildade dos encarregados de sua direção”¹⁵⁹.

A enunciação dos fins do periódico revela as perspectivas dos tipógrafos (pelo menos daqueles que fundavam a Revista) na cidade do Salvador no ano de 1902. A tônica estava centrada na instrução técnica e moral, tendo sido constante nas páginas desse periódico o tom conciliador, que evitava o confronto entre grupos sociais, tanto que estava vedada a publicação de artigos que não se coadunassem com a índole e a missão dos seus administradores. Assim, questões ligadas aos conflitos e contradições, fossem sobre as relações de trabalho ou, para retomar as observações de Darnton,¹⁶⁰ sobre elementos dos rituais e do simbolismo popular e, especificamente, às visões e representações que porventura evidenciassem clivagens sociais.

O progresso das artes deveria ser construído por meio da “propaganda ordeira e sensata”, as “más” ideias, ou as ideias “perigosas”, não tinham lugar nas páginas da Revista. O prestígio e simpatia da Associação Tipográfica Baiana deveriam ser mantidos e cultivados pelo seu órgão de imprensa, ela que já contava entre seus sócios honorários a figura de Ruy Barbosa,¹⁶¹ não deveria ter seu nome e imagem maculados num contexto em que a deferência e o prestígio social da Associação eram valorizados pela diretoria e consócios da Tipográfica Baiana.

Já na sua Instalação, em 16 de Abril de 1871, a presença do vice-presidente da Província, o Dr. Francisco José da Rocha, fora um símbolo notável, inclusive porque a presidência da Sessão Inaugural foi franqueada a essa autoridade do Governo Provincial. Não se trata de julgar as escolhas da entidade, ao contrário, trata-se de compreender as condições em que viviam os que se dedicavam ao ofício de tipógrafo, tendo em vista as possibilidades de ações que se apresentavam no tempo. Inclusive porque, nas páginas da revista, em muitos momentos, encontram-se registros da insatisfação dos tipógrafos com as relações de trabalho impostas pelos proprietários das oficinas tipográficas. No primeiro Relatório de Exercício da Associação, publicado na *Revista*, são evidentes as tensões entre trabalhadores e seus patrões: “Devemos proceder a estudos sérios para melhorar o sistema de trabalho que nos impõem os proprietários de tipografias com prejuízo nosso, sem que a paga, mesquinha como é, corresponda a esse mesmo trabalho”¹⁶², corroborando a ideia de que a Associação Tipográfica

¹⁵⁹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº 1, p. 2-3.

¹⁶⁰ DARNTON. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁶¹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Abril de 1903, Ano I, nº 10, p. 170.

¹⁶² *Idem*, p. 169.

Baiana, muitas vezes, extrapolava seus objetivos estatutários e ampliava sua prática para além do que se esperava de uma associação mutualista típica.

2.6 A Estrutura da Revista da Associação Tipográfica Baiana

O *layout* da capa da revista era constituído por duas colunas verticais, entre duas colunas horizontais, uma na extremidade superior e outra na inferior. Na coluna superior horizontal vinha o nome da revista e seu subtítulo. Na coluna vertical, à esquerda, estavam gravados os nomes dos responsáveis pela publicação. Na coluna vertical, à direita, informava-se a periodicidade (mensal), o ano e o número, além do sumário. Na coluna da extremidade inferior, informava-se o endereço para correspondência. A folha de rosto, por seu turno, continha o que se denominava “Instruções Permanentes,” que traziam dados sobre quem editava a revista e seus fins: “fornecer conhecimentos teóricos e práticos sobre todos os ramos das artes gráficas”, constituindo-se, portanto, numa “publicação técnica e instrutiva”¹⁶³. O custo de cada número era de 500 réis, pagos no ato da entrega do periódico, receita que, segundo as “Instruções...”, destinava-se ao melhoramento da própria *Revista* como também da Associação. Além da venda à vista e das assinaturas, outra fonte de receita eram os anúncios, contratados semestralmente e cujos preços variavam em função do espaço ocupado. Assim, a página inteira custava 15\$000 (quinze mil réis); meia página 8\$000; e, por um anúncio de ¼ de página, pagava-se 5\$000. Por fim, as “Instruções...” terminavam com a indicação dos locais de venda da *Revista* na capital baiana, à época da fundação, Livraria Magalhães, situada à Rua Direita do Palácio nº 26, e na Encadernação Vicente, situada à Rua do Colégio nº 22.

O primeiro número da *Revista* que, a título de exemplo, escolheu-se para análise mais detida, foi publicado em julho de 1902. A administração do periódico estava a cargo de quatro consócios da Associação: Manoel M. Cruz, Antonio J. de Carvalho, F. Miguel Chavez e Prudêncio de Carvalho. Este último era o gerente da publicação e também o proprietário da tipografia onde se imprimiu o periódico. O número tinha dezesseis páginas, pelas quais se distribuíam sete seções. A primeira era uma mensagem aos tipógrafos, que exaltava a imprensa como uma esperança para a humanidade, desde os tempos de Gutenberg, além de representar uma esperança no momento de criação da *Revista*. A segunda seção referia-se à importância da Associação Tipográfica e o que representava para os tipógrafos baianos, em termos de espaço de sociabilidade e de solidariedade intraofício, ao que se seguia outra dedicada à descrição da linotipo e o impacto desse invento no campo das artes gráficas. A

¹⁶³ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº I.

preocupação com o ofício era uma constante, como se vê na quarta seção, que publicou extratos do *Tratado de Tipografia*, de Henrique Fournier, “traduzido expressamente para esta *Revista*”.

Mas nem só de trabalho era composta a publicação, e a seção subsequente, dedicada à literatura, continha dois poemas, um de autoria do Abade Laménais, intitulado “O Desterrado”, e outro de M. Rozentino, intitulado “O Imortal Forçado”. A sexta seção era denominada “Variedades” e continha um artigo que tratava do fabrico de papel e papelão de madeira, novamente um tema ligado ao trabalho, enquanto a final, “Resenha Noticiosa” era dedicada às atividades da Associação, com registro da morte de um sócio e consequente ajuda prestada à família, além de assinalar o passamento de outro tipógrafo, que não fazia parte do corpo de associados. Tal registro parece indicar que o mundo dos trabalhadores gráficos, na Salvador de 1902, ainda era relativamente restrito.

Vale reproduzir aqui um trecho do texto que explicava o que era a linotipo, máquina que certamente ainda não era comum na Salvador daquele tempo:

“Achamos de inteira oportunidade inserir nas páginas desta *Revista* a descrição da *Linotipo*, esta prodigiosa máquina de compor e ao mesmo tempo fundir linhas, a qual, desconhecida em nosso meio, está largamente vulgarizada nos Estados Unidos e na Europa. [...]. Não é uma máquina de fazer tipo, não tem nada que ver com tipo comum. Ao contrário, produz barras sólidas de tipo chamadas ‘linotipo’, tendo cada uma em sua face os caracteres necessários para imprimir uma linha inteira, devidamente justificada ou com os espaços necessários...”¹⁶⁴

Tratou também do que era a estereotipia, a gravura, a zincografia, a fotogravura, a uniformidade tipográfica, a fotozincografia, da correção de provas, do emprego de pontos nas abreviaturas, do preparativo das máquinas para imprimir, da conservação dos livros nas bibliotecas, da fundição de rolos e do monotipo, operações necessárias à boa execução do ofício de artista gráfico.

Digno de nota é o artigo publicado no número três da *Revista*, que comparou o tipógrafo e o jornalista, na busca de reservar lugar digno ao profissional da tipografia, normalmente relegado às artes mecânicas:

“Entre o jornalista e o tipógrafo há certo parentesco, certo laço de união que se estreita com o tempo.

E o mais curioso é que o tipógrafo tem sobre o jornalista uma certa superioridade. Acastelado detrás das caixas, parece-se com um artilheiro ao pé do canhão. O jornalista é a sua vítima. Os pensamentos deste, as ideias, tudo cai debaixo de seu domínio, é comentado, manuseado, e não poucas vezes se permite emendar-lhe a tira. Estando constantemente em contato com os tipos, chega o tipógrafo a ser um tipo *sui*

¹⁶⁴ Idem, p. 5.

generis, mas sempre um tipo simpático. Como que Franklin reflete os raios de sua glória imortal sobre o modesto obreiro! Um nobre ofício!

Faz com que o pensamento se perpetue no jornal, no livro, para que mais tarde sirva de nobre ensinamento e de excelso exemplo as gerações futuras. É verdade que o jornal não se compreende sem o tipógrafo.

[...].

A tipografia não é, como devera crer-se, uma profissão meramente mecânica. Não. Elevemo-la à categoria de arte, porque tem direito, tem títulos a ela.

O tipógrafo tem carinhos para o seu jornal. Há vezes que não compõe com entusiasmo, e isto sucede, precisamente, quando fecha-se a imprensa em que trabalhou muito tempo. A imprensa que se abre não é a sua; aquelas caixas, aqueles tipos fazem-lhe falta. Eram seus colaboradores, seus companheiros.

[...].

Sente-se então orgulhoso de haver encadeado uma ideia. É um carcereiro paternal.

[...].

O jornalista deu-lhe a vida. O tipógrafo introduziu-a no mundo.”¹⁶⁵

Aqui se observa que, apesar de o texto ser do jornalista, a intervenção do tipógrafo acaba por alterar não só a forma, pois deixando de ser manuscrito, como também o conteúdo, evidenciando-se assim, certa superioridade do último sobre o primeiro. As caixas de tipos fornecem o material para essa intervenção quase militar na metáfora utilizada pelo autor. As ideias e pensamentos do jornalista caem sob o domínio do tipógrafo, que os manuseia, comenta e também emenda. Mais importante ainda é a capacidade atribuída ao tipógrafo de eternizar o pensamento, ou seja, a obra. O que os tornava, segundo a concepção da antiguidade clássica, dotados de virtudes que o trabalhador manual não possui, pois só os artistas detinham tais atributos.

O empenho da Associação em prol do ensino profissional é patente na *Revista* que, no número 6, estampou artigo de R. Puiggari, originalmente publicado na *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, assim apresentado pelos editores da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*:

“Nós, que pugnamos pelo progresso das artes gráficas, declaramo-nos acordes, em vários pontos, com os conceitos exarados pelo ilustrado autor.

Sim! É preciso libertarmo-nos da ‘tutela estrangeira’, que dia a dia se apresenta mais pretensiosa, tentando até contra nossa autonomia e território, e procurando zombar dos nossos foros de povo livre.

Levantar indústrias, educando o artista, é trabalhar pelo futuro da Pátria.

Possam os que dirigem os destinos do Brasil compenetrar-se de tais verdades...”¹⁶⁶

Puiggari narrou a visita que fez em Paris à *Escola Estienne*, dedicada ao ensino profissional das artes e indústrias do livro, o que lhe permitiu distinguir entre a preparação das

¹⁶⁵ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Setembro de 1902, Ano I, nº 3, p.52-3.

¹⁶⁶ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Dezembro de 1902, Ano I, nº 6, p.95.

antigas corporações de ofício e a moderna organização social, defendendo a necessidade de se oferecerem oportunidades para o aprendiz aperfeiçoar-se em sua arte. Lamentou, ainda, que a luta pela vida, cada dia mais renhida, impossibilitasse o artista de tornar-se professor, razão pela qual caberia ao Estado incumbir-se da tarefa do ensino.¹⁶⁷ Nas suas palavras,

“Ali se vê tudo o que se refere às artes do livro, excetuando apenas a fabricação do papel e das outras matérias primas.

Efetivamente, eu tive ocasião de apreciar os alunos trabalhando na fundição de tipos e de vinhetas, no preparo de linhas e frisos, na fabricação de clichês, pelos processos de fotogravura e zincografia, na fotografia e fototipia, na composição tipográfica, paginação, impressão, brochura, encadernação simples, econômica, luxuosa e artística, douração e modelagem de capas.

Passando a outro ramo, tive ocasião de assistir às aulas de gravura e desenho, cujos resultados são verdadeiramente assombrosos. O ensino consta de todos os gêneros: gravura e desenho litográfico, gravura em madeira, em aço, em cobre, já com emprego dos ácidos, já diretamente a buril”.¹⁶⁸

Vê-se que o artigo interessava diretamente aos tipógrafos baianos, dado que tratava, sobretudo, da instrução, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos vários ramos das artes gráficas e, conseqüentemente, da arte e indústria do livro. Ele chamava a atenção para o fato de, além da parte prática, a *Escola Estienne* oferecer o ensino teórico, ou seja, francês, História e Geografia, noções de matemática, ciências físicas e naturais aplicadas às artes do livro, História da Arte, História do Livro, modelagem, desenho, desenho industrial e composição decorativa, escrita, ginástica e exercícios militares. A parte técnica incluía ensino da Tipografia (4 profissões): 1. Fundição, 2. Composição e revisão, 3. Impressão (prelos a braço e à máquina), 4. Clichês e galvanoplastia; ensino da Encadernação (2 profissões): 1. Encadernação, 2. Douração sobre couro; Curso Complementar: Douração da borda das folhas, jaspeadura, modelagem e cinzeladura do couro em relevo; Gravura (4 profissões): 1. Gravura sobre madeira, 2. Gravura em relevo sobre aço e sobre cobre, 3. Gravura a buril, 4. Impressão; Litografia (4 profissões): 1. Desenho litográfico e cromolitografia, 2. Escrita litográfica, 3. Gravura sobre pedra, 4. Impressão (prelo à mão e a máquina); Curso complementar: Autografia; Fotografia (1 profissão): Fotografia e processos, fotogravura e fototipia.¹⁶⁹

Eis tudo que os artistas gráficos brasileiros poderiam almejar em matéria de instrução para a classe. No entendimento dos editores da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, esse conjunto de saberes poderia alterar a feição da profissão, e não era diferente a opinião do autor, que encerrou seu texto nos seguintes termos:

¹⁶⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Dezembro de 1902, Ano I, nº 6, p.95.

¹⁶⁸ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Dezembro de 1902, Ano I, nº 6, p.96.

¹⁶⁹ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Dezembro de 1902, Ano I, nº 6, p.97-8.

“[...] as artes do livro entre nós, principalmente na parte artística, estão atrasadíssimas. Aqueles que alguma vez têm tido ocasião de procurar quem lhe faça um trabalho deste gênero, raras vezes têm deixado de desanimar, e assim é que muitos, os principais editores nacionais, fazem os seus livros no estrangeiro. E não se espere que a situação mude por meio de importação de artistas. Os artistas de mérito real têm trabalho em toda parte, e se algum de problemático merecimento aparece, faz naturalmente de sua arte segredo intangível, de modo a assegurar-lhe uma espécie de monopólio, que lhe garanta maior remuneração. É tempo já de ir procurando a libertação da tutela estrangeira, principalmente nas indústrias de primeira necessidade, como o é a do livro”.¹⁷⁰

Em outro artigo da *Revista*, intitulado “O compositor de texto”, publicado nas edições oitava e nona, saídas em apenas um volume, cuja capa trazia a figura de Gutenberg, mais uma vez elevava-se a profissão de tipógrafo e apontava-se a necessidade da boa instrução. Pregavam os redatores que,

“Em primeiro lugar, não pode o tipógrafo, em geral, prescindir de certo cultivo intelectual, embora modesto, para o bom desempenho de sua missão. O conhecimento das regras e preceitos da língua vernácula, principalmente, se impõe, de modo absoluto ao obreiro das letras”.¹⁷¹

Pode-se perceber nas páginas da *Revista* que o anseio por instrução era grande entre alguns membros da Tipográfica. Passados já trinta anos dos primeiros trabalhos da Associação, os estatutos ainda consagravam a oferta de instrução, como se vê no artigo “Em prol do futuro”, publicado na décima primeira edição, que continha um verdadeiro apelo,

“[...] agora mesmo que a *Associação Tipográfica Baiana*, órgão legítimo dos interesses da classe, acaba de eleger uma comissão para reformar seus Estatutos e da qual muito devemos esperar, por ser ela composta por cidadãos inflamados do amor pela classe, apelo para estes distintos senhores, pelo reconhecido patriotismo, que incluam na lei que vão ventilar, alguns artigos com referência ao aprendizado – forma de introdução nas oficinas – grau de instrução indispensável.

A *Associação Tipográfica* não é uma instituição unicamente beneficente, como alguns querem crer: ela tem fins muito mais ampliativos. Uma associação de obreiros do livro não pode cuidar só do túmulo e da invalidez; ela é, portanto, uma instituição evolucionista do progresso. [...].

Aos senhores chefes de oficinas também envio-lhes meu apelo. Espero, portanto, que os distintos colegas que hoje acham-se à frente da classe, atendam ao justo ideal, não dando ingresso nas oficinas a aspirante falto de competência.

Está mais que provado, não poder o artista, falto de instrução, por maior que seja a vocação, por mais tenaz a perseverança, levar o voo do gênio a longes paragens, por ter as azas completamente aparadas.”¹⁷²

¹⁷⁰ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Dezembro de 1902, Ano I, nº 6, p.98-9.

¹⁷¹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Fevereiro e Março de 1903, Ano I, nºs 8 e 9, p.131.

¹⁷² *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Maio de 1903, Ano I, nº 11, p. 205.

Para desalento do autor, as tão desejadas aulas só iniciaram-se durante o exercício de 1911-1912, graças à subvenção federal, solicitada pela Tipográfica Baiana e que contou com o apoio do governador J. J. Seabra e do deputado na Câmara Federal, Pedro Lago.¹⁷³

Na representação ao Congresso Nacional, o então presidente da Associação Tipográfica Baiana, José Prudêncio Ferreira de Carvalho, argumenta que, após 39 anos de serviços prestados, sobretudo em forma de socorros e pensões, mas também com o objetivo de desenvolver as artes gráficas, a entidade encontrava-se em dificuldades de atender seus compromissos. Relatava que, extinta a subvenção estadual de 2:000\$000 anuais, a entidade não tinha como ampliar as suas ações, apesar de manter a biblioteca para “instrução e recreio de seus associados, manter o auxílio em caso de moléstia e pensão às viúvas e filhos menores”.¹⁷⁴ Prudêncio de Carvalho argumentava que os estatutos determinavam a criação de oficinas e aulas para instruir tanto aos associados, como aos cultores das artes gráficas, em geral, e aos filhos menores.¹⁷⁵

Diante disso, solicitava-se ao Congresso Nacional subvenção no mesmo valor da outrora recebida do Estado da Bahia, para que pudesse satisfazer as necessidades mais urgentes.¹⁷⁶

Havia o compromisso de se iniciarem as aulas no exercício seguinte, para cumprir o que estipulava o § 4º do artigo 97 dos Estatutos, para o que seriam necessárias “algumas obras de adaptação na sala do fundo”, como instalação de latrinas e mictórios, para a boa acomodação dos alunos e professores.¹⁷⁷ Entretanto, a promessa não foi cumprida, e o que teve foi a oferta do Sr. Leofonte Champloni para ensinar, gratuitamente, aritmética na Associação. Os dados disponíveis indicam que em 10 de fevereiro de 1924 foi inaugurada a escola primária da Tipográfica,¹⁷⁸ denominada “Escola da Tipográfica Baiana”, sob a regência da Professora D. Kolbia Alves da Silva, com funcionamento regular durante o ano, “tendo os seus alunos obtido real aproveitamento”.¹⁷⁹ A primeira turma registrava 37 alunos até 20 de Outubro, com a frequência de 19 no primeiro semestre e 30 durante o segundo. Pelo Regimento Interno da escola, ela respondia ao Conselho Diretório da Associação.

¹⁷³ Cf. *Relatório de Exercício 1910-1911 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1912, p. 8.

¹⁷⁴ *Relatório de Exercício de 1910-1911 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1912, p. 9.

¹⁷⁵ Cf. *Idem*.

¹⁷⁶ Cf. *Ibid*.

¹⁷⁷ Cf. *Ibid*.

¹⁷⁸ Cf. *Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1925, p. 7.

¹⁷⁹ *Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1925, p. 15.

No relatório de exercício de 1928, houve proposta de aumento da gratificação mensal dos professores de português, aritmética e a professora primária,¹⁸⁰ que passaram de 50\$000 para 80\$000 e dos professores noturnos, que foram de 100\$000 para 120\$000, com aprovação da Assembleia.¹⁸¹

Todavia, em virtude de a entidade não receber aumento do valor das cotas de loterias – as subvenções estatais – as gratificações não puderam ser majoradas, razão pela qual se concedeu 50\$000 a cada professor no fim do ano e, de janeiro em diante, os professores de português e de aritmética receberiam 60\$000 e professora primária 120\$000 mensais.¹⁸²

Ao final do ano, realizavam-se os exames, escritos e orais, de português e de aritmética na sede social. O presidente da Associação enviava, ao Diretor da Instrução Pública, as listas desses alunos e os resultados finais, sempre publicados nos relatórios de exercícios, para que os sócios e a comunidade em geral tomassem conhecimento do andamento das atividades. Ao término do ano letivo, realizava-se sessão solene, com a presença de “vários representantes dos poderes públicos, de diversas sociedades coirmãs, de inúmeros sócios e de exmas. senhoras e senhorinhas”,¹⁸³ em que os alunos apresentavam monólogos, comédias e poesias.¹⁸⁴

Ainda no relatório de 1928, registrava-se que, de acordo com o Art. 72 dos Estatutos, 50% dos saldos anuais foram destinados para organização da Escola Profissional, “ou seja, para a instalação de uma oficina gráfica para aprendizagem”, num total de 1:990\$703.¹⁸⁵ Pelo que consta nas fontes, não se sabe se tal escola foi criada, pois, no último relatório de exercício compulsado e disponível, não se faz menção a tal. Desta maneira, não se pode afirmar se de fato foi instalada ou não no exercício subsequente.

¹⁸⁰ *Relatório de Exercício de 1928 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1929, p.13.

¹⁸¹ Cf. *Relatório de Exercício de 1928 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia: 1929, p.13.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ *Ibid.*, p.26-7.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p 27.

¹⁸⁵ *Relatório de Exercício de 1928 da Associação Tipográfica Baiana*. *Op. cit.*, p.29.

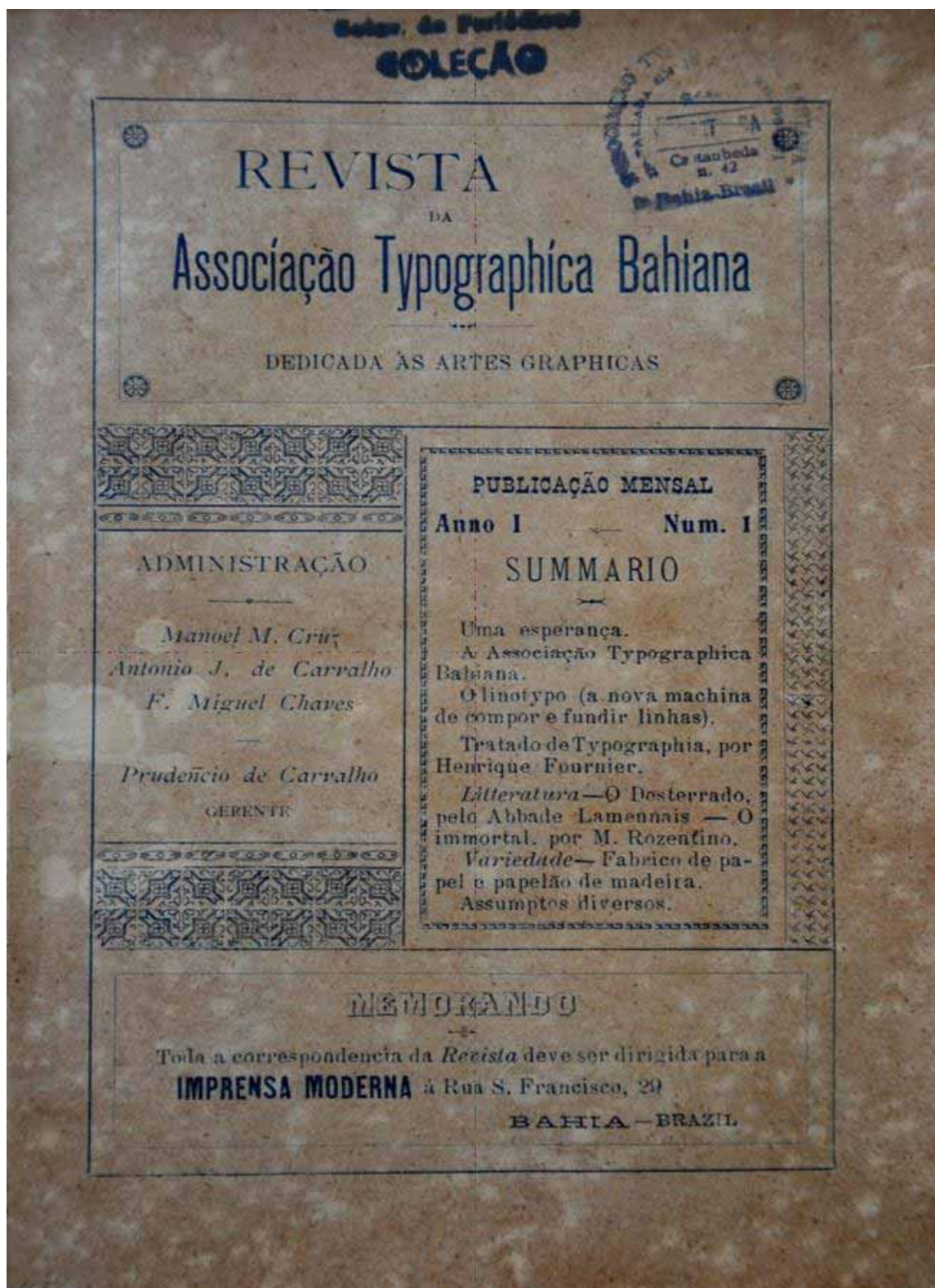


Figura 06 – Capa do 1º número da Revista da ATB,

Capítulo 3

O movimento financeiro, social e administrativo

Neste capítulo analisa-se a saúde financeira da associação de forma panorâmica, tentando entender como funcionava o movimento financeiro, social e administrativo, dando atenção às prestações dos socorros, auxílios e pensões aos sócios. Debruça-se também sobre o movimento social, ou seja, entrada e saída de sócios e a sua evolução no tempo, a relação da associação com um movimento reivindicatório e, por fim, a análise de um relatório de exercício anual.

3.1 Panorama da saúde financeira da ATB

Tendo em vista apresentar uma visão panorâmica das contas da Associação Tipográfica Baiana durante o período investigado, ensaia-se aqui uma análise da situação financeira entre os anos de 1871 a 1937, em intervalos de uma década.

3.1.1 Os socorros: auxílios a funerais e pensões

No que concerne aos auxílios, a primeira diretoria socorreu os sócios enfermos com pensão mensal de 10\$000 (dez mil réis). A despesa com socorros a sócios enfermos diminuiu de 190\$700 anuais, ao fim do exercício de 1872, para 90\$050 em 1882. Porém, as despesas com pensões a viúvas elevaram-se de 56\$000 anuais ao final de 1877¹⁸⁶ para 384\$000 ao final do ano de 1882. Cerca de quinze anos depois da instalação, deu-se uma mudança significativa, a partir do exercício de 1886-1887, com a introdução de novas despesas: além dos socorros aos enfermos, registram-se auxílio funeral e pensões para as viúvas dos sócios falecidos.¹⁸⁷ Vinte anos após a sua instalação, a Tipográfica despendeu com pensões a viúvas 1:000\$000, com socorros a enfermos 326\$660. O item da despesa que se manteve relativamente estável foi o gasto com funerais, pois em média morria um sócio por ano, o que acarretava desembolso de 50\$000 para a Associação.

Data do exercício de 1882-1883,¹⁸⁸ a ampliação dos socorros prestados:

“Impondo-se a necessidade da organização de um serviço médico para tratamento dos sócios enfermos, a Diretoria solicitou os préstimos profissionais de diversos clínicos

¹⁸⁶ Neste exercício de 1876-1877, a Tipográfica Baiana começou a conceder pensões a viúvas de sócios falecidos. Antes disso, prestou apenas socorros aos sócios doentes, não tendo ainda, portanto, nenhuma despesa dessa natureza. Supõe-se que os sócios enfermos recebiam a pensão somente durante o período de sua doença e posterior convalescência, não gerando despesa permanente, como com as pensões às viúvas.

¹⁸⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.177.

¹⁸⁸ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p.175.

desta Capital e estes ofereceram-se gratuitamente, pelo que, em retribuição desse generoso oferecimento, a Sociedade concedeu-lhes o título de sócios honorários.”¹⁸⁹

O serviço médico foi organizado nas diversas freguesias de Salvador, possivelmente para propiciar atendimento mais abrangente aos tipógrafos baianos, que não precisariam percorrer longos trajetos para serem atendidos pelos clínicos da Associação, como se vê no quadro abaixo:

FREGUESIA	CLÍNICO (S)
Sé	Drs. Paulino Pires Chastinet, Luiz Anselmo da Fonseca e Antonio Lino da Matta Bacelar
São Pedro	Cons. Salustiano Ferreira Souto e Dr. Satyro de Oliveira Dias
Penha	Drs. Julio Adolpho da Silva e Virgílio de Carvalho
Mares	Dr. Francisco Sydrônio Bandeira Chagas
Brotas	Dr. Bellarmino Passos da Costa
Vitória	Dr. Isidoro Antonino Nery
Santo Antonio	Drs. Domingos de Souza Requião e Antonio Monteiro de Carvalho
Sant'Anna	Dr. Aristides Américo de Magalhães e Joaquim Rodrigues Ferreira
Conceição da Praia	Dr. Alfredo Ferreira de Barros
Pilar	Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt
Rua do Paço	Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira

Já em 1902, no aniversário de trinta anos da entidade, as pensões com viúvas representaram um custo de 960\$000, portanto um montante estável em relação aos dez anos anteriores. Com socorros gastou-se 190\$000, não variando muito também aqui os custos nos últimos vinte anos.

Após quarenta anos de trajetória, a Tipográfica, ao fim do exercício de 1911-1912, despendia avultadas somas, sobretudo, com os socorros, perfazendo a quantia de 1:401\$660,¹⁹⁰ o que motivou queixas dos diretores da Associação no Relatório de Exercício daquele ano:

“Excedeu muito à nossa expectativa neste exercício o dispêndio com os auxílios a 8 sócios que enfermaram e respectivos medicamentos, pois montou ele a Rs. 1:401\$660, sendo de auxílios 786\$560 e de medicamentos 615\$100.

¹⁸⁹ Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p.176.

¹⁹⁰ Cf. Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1912, p. 13.

Nos anos anteriores a quantia mais avultada nesta verba, foi a despendida no exercício de 1906-1907 em 600\$098, tendo a do que ora tratamos um aumento de 801\$562, além daquela importância.

Longe de nós, qualquer ponderação que seja traduzida como desejo nosso de qualquer restrição às vantagens concedidas em auxílios aos sócios que são colhidos pelo infortúnio.

Cercada esta nobilíssima expansão que a nossa lei concede ao sócio enfermo, que restará que nobilite os fins desta instituição?

Entretanto, sirva de aviso este aumento da verba de auxílios para que procurem os nossos sucessores ir adiando para melhor oportunidade as reformas que aspiramos empreender”.¹⁹¹

Anunciava-se uma preocupação com a saúde financeira da Tipográfica, pois as despesas com socorros ultrapassavam as médias anteriores, o que evidenciava situação de desequilíbrio. O quadro comparativo permite melhor compreender a preocupação da Diretoria:

Exercício	Socorros
1904-1905	117\$900
1905-1906	224\$618
1906-1907	600\$098
1907-1908	492\$520
1908-1909	497\$520
1909-1910	284\$602
1910-1911	395\$602
1911-1912	1:401\$660

Fonte: *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912, p. 14.

Naquele ano de 1912, porém, os gastos com as pensionistas ficaram dentro da média, pois foi despendido 1:296\$000, o que não é muito diferente do gasto de dez anos antes. Em 1924, os gastos com pensões, divididas em permanentes e temporárias, foram de 1:889\$265 e já não assustavam a Diretoria. No que tange aos gastos com medicamentos, no final desse exercício, contabilizou-se 230\$150.¹⁹²

Todavia, no último Relatório de Exercício da Tipográfica Baiana localizado, relativo ao exercício de 1937, as pensões e socorros eram elevados, tanto que os levaram a tomar

¹⁹¹ *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912, p. 13.

¹⁹² Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1925, p. 13.

medidas drásticas, antes não adotadas. Diferentemente do ocorrido no exercício de 1924, os custos com os socorros somaram 1:207\$400 e com as pensões permanentes mais 1:730\$000, razão pela qual as despesas foram, em caráter excepcional, suprimidas pelo período de um ano. Assim, quem solicitasse pensão permanente teve seu pedido negado, e mesmo as vigentes à época foram suspensas, decisão amparada pela reforma nos estatutos da Associação.¹⁹³ Não foi por outro motivo que, neste mesmo exercício, aumentou-se o valor mensal das pensões de 10\$000 a 20\$000.¹⁹⁴

3.1.2 As receitas

É digno de nota o fato de que, já no período de 1874-1875, o presidente Joaquim Cassiano Hyppolito oferecesse à Associação a parte que lhe pertencia na tipografia *Perseverança*, estabelecida ao Corpo Santo nº 74, avaliada em 1:000\$000. O Conselho da Associação aceitou a oferta e apurou 570\$000 com a venda.¹⁹⁵ Pode-se argumentar que a atitude demonstrava o zelo com que os fundadores da Tipográfica tratavam a entidade e o interesse que tinham em promover o seu crescimento. Outro sócio também era proprietário, como já assinalado anteriormente, Prudêncio de Carvalho, dono da Imprensa Moderna, na qual se imprimiram inclusive alguns dos números da revista da associação e alguns relatórios de exercícios.

Note-se que proprietários e trabalhadores pertenciam à entidade nos seus momentos iniciais, o que poderia surpreender. Entretanto, é preciso ter em conta a realidade de Salvador do período, quando eram raros os conflitos entre pequenos proprietários e seus possíveis empregados do que entre os proprietários de empresas de maior parte, como a dos grandes jornais, ou aquelas dedicadas à produção de livros, mapas e congêneres. Ao que tudo indica, esses “proprietários” não tinham um padrão de vida muito diferente do desfrutado pela sua “força de trabalho”.

Quanto às receitas da Tipográfica, os dados referentes aos exercícios já citados, constata-se que, na década de 1870, as quantias arrecadadas não passavam dos dois contos de réis.¹⁹⁶ Em 1880,¹⁹⁷ com o auxílio concedido pela Assembleia Provincial, a receita passou aos três contos e assim permaneceu até 1888, com algumas variações para menos (1886-1887,

¹⁹³ Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1939, p. 10-11.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 10.

¹⁹⁵ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 169.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 175.

caiu para um conto de réis) ou para mais (cinco contos entre 1880-1881).¹⁹⁸ Daí em diante, a receita estabilizou-se, com um pico entre 1899-1900, arrecadando a quantia de 20:421\$889.¹⁹⁹ Em 1912, a receita diminuiu para 7:176\$513,²⁰⁰ com poucas mudanças no ano seguinte, 8:803\$500.²⁰¹ Novo aumento de receita ocorreu em 1937, com a quantia de 18:424\$540.²⁰²

Entretanto, apesar de certa estabilidade na receita, houve uma constante evolução no fundo social da Tipográfica cujo saldo, em fins de 1872, perfazia 2:161\$960.²⁰³ O crescimento, dez anos depois, foi na casa de 1000%, perfazendo, no ano de 1882, 12:040\$160.²⁰⁴ Dez anos mais tarde, ou seja, vinte anos depois da sua instalação, no ano de 1892,²⁰⁵ a Associação Tipográfica Baiana contava com um fundo social de 25:745\$264, enquanto em 1902, o montante era de 52:028\$493²⁰⁶ e, em 1912, subiu para 71:907\$420. Interessante notar que, a essa altura, o fundo social compunha-se da sede social, jazigos nas Quintas, apólices estaduais e federais, ações de bancos, móveis e utensílios, a biblioteca e cauções.²⁰⁷ Em 1924, o fundo social atingiu 96:755\$367,²⁰⁸ para chegar a 122:596\$190 em 1937.²⁰⁹

Iniciativa interessante no período de 1876-1877, tanto do ponto de vista da preocupação com um enterro digno para os seus sócios, quanto do ponto de vista de geração de renda para a Associação, foi a de construírem-se jazigos no cemitério da Quinta dos Lázaros. Assim se manifestou a Diretoria:

“Carneiros – Para sepultura dos nossos associados o Conselho entende que se deveriam construir carneiros no cemitério público. Esta medida que, ao primeiro aspecto, parece ser incompatível com as nossas forças, é, sem contestação, de grande utilidade, por isso que com ela cria-se uma nova fonte de receita”.²¹⁰

Cerca de vinte anos depois de lançada a ideia, graças à proposta do sócio Antonio José Esteves e com autorização da assembleia de 10 de Agosto de 1898, a Diretoria iniciou as obras de construção de carneiros no cemitério da Quinta dos Lázaros, sendo adquirida a respectiva área por 508\$000, com capacidade para 182 catacumbas. “A execução dessas obras

¹⁹⁸ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 180.

¹⁹⁹ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 189.

²⁰⁰ Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912.

²⁰¹ *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1925, p. 31.

²⁰² Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1939.

²⁰³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 169.

²⁰⁴ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 175.

²⁰⁵ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 185.

²⁰⁶ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 189.

²⁰⁷ Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1912.

²⁰⁸ Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1925, anexo.

²⁰⁹ Cf. *Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1939.

²¹⁰ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p.172.

foi confiada ao conhecido e provecto artista Sr. Prediliano Pereira Pitta, sob contrato, devidamente legalizado”.²¹¹

Ficaram prontos e foram inaugurados, também nesse exercício, a 24 de Setembro de 1899, os dois primeiros trechos dos carneiros. Prudêncio de Carvalho registra que

“Realizaram-se assim os desejos manifestados pela diretoria do exercício de 76-77, presidida pelo nosso consócio Ignacio Hermogenes Cajueiro, tendo como 1º secretário o benemérito sócio Luiz Antonio Pereira da Silva. Constituída assim mais esta ‘fonte de receita’, deu-se maior expansão aos auxílios beneficentes concedidos aos nossos associados, sendo mister assinalar que logo no segundo semestre de 1900, produziram os carneiros uma renda de 595\$000”.²¹²

Ainda nesse exercício, foram terminadas as obras da construção do 3º trecho dos carneiros, elevando-se o seu número a 184, que produziram renda de 874\$000.

Além dos jazigos, as festas também constituíam em fonte de renda para a Tipográfica Baiana. Para arrecadar fundos, a Associação realizava, de forma intermitente, alguns espetáculos, sobretudo em circos, e eventos em praças públicas. Pode-se exemplificar com o caso do “Circo Americano”, em 1873 e 1874, cuja renda foi de 411\$000.²¹³ Em 1874, a tentativa de angariar recursos extras com festas mais uma vez se repetiu, desta vez com um evento no Passeio Público, que rendeu 320\$240, com destaque para o ativo envolvimento de quatro sócios: Augusto Mendes, Guilhermino Dorea, Cassiano Hyppolito, Luiz Antonio e Monoel Honorio, “os quatro primeiros na distribuição de bilhetes e o último nas impressões para tal fim”.²¹⁴ E os exemplos poderiam ser multiplicados.²¹⁵

Outra fonte de receita eram os subsídios oferecidos pelo Estado, a exemplo do recebido no exercício de 1879-1880, quando a Assembleia Provincial concedeu à Associação Tipográfica Baiana auxílio anual de 1:000\$000. Dois anos depois, no exercício de 1882-1883, a Diretoria da Associação conseguiu um aumento de 500\$000 na subvenção anual percebida.²¹⁶ Contudo, cerca de uma década mais tarde, no exercício de 1901-1902, para desalento da Associação, a assembleia legislativa estadual suprimiu a verba de 2:000\$000 que lhe era destinada, o que motivou a manifestação da diretoria:

“Esta verba nos era concedida no orçamento estadual, para ser aplicada a nossa beneficência, foi retirada este ano (1902) a pretexto de economia. Mas, é força confessar, a este ato não presidiu nem justiça, nem economia; porque, ao passo que foi

²¹¹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*, p.188.

²¹² *Idem*, p. 189.

²¹³ *Cf. Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 170.*

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ *Idem*.

²¹⁶ *Cf. Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*, p.176-7.

retirada a da nossa sociedade, foi conservada a de muitas outras que exercem as mesmas funções”.²¹⁷

Ainda nesse exercício, realizou-se, no teatro São João, espetáculo em benefício dos cofres da Associação, com resultado líquido de 200\$400, “correndo por conta do tesoureiro do exercício as despesas da impressão de bilhetes e avulsos para esse fim”.²¹⁸

Como a Tipográfica Baiana ainda não contava com sede social, as sessões eram realizadas em espaços cedidos por outras agremiações ou na casa dos seus próprios associados, a exemplo do que aconteceu no período de 1873-1874, quando Guilhermino Dorea e Pedro Moreira cederam suas residências. Tal situação perdurou até a aquisição da sede própria em 1880. O imóvel localizava-se à Rua São Miguel nº 27 e foi vendido à Tipográfica Baiana pela Irmandade de São Pedro dos Clérigos pelo preço de 1:220\$000. “Depois de feitos os reparos de que carecia, passou a funcionar nele a Sociedade, que até então não dispunha de prédio próprio”.²¹⁹ Cerca de dez anos depois, no exercício de 1889-1890, a Associação adquiriu novo imóvel, à Rua do Saldanha, onde instalou sua sede, “depois de radicalmente reformado”,²²⁰ tendo a venda do imóvel anterior, à Rua de São Miguel, rendido a quantia de 3:000\$000.²²¹

3.2 O movimento social

O número de sócios da Tipográfica evoluiu de maneira lenta, sobretudo nos seus primeiros anos, mas geralmente em ritmo ascendente até 1937. No seu início, contou com 68 sócios fundadores, entre tipógrafos, livreiros e litógrafos soteropolitanos, naquele 16 de Abril de 1871.²²² O número diminuiu e ficou em torno dos 55 membros durante o exercício de 1873-1874.²²³

Digno de nota é a presença nos quadros da entidade de um baiano ilustre no século XIX. Trata-se de Rui Barbosa, que se tornou sócio honorário em 1874. Registra-se que, nos festejos de 02 de Julho daquele ano, a Associação organizou um batalhão patriótico, denominado *Legião da Imprensa*, cujo comando foi confiado ao “eminente baiano Dr. Rui

²¹⁷ Ibid., p. 189-190.

²¹⁸ Ibid., p. 190.

²¹⁹ *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia – Abril, 1903, nº 10, p. 175.

²²⁰ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.181.

²²¹ Idem, p. 180.

²²² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.168.

²²³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Op. cit., p.170.

Barbosa”²²⁴. No relatório, afirmava-se que “o batalhão apresentou-se galhardamente merecendo os mais justos encômios” na festa da Independência da Bahia.²²⁵

Analisando-se os resumos dos primeiros relatórios de exercício, constata-se que a inadimplência era alta, atingindo cerca de 50% dos sócios. Em 1876, por exemplo, apenas 23 sócios dos 55 estavam quites com suas obrigações financeiras diante da Tipográfica Baiana.²²⁶ No exercício seguinte (1876-1877), justamente o mesmo em que a Associação inicia a concessão de pensões as viúvas dos sócios falecidos, também foram impostas sanções aos inadimplentes, com a eliminação de cinco sócios que não honraram os seus compromissos. No exercício subsequente (1877-1878), aumentaram os adimplentes para 26, como também o montante dos eliminados, seis. Assim, a primeira década de vida da Associação foi marcada por dificuldades na manutenção em face ao pagamento das mensalidades, tanto que encerrou o biênio 1878-1879 com apenas 18 sócios quites.

Na década de 1880, observa-se que a entidade conseguiu retornar à quantidade de sócios próxima da instalação, chegando ao fim do século XIX com 89 filiados.²²⁷ Em 1912, o quadro social era de 152 sócios, 140 efetivos, nove remidos e três beneméritos. Na “classe” dos honorários havia 30 indivíduos, sendo dois benfeitores e dois correspondentes.²²⁸ Diante desse quadro de sócios, a Diretoria lamentava o pouco interesse dos tipógrafos baianos em filiarem-se à Associação. No Relatório de Exercício de 1911-1912 afirma-se sobre o movimento social:

“Não valeram os apelos que têm sido feitos, anualmente destas páginas, para que consigamos agremiar maior número de sócios. [...]. Tem correspondido assim as entradas ao número avultado de cultores das artes gráficas entre nós? Certamente não! Que vejam eles os frutos que estão colhendo os poucos que se filiaram ao nosso grêmio e seja isto motivo para que corram pressurosos a aumentar o nosso quadro de associados”.²²⁹

De fato, os resultados eram modestos, apesar das várias iniciativas para atrair tipógrafos, livreiros e litógrafos baianos ao seu seio. Mesmo com o prestígio social que demonstrava, tendo como sócio honorário figuras como Rui Barbosa, e um aumento expressivo do seu fundo social, é evidente que não despertava grande interesse. Infelizmente não há documentos que evidenciem as razões dos que optavam por não integrar o corpo social.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*, p.172.

²²⁷ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*

²²⁸ Cf. *Relatório de Exercício 1911 a 1912 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1912, p. 12.*

²²⁹ *Relatório de Exercício 1911 a 1912 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1912, p. 11-2.*

Em 1924, os resultados pareciam mais auspiciosos, com 241 efetivos, o que incluía as categorias de beneméritos, remidos e contribuintes.²³⁰ Aparentemente, a agremiação conseguiu ampliar sua influência entre os artistas gráficos baianos no último exercício aqui investigado. Em 1937, contava com 532 sócios efetivos, 25 deles remidos, um benemérito e 506 contribuintes. Porém, como a própria Diretoria registrava no Relatório de Exercício, “neste conjunto estão sócios ausentes, atrasados e até de paradeiro desconhecido. Em atividade não temos mais que uns 350 associados”.²³¹

3.3 O movimento dos trabalhadores

Pelo que se evidencia, os filiados à Associação compunham-se, em sua maioria, de trabalhadores, como bem indica a postura da entidade durante a greve dos tipógrafos de 1891, cedendo suas dependências para a realização das reuniões do movimento, que teve início em 13 de abril do referido ano. Observe-se, ainda, que os que compunham a diretoria da entidade responsável por representar os trabalhadores nos embates com os patrões - a *Fraternização Tipográfica* - eram membros da Tipográfica Baiana. Reproduz-se aqui o documento publicado na edição nº 10 da *Revista da Associação Tipográfica Baiana*:

“BASES PARA REGULAR O TRABALHO TIPOGRÁFICO NO ESTADO DA BAHIA, APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL DA CLASSE EM 13 DE ABRIL DE 1891. – Art. 1º. A Classe Tipográfica Baiana se dividirá em três categorias:

§ 1º. Os compositores de 1ª categoria perceberão, em casas de gazeta, diariamente, a quantia de 3\$500, o de 2ª 3\$000 e os de 3ª 2\$000.

Art. 2º. Os compositores serão classificados pelo seguinte modo:

§ 1º. Os que atualmente perceberem a diária de 1\$000 até 1\$500 perceberão 2\$000; os que perceberem mais de 1\$500 até 2\$400 perceberão 3\$000 e os que perceberem de 2\$500 até 3\$000 perceberão 3\$500.

Art. 3º. As obrigações dos compositores, em relação ao trabalho, são as seguintes:

§ 1º. Os de 1ª categoria levantarão 3.000 quadratins para as medidas, até 18 quadratins e 3.500 até 23, tomando por base o corpo 8.

§ 2º. A diferença de quadratins, levantados entre as três categorias será de 200 para menos sobre as medidas citadas.

Art. 4º. Os extraordinários serão feitos na razão de 15 réis por linha até a medida de 17 quadratins, 20 réis para as medidas de 18 e 25 réis para as de 19 a 23 quadratins.

²³⁰ Cf. *Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1925.

²³¹ *Relatório de Exercício de 1937 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1939, p. 9.

Art. 5º. As casas de gazeta estabelecerão suas horas de começo de trabalho, e havendo qualquer interrupção nessas horas por parte da casa, o oficial descontará o trabalho na razão de 300 quadratins por hora.

Art. 6º. Os compositores que fizerem tarefas, isto é, que levantarem linhas para gazeta, se fizerem trabalhos vulgarmente chamados de medida, serão esses contados por duplicata.

Art. 7º. Nas casas de obras os oficiais da 1ª categoria perceberão a diária de 4\$000; os da 2ª 3\$00, e os de 3ª, 2\$000.

§ Único. Quando as empreitadas versarem sobre mapas, paginações ou outro trabalho que não se possa precisar o número de quadratins, estas serão feitas por meio de acordo entre as partes.

Art. 9º. O tempo gasto no trabalho em casas de obras será de 8 h.

Art. 10. Os aprendizes perceberão uma gratificação *ad libitum* do administrador.

Art. 11. Não poderá entrar como aprendiz para as oficinas tipográficas o aspirante que não estiver habilitado em português, aritmética e desenho linear, o qual será submetido a exame destas matérias no ato da entrada.

Art. 12. Fica obrigado todo tipógrafo que assinar estas cláusulas a coadjuvar com a quantia de 1\$000, logo que seja preciso, para facilitar o meio de transporte para outro Estado, ao colega que neste não ache onde trabalhar.

§ Único. Para o fim mencionado bem como, para a garantia destas cláusulas, ficará desde já, organizada uma associação denominada – *Fraternização Tipográfica* – dirigida por uma mesa composta por 5 membros e uma comissão fiscal de três membros, sendo obrigada essa direção a vir trimestralmente expor à assembleia geral o ocorrido na classe; o que para este fim pedirá a direção da *Associação Tipográfica Baiana* permissão para funcionar na sala de suas sessões.

Art. 13. Compôr-se-á a mesa da *Fraternização* da seguinte forma: um presidente, um vice-presidente, 2 secretários e um tesoureiro.

Art. 14. As suas obrigações serão:

§ 1º. Escolher nas oficinas tipográficas quem encarregue-se de, no caso de ser preciso vigorar o artigo 11, proceder à cobrança e imediatamente remetê-la ao tesoureiro, que passará recibo da quantia recebida e também, , caso haja algum que se exima de contribuir, enviar uma nota a este respeito, a fim de ser apresentada na primeira assembleia da *Fraternização*.

§ 2º. Convocar assembleias extraordinárias, todas as vezes que se fizerem necessárias.

Art. 15. O tesoureiro mensalmente remeterá ao presidente um balanço circunstanciado.

Art. 16. A *Fraternização* se incumbirá do transporte referido no artigo 12.

Art. 17. O compositor que não assinar estas cláusulas, as quais ficarão sob a guarda das direções da *Associação Tipográfica Baiana* não terá direito algum às regalias concedidas pelas mesmas; assim como aquele que se negar à contribuição estipulada no art. 12, depois de ouvida a assembleia da *Fraternização*, que funcionará com o número que comparecer.

Art. 18. Anualmente, no dia 13 de Abril, se procederá à eleição para a nova diretoria da *Fraternização Tipográfica*. A direção – Antonio Tertuliano Esteves, P. – José Prudencio Ferreira de Carvalho, V.P. – Argemiro de Leão, 1º S. – Manoel Victorio d'Assumpção, 2º dito – Antonio José Esteves, T. – Com. Fiscal: Arthur Casemiro Galvão, Concordio Pitta, Secundino Julio Piedade.²³²

²³² Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p.182-4.

Não se tem relatos do resultado da greve, se logrou ou não êxito. É interessante notar que a Associação, mesmo sendo tipicamente de socorros mútuos, não se furtava a apoiar os movimentos reivindicatórios da classe dos artistas gráficos. Como constata o fim do documento, integrantes da própria diretoria da mutual fizeram parte da sociedade que, nos termos clássicos da historiografia do trabalho, tinha caráter de “resistência”. A Associação Tipográfica Baiana não arrogava para si o papel de representante nos momentos de enfrentamento mais duro, mesmo que afirmasse, em vários momentos, defender os interesses da classe. Deixou essa tarefa para outras entidades e apoiou, como se vê em vários momentos, tanto o movimento quanto as organizações que se propunham a partir para o embate com as empresas e patrões.

No início da década de 1890, um pouco antes da greve, funcionou no novo prédio da Associação, autorizado devidamente pela Diretoria, o Centro Tipográfico Quatro de Fevereiro, fundado em 2 de Março de 1890:²³³

“Essa agremiação de que foi iniciador o Sr. Argemiro Leão, habilíssimo tipógrafo, já falecido, era exclusivamente destinada a defender os direitos dos artistas tipógrafos. Da sua Mesa Provisória faziam parte os Srs. Dario Soares, João Amancio, Antonio Brochado e Concordio Pitta. Quando já adiantada discussão dos seus Estatutos, deixou o mesmo de funcionar”.²³⁴

Observa-se a convivência da Associação Tipográfica Baiana e a cessão dos seus espaços físicos para o funcionamento de outras agremiações, tal como a mencionada acima, que, ao que tudo indica, era uma sociedade de resistência.

Em síntese, pode-se afirmar que, no contexto baiano de final do século XIX, as entidades, fossem reivindicatórias ou de socorros mútuos, não pareciam empolgar muitos os tipógrafos baianos.

3.4 Análise de um Relatório de Exercício

O relatório escolhido para ser analisado é o referente ao período de 1904 a 1905 e foi apresentado à Assembleia Geral da Associação Tipográfica Baiana pelo Conselho Diretório do mesmo período, em sessão de 30 de abril de 1905 e, na mesma, aprovado. O relatório inicia-se com uma mensagem aos consócios, algo que se repetiu em todos os outros analisados na pesquisa. Na mensagem afirma-se que o movimento da Associação é

²³³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*, p.181.

²³⁴ *Revista da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit.*, p.181.

apresentado em desempenho do que exigia o § 4º do art. 54 dos Estatutos da Tipográfica,²³⁵ para consequente apreciação por parte dos sócios. A Diretoria da Associação lamenta, já no início da mensagem, não poder expressar as suas primeiras palavras com um “hino de vitória”. Lamenta ainda não poder anunciar a “boa nova” de haver atingido a meta das suas “mais vivas e ardentes aspirações”. Essas aspirações seriam “o radioso ideal” dos que sonhavam para a classe dos tipógrafos “dias mais felizes, horas menos angustiosas e um futuro colmado de risonhas venturas”.²³⁶ O lamento estende-se ainda aos que já morreram e haviam sonhado com aquelas aspirações.

Porém, a mensagem de abertura aos consócios salientava que não se estava, “a despeito da crueza da adversidade”, com o ânimo abatido; antes sobram “valor e perseverança” para prosseguir na jornada, “alentados pela abnegação, que aureolou os primeiros dias de existência” da Tipográfica. Chama a atenção, ainda, para que os consócios se orgulhem de não terem amesquinhado os “esforços de tantos anos de uma luta obstinada”. Os dirigentes da Associação afirmavam ainda que enquanto não se extinguisse em seus peitos “a luz crepitante da fé”, haveriam de lutar em defesa da sua instituição.

A primeira parte da mensagem termina instando os tipógrafos a multiplicarem seus esforços, a robustecerem sua fé, na luta pelo “sossego romançoso(sic) do lar, pelo conforto e pelo futuro” das suas famílias²³⁷.

A segunda parte da mensagem contém remissão à fundação da associação Tipográfica Baiana, o 20 de Outubro de 1870 e exposição das intenções de sua criação, que eram as de “prodigalizar auxílio aos seus sócios enfermos, proporcionando-lhes defender os seus direitos”. Continua com a transcrição de parte do discurso do membro fundador da Associação, Joaquim Cassiano Hypolito, em que o mesmo convoca a si e aos seus companheiros de ofício a fim de envidarem “todos os esforços para sustentação” dos “direitos e privilégios arrancados”, da dignidade e das “necessidades mais palpitantes menosprezadas”. Joaquim Hypolito chamava a atenção para o fato de os tipógrafos baianos terem se esquecido de “sobra” do seu futuro. Utilizando sempre a primeira pessoa do plural, ele assevera que os trabalhadores do ofício de tipógrafo contavam com os poucos recursos que a arte lhes proporcionava e que mal podiam prover os dias de sua subsistência e de suas famílias,

²³⁵ Lamentavelmente não possível encontrar nenhuma das versões dos Estatutos da Associação Tipográfica Baiana, o que permitiria cotejar as informações dos Relatórios de Exercício com as contidas naqueles documentos tão importantes para se visualizar os regulamentos que regiam o funcionamento da entidade.

²³⁶ *Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1905, p. 3-6.

²³⁷ *Idem*, p. 4.

“quanto mais lutar com as enfermidades que quase sempre atacam as classes necessitadas”²³⁸. Hypolito convidava os tipógrafos baianos a não cessar de aplicar todos os meios e forças “para prevenir e escapar a tão deplorável fatalidade”. Concluía afirmando que o meio essencial para se prevenir e escapar às adversidades era “seguramente a organização de uma associação” que os protegesse e amparasse diante da falta de trabalho, na velhice e na moléstia, além de propor a criação de um órgão de imprensa que defendesse os interesses dos tipógrafos e instrísse os associados, “fazendo-lhes patentes os melhoramentos introduzidos nos países mais adiantados”²³⁹.

O redator da mensagem de abertura do Relatório de Exercício, depois dessa digressão histórica, retoma o texto para afirmar que, sob as bases lançadas pelos fundadores é que se inaugurara a Associação Tipográfica Baiana em 16 de Abril de 1871, para afirmar que a Associação “foi prosseguindo sua derrota, atravessando épocas terríveis, mas sempre amparada pelos que têm a fé como fanal para a realização de seus intentos”. Objeta que seria muito exigir da Tipográfica “diante do parco concurso, com que sempre contou, dos membros das classes trabalhadoras, que a constituem”.²⁴⁰ Segundo a mensagem, passados naquela ocasião trinta e quatro anos de existência, e atingida uma posição “mais desembaraçada”, já que o patrimônio constituído fazia face aos encargos “sem nenhum gravame no equilíbrio social”, ocasião de dizer aos consócios “que a Associação Tipográfica Baiana precisa ainda de alguma coisa mais além de sua missão de caridade”; seria “mister cuidar também do espírito, da defesa dos oprimidos”. Prossegue o texto afirmando que “disposições que autorizem a mudança deste estado de coisas, já existem; falta-lhes a sua franca execução”.²⁴¹ Recomenda-se, porém, que não haja “precipitações, mas reflexão e prudência”.

Relata-se, ainda, que durante o exercício findo foi preciso, “por força das circunstâncias” e com a autorização dos consócios, “proceder aos consertos de que carecia o prédio social”, adaptando-o “aos seus fins, retirando-lhe a feição de uma casa particular, dando-lhe cômodos mais espaçosos”.²⁴² A reforma do Prédio Social visou adequar as instalações ao melhor aproveitamento do espaço físico. A descrição do interior do prédio após a reforma evidencia bem isso, pois a primeira sala foi destinada às sessões solenes e ordinárias da Assembleia Geral, a segunda para a Biblioteca e terceira para amostras de

²³⁸ Ibid., p. 4-5.

²³⁹ Ibid., p. 5.

²⁴⁰ Ibid., p. 5.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Ibid.

catálogos de tipos, máquinas e utensílios de tipografia e artes anexas e exemplares de trabalhos gráficos escolhidos.

Ainda no corpo da mensagem de abertura do Relatório, encontra-se a informação de que no § 3º do Art. 54 do Estatuto da Associação havia uma determinação de que se efetuasse uma “exposição de trabalhos gráficos”, em comemoração ao aniversário da entidade. Observa-se, entretanto, que tal exposição não ocorreu em 1904 e início do ano de 1905. Em vez disso, os diretores da Tipográfica Baiana optaram por estabelecer em uma das salas do Prédio Social uma seção de amostras, de caráter permanente, que era aumentada gradualmente com “espécimes novos e exemplares de trabalhos”, não deixando assim, segundo o texto, de obedecer ao “espírito da lei e a conveniência do assunto”.²⁴³ Argumentava-se que, ordinariamente, as exposições tinham uma feição transitória, e por isso mesmo deveria ter uma exibição mais pomposa, o que traria, conseqüentemente, grandes despesas à Associação. Além disso, objetava-se que mesmo a dificuldade em reunir número suficiente de trabalhos, inclusive porque havia um desinteresse, crê-se dos próprios tipógrafos, com que se encaravam os assuntos referentes ao “levantamento do meio moral e intelectual” dos integrantes do ofício.

A mensagem finalizava com a afirmação de que foram estas as reformas que a Diretoria julgou mais oportunas, sem deixar de lembrar que as mesmas estavam em conformidade com a “letra da lei”.²⁴⁴ Esperava-se que as diretorias posteriores atingissem o ideal dos fundadores, já lastreados que estavam pelas ações das diretorias até aquele ano de 1905, sublinhando que a consecução de tal objetivo dependeria do concurso de quantos faziam parte das artes gráficas, de modo que ao aumento do quadro de associados correspondesse uma renda mais avultada.

Passa-se, em seguida, para a seção “Movimento Social” do exercício que findava. Nessa parte do Relatório, o primeiro tema foi a comemoração do 33º aniversário da Tipográfica, celebrado em 17 de abril de 1904. Uma missa em ação de graças foi realizada na Igreja de São Domingos, que, segundo o texto, foi regularmente concorrida. Em seguida, os tipógrafos, e provavelmente seus convidados, reuniram-se em sessão magna na sede da Associação, presidida pelo consócio João Carlos de Miranda que, segundo o Relatório, “produziu expressivos conceitos de referência e solenidade”, terminando por declarar aberta a sessão. A palavra foi franqueada ao consócio Prudêncio de Carvalho, que leu um discurso no qual apresentava um histórico da Associação Tipográfica Baiana e ultimava com uma

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid., p. 6.

saudação aos seus fundadores. Terminada essa parte da sessão, destinada às congratulações, passou-se à cerimônia de posse da Diretoria eleita em sessão de 10 de abril de 1905.

A mesa da Assembleia Geral foi constituída pelos consócios João Carlos de Miranda – Presidente; Manoel Moreira da Cruz – Vice-Presidente; Reynaldo Felipe da Rocha Junior – 1º Secretário; Emílio Alves da Silva – 2º Secretário. Já a nova Diretoria da Associação era composta pelos consócios Symphuriano de Carvalho – Presidente; Saturnino d’Araujo Gomes – Vice-Presidente; Luciano Bezerra – 1º Secretário; Joaquim de Sousa Pinto – 2º Secretário; Francisco Miguel Chaves – Orador; J. Prudêncio de Carvalho – Bibliotecário; Manoel Graciano Melliz – Tesoureiro; João Paulo Moreira – Arquivista; e, João Amâncio Ramos – Hospitaleiro. O Conselho Fiscal foi constituído pelos consócios Manoel Alexandre F. de Carvalho – Presidente, e mais dois outros consócios que o auxiliariam na tarefa de fiscalizar os atos da Diretoria. Eram eles, Antonio Josué Carvalho e João Amélio Santiago.

Esta sessão do Relatório termina com uma nota informando que em 20 de abril daquele ano foi celebrada uma missa pelos consócios falecidos, na Igreja de São Domingos.²⁴⁵

A próxima seção do Relatório de Exercício é a “Subvenção”. Vê-se que havia um atraso nos repasses das subvenções oferecidas pelo Estado, que tinha a receber do poder público, naquele ano de 1905, a importância de 4:000\$000 (quatro contos de réis), referentes a subvenções dos anos de 1901 e 1902. Percebe-se que a saúde financeira do Estado não era das melhores, tanto que o executivo estava tomando empréstimos para tentar honrar seus compromissos. A seção encerra-se com a manifestação do desejo dos tipógrafos de que o Governo pagasse, ainda no ano de 1905, a subvenção atrasada. Para isto, registrava-se que já havia sido endereçada petição da Associação, cujo resultado esperava-se que fosse favorável.

A seção subsequente tratava dos Estatutos da Associação. Relatava-se que em 1º de agosto de 1904, foi formada a comissão elaboradora, composta pelos consócios Manoel Martins da Cruz, Antonio Josué Carvalho e Prudêncio de Carvalho. Este se incumbira da última redação e revisão tipográfica dos estatutos, remetendo-os por ofício ao Conselho Diretorio, num total de 200 exemplares “nitidamente impresso”.²⁴⁶ O texto dos estatutos foi revisto, ainda, pelo professor Francisco Torquato Bahia da Silva e Araujo, a quem a Diretoria agradeceu, por ofício, o “prestante serviço”. Consta ainda que fora imediatamente distribuído a todos os associados os exemplares dos novos estatutos.

²⁴⁵ Ibid., p. 8.

²⁴⁶ Mais uma vez, lamenta-se não ter sido encontrado nenhum desses exemplares dos estatutos da Associação Tipográfica Baiana.

A próxima seção trata da biblioteca da Associação, cuja inauguração das novas instalações deveria ocorrer no aniversário da entidade. Não é possível precisar a data exata da sua fundação, cabendo notar que, desde o ano de 1883, a biblioteca foi “lembrada” pela Diretoria de então. O texto não é claro. Importa que, conforme o escrito, proporcionava-se “mais um atrativo” aos colegas que estavam arredios ao convívio com os tipógrafos associados à Tipográfica. Esperava-se que, com a Biblioteca, outros tipógrafos viessem a “filiar-se ao grêmio”.²⁴⁷

A Biblioteca da Associação Tipográfica Baiana, segundo o texto do Relatório, era dotada de obras encadernadas que somavam, à época, 450 volumes, “havendo uma certa quantidade em preparo de encadernação e muitas outras em brochura”, atingindo um total aproximado de 500 volumes. Para conseguir esse número de obras, registra-se que nada despendeu a Associação, “nem mesmo com a respectiva encadernação de muitas”. Esse número era resultado do apelo “constante” dirigido a várias pessoas pelo funcionário que dirigia a Biblioteca. As referidas pessoas que gentilmente correspondiam ao funcionário têm seus nomes inscritos em anexo do Relatório, com as respectivas quantidades doadas. Assinalava-se que era ainda modesto o cabedal da Biblioteca, mas não tanto que os associados não pudessem usufruir algum proveito.

Conclui-se esta seção com a observação de que, em se obtendo alguma verba extraordinária no futuro, poderia se adquirir, para o aumento do acervo e atendimento dos objetivos da Biblioteca da Tipográfica, “obras de ensino técnico em qualquer dos ramos das artes gráficas”. Tais aquisições de obras de teor técnico, os tipógrafos baianos reputavam de “imprescindível necessidade”.²⁴⁸ O valor em dinheiro dos livros perfazia a quantia de 1:851\$000 (hum conto e oitocentos e cinquenta e um mil réis).

Segue-se então a seção “Exposição Permanente”. Conforme enunciado no princípio do Relatório, e obedecendo ao pensamento da Diretoria de 1881 a 1882, presidida pelo sócio fundador Ludgero J. de Sousa, registra-se que a sala do fundo do Prédio Social foi dedicada à exposição permanente anteriormente aludida. O objetivo do estabelecimento dessa exposição com caráter permanente era “encaminhar e instruir” os que professassem “qualquer dos ramos das artes gráficas ministrando-lhes conhecimentos de ‘de visu’ dos progressos que se vão operando nas mesmas”.²⁴⁹ Com esse objetivo, a Diretoria informava que havia dirigido circulares a todas as oficinas, “em geral”, e às casas especialistas da Europa, e estas, melhor

²⁴⁷ *Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, 1905, p. 9.

²⁴⁸ *Idem*.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 10.

do que aquelas, corresponderam “gentilmente” ao apelo da Tipográfica Baiana. Entretanto, afirmavam os redatores, esperava-se que os estabelecimentos gráficos existentes no Brasil se compenstrassem do “subido valor” do empreendimento da Associação e remetessem “o que de melhor” produzissem no gênero a que se dedicavam. Dava-se grande importância a esse “meio instrutivo e de informações” que era a Exposição Permanente, pois ali o artista gráfico iria acompanhando as transformações que se iam operando nos trabalhos, “quanto ao gosto e estilo”, bem como teria conhecimento dos “mais modernos maquinismos, aparelhos e acessórios”, que se iam introduzindo nas artes gráficas, por meio de catálogos e amostras, que constantemente viriam às mãos dos consócios da Tipográfica.

A próxima seção é a “Caixa de Auxílios”. Aqui, tem-se apenas uma pequena nota em que o Conselho registra sua intenção de promover a criação da Caixa de Auxílios, de acordo com o § 4º Art. 2. Contudo, “ocupações mais urgentes e de outra natureza obstavam a realização desse *desideratum*”.

Na sequência estava a seção que tratava dos títulos honoríficos. Informava-se que, em sessão da Assembleia Geral ordinária de 20 de outubro do ano de 1904, o “digno consócio” Sr. Arthur Arezio “fundamentou uma proposta precedida de judiciosos considerandos, solicitando, de acordo com os Estatutos, o título de sócio benemérito” para o colega de diretoria Prudêncio de Carvalho, e os de sócios honorários para Vicente Ferreira Lins do Amaral e José Luiz Marques, “ambos esforçados impulsionadores da arte tipográfica, na Bahia”.²⁵⁰ O consócio João Carlos de Miranda apresentou uma proposta para se conceder o título de sócio honorário ao “distinto” professor Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo, “pelos relevantes serviços que, há anos, desinteressadamente”, prestava a Associação. De acordo com o artigo 33 dos Estatutos, a Diretoria da Associação apresentou à Assembleia uma proposta solicitando o título de Benemérito para o sócio João Carlos de Miranda, e de honorários, para as empresas do Diário da Bahia, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, A Bahia e Correio do Brasil. A justificativa da diretoria para os pedidos de concessão de novos títulos era a seguinte:

“Nutrimos a convicção de que a digna Assembleia aprovará o nosso pedido, pois os serviços prestados pelo nosso consócio João Miranda, são tão longos e assinalados que seria impossível enumerá-los de pronto; e as distintas empresas desses jornais, além do desinteressado apoio que nos prestam, fazem gratuitamente as nossas publicações e avisos, remetendo, além disto, um exemplar de suas edições para a nossa biblioteca”²⁵¹.

²⁵⁰ Ibid., p. 11.

²⁵¹ Ibid., p. 11.

Sobre as propostas dos consócios Arthur Arezio e João Miranda, a diretoria da Tipográfica Baiana argumentava que a Assembleia deveria levar em conta os considerandos emitidos pelos proponentes como justificativa para a concessão dos títulos de sócios honorários ao professor Francisco Torquato Bahia e aos jornais, bem como de benemérito ao sócio João Carlos de Miranda.

O relatório prosseguia com a seção que tratava do “Edifício Social e suas reformas”. O texto informava que, atendendo aos reclamos das diretorias anteriores, a atual procedeu aos reparos e consertos precisos no prédio social. Registrava-se ainda que também a maioria dos associados “aspirava” para a sede da Associação “certas e determinadas reformas, indispensáveis ao seu regular funcionamento”. Todavia, essas reformas tiveram que ser retardadas em razão de a sociedade estar empenhada na construção dos jazigos, com os quais se despenderam Rs. 20:753\$200. Diante disto, argumentavam os diretores que “nenhuma outra providência” podia-se tentar, “sem grave desequilíbrio financeiro”.²⁵² Desembaraçada do compromisso dos jazigos, pôde então realizar os melhoramentos materiais na sede social. A reforma, desta maneira, é então discriminada para o “juízo” dos associados.

Para a realização das obras do edifício, abriu-se concorrência, “preferindo as propostas que melhores vantagens apresentavam, e de tudo foi informado o Ilustre Conselho Fiscal”, que, segundo o texto, se manifestou favoravelmente às preferências da Diretoria. Os consertos e reparos foram contratados juntos a um certo Sr. Benjamim Barroso dos Santos, que, segundo o Relatório, desempenhou a contento os serviços, pela quantia de Rs. 950\$000.

As obras na sede social foram as seguintes: retelhamento completo e mudança de caibros e ripas estragados; demolição de uma parede que separava o corredor do primeiro quarto; reparo nos forros, mudando tábuas apodrecidas; fatura de uma campanária da janela; raspagem da sala para receber o forramento de papel; alargamento da porta de entrada; assentamento de uma latrina no armazém; levantamento de uma parede para fechar a comunicação do pátio para o andar superior, colocando nela uma porta; reparo no ladrilho da loja, calçamento e cimentação do armazém; caiadura de todos os cômodos do edifício, desde a loja ao sótão, bem como as muralhas que fecham o pátio; desmancho de um fogão, etc., pintura a óleo, com três mãos de tinta, da frente do edifício e substituição do bicamente.

A pintura interna das dependências do edifício foi executada por Antonio Pereira da Silva, pela importância de Rs. 441\$750. Informava-se, ainda, que foram apresentadas mais duas propostas “que, apesar dos interessados fazerem nas mesmas sensível abatimento, não

²⁵² Ibid., p. 12.

puderam competir nos preços da do executor, pois a diferença era ainda assim de 50\$000”²⁵³. A canalização do gás, interna e externa, foi feita pelo Sr. Archimimo Ferreira, pela quantia de Rs. 180\$000. Adquiriram-se lustres, braços, arandelas, mangas, etc., pela quantia de Rs. 281\$500.

Os móveis, “indispensáveis”, adquiridos na ocasião da reforma foram fabricados na oficina de marcenaria do Liceu de Artes e Ofícios, segundo o Relatório, a cargo do Sr. Izidro Pinheiro Lobo, que contratou a feitura de uma mesa de 10 x 5 palmos, com três gavetas e pano embutido, 3 cadeiras de costas empalhadas e 60 cadeiras comuns à Luiz XIV, pela importância de Rs. 765\$000.

Conclui-se a primeira parte desta seção observando-se que, depois de todas essas obras e aquisições, a Associação poderia muito bem refazer seus depósitos, em dinheiro, pois nos primeiros anos subsequentes não precisaria de grandes obras, nem, conforme o texto, seria de “boa providência empreendê-las”, salvo se outros recursos fossem adquiridos fora da fonte ordinária.

A segunda parte da seção, que trata do edifício social e suas reformas, informava que, em 31 de dezembro de 1904, havia deixado os cômodos que ocupava no prédio da Tipográfica, o consócio Sr. João Moreira Rios, quite com os seus pagamentos. A loja, que era sublocada por este sócio, passou ao cargo do Conselho da Associação, continuando com a mesma inquilina e rendia mensalmente 25\$000. Com a retirada espontânea desse sócio, o Conselho resolveu, em sessão de 11 de janeiro de 1905, não alugar mais nenhum dos cômodos do pavimento superior do prédio, “visto estarem destinados a outros misteres”. Esperava aquele Conselho que a Assembleia sancionasse aquela deliberação, com a aprovação do Relatório de Exercício de 1904-1905. Argumentava-se que fosse qual fosse a vantagem que se supusesse tirar do aluguel, seria puramente ilusória. Entendia o Conselho, segundo o texto, “com razões ponderosas”, que a Associação deveria reservar as dependências do pavimento superior, “exclusivamente”, para o movimento social, “abstendo-se, em absoluto, do aluguel de qualquer delas, sob pena de trazer constantes vexames aos seus associados, dar-lhes muita vez uma feição deponente, e não colher nenhum proveito, mesmo pecuniário”, pois nem sempre, conclui o argumento, a renda do aluguel cobria as despesas com reparos e consertos constantes²⁵⁴.

A seção seguinte é a “Benefício”. Informa-se que, logo no princípio da administração da diretoria, precisamente em 7 de maio do ano de 1904, tendo em vista as reformas no

²⁵³ Ibid., p. 13.

²⁵⁴ Ibid., p. 14.

edifício, foi levado a efeito um espetáculo, no Teatro São João, em favor dos cofres sociais. Sobre esse evento e a arrecadação auferida, lamentam os diretores da Tipográfica que, apesar de terem conseguido boa concorrência ao festival da Associação e do consócio Prudêncio de Carvalho haver fornecido gratuitamente anúncios, cartazes, bilhetes, etc., até aquele presente momento nenhum resultado favorável pôde-se conseguir para a entidade. Em poder do tesoureiro estava “uma lista de dinheiros a receber na importância de Rs. 340\$000”.²⁵⁵ Deste débito, declarava o relatório, a quantia de Rs. 181\$000 em muitos dos sócios e colegas de ofício.

Na sequência, vinha a seção “Movimento Social”, cujo primeiro item tratava do “passamento” de três dos consócios, os Srs. Anselmo Cesar da Conceição, falecido em 8 de maio de 1904, Alberto d’Ascensão Ferreira, em 9 do mesmo mês, e ano e Fabrício Olegário Baptista, em 12 de julho do mesmo ano. Ao último consócio, foram proporcionados os socorros e auxílios determinados pelos Estatutos. Porém, para os dois primeiros, a diretoria da Tipográfica Baiana assim se expressa: “confrange-nos dizermos, que por imprevidência ou olvido do dia do amanhã, ficaram privados do que poderiam ter em tal emergência.”²⁵⁶ O conjunto de formalidades observado pela Associação Tipográfica Baiana quando da morte de um consócio, constituía-se do seguinte: prestavam-se as homenagens devidas, lançando votos de pesar nas atas das sessões, conservando a bandeira no funeral e se representado a Associação nos enterramentos. Observa-se que o rito fúnebre oferecido aos associados ia carregado de todo o sistema simbólico que envolvia a entidade. O prestígio social do falecido era evidenciado pelo estandarte da Tipográfica no funeral, além de ter o seu nome registrado nas atas da Associação. Esta, por sua vez, era notabilizada, como também as suas ações eram revestidas de distinção por meio da exposição das insígnias do grêmio. A despesa com dois sócios que adoeceram, em “auxílios e medicamentos”, foi de Rs. 117\$900. Já com o funeral de um dos falecidos, a despesa foi de 70\$000.

A segunda parte da seção “Movimento Social” tratava dos sócios admitidos. No Exercício de 1904 – 1905 registrou-se a entrada de 10 sócios efetivos, sendo que 24 haviam sido aprovados. Os que entraram foram os seguintes: Licínio Alves Nobre, João dos Reis Lessa, Manoel Estevão Alves do Nascimento, Américo de Santa Isabel, Anolino J. Damasio de Mattos, Manoel Glycério do Bomfim, Feliciano Cavalcante da Silva, Emygdio J. Martins, João Lucio da Paixão e Sabino Mattos da Silva. Lamenta-se não se ter chegado ao número de novos sócios do exercício anterior. Tentava-se talvez justificar tal diminuição de novos

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid., p. 15.

admitidos com a alegação de que a “classe” atravessava dias amargos. Segundo o texto, grande era a crise que torturava a “classe” dos tipógrafos, de modo que era impossível a muitos dos colegas, que iam se compenetrando da utilidade da agremiação, filiarem-se como sócios da Tipográfica Baiana. O movimento apurado com a entrada desses novos sócios efetivos foi de Rs. 220\$000, constituído de joias e diplomas, requisitos ordinários para a admissão em sociedades mutualistas.

A terceira parte desta seção trata das eliminações de sócios. Cumprido o § 16 do Art. 54 dos Estatutos, foram eliminados vinte sócios no Exercício 1904 – 1905. Afirmava-se que foram esgotados todos os recursos da lei para que os sócios pudessem continuar a fazer parte do corpo social da Tipográfica Baiana. Inclusive, membros do Diretório estenderam-se pessoalmente a “concitar” aqueles “associados omissos a satisfazerem seus débitos e tudo foi baldado”.²⁵⁷ O texto relatava que “forçoso” foi que se ficasse com a convicção de que os associados “omissos” não mais queriam comungar com a Associação na sua luta pelo “Bem”. Entretanto, chamava-se a atenção para, caso os eliminados pensassem em se reabilitar, encontrariam recurso no § Único do Art. 79 dos Estatutos. Entendia-se, na Associação Tipográfica Baiana, que as diretorias deveriam “envidar esforços para conservar o associado” que fazia empenho em colaborar com a entidade, “mas que circunstâncias alheias à sua vontade” o levaram a cair em atraso. Porém, igual vantagem não deveria aproveitar os que abertamente se declaravam “divorciados” do grêmio dos tipógrafos baianos. Àqueles, prescreve o texto, “é oportuna a aplicação da lei, apesar dos escrúpulos das Diretorias”. Pois, “sempre indiferentes a quaisquer considerações e apelos, revoltam-se, todavia, quando lhes atinge o rigor da lei”.²⁵⁸ Os eliminados não tinham seus nomes expostos no Relatório de Exercício; em vez disso, eram os seus números de registro que apareciam publicados. Nesse exercício em análise, os eliminados de acordo com o Art. 45 dos Estatutos correspondiam aos números 78, 80, 95, 105, 117 e 125. Já os eliminados de acordo com o Art. 78, alínea III, foram os de números 132, 135, 142, 146, 147, 149, 150, 154, 156, 167, 171, 177, 183 e 186.²⁵⁹

A quarta parte da seção “Movimento Social” tratava das “remissões”. O fenômeno das remissões ocorria, em regra, “quando o associado quitava grande quantidade de pagamentos de suas mensalidades e demais taxas de uma só vez, desresponsabilizando-se de pagá-las mensalmente” (LEUCHTENBERGER, 2009, p. 49). Nesse exercício de 1904 a 1905, por força do Art. 42 dos Estatutos da Tipográfica, foram remidos os sócios Ignacio Hermógenes

²⁵⁷ Ibid., p. 16.

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ Infelizmente, por não ter-se conseguido encontrar os Estatutos, tornou-se impossível saber o conteúdo dos artigos que embasavam e explicitavam os motivos das exclusões desses sócios no Exercício de 1904 a 1905.

Cajueiro, João Emygdio da Silva Lima, Ovídio José de Azevedo Coutinho, Ludgero José de Sousa (fundadores) e Camillo Alves da Silva (efetivo). Percebe-se aqui uma categorização dos sócios entre “fundadores” e “efetivos”, além das categorias de “honorários” e “beneméritos”, mais os “benfeitores” e os “correspondentes”.

A quinta parte dessa seção tratava dos “sócios correspondentes”. Segundo o texto, lançando mão da faculdade que dava o § 5 do Art. 13, foram aceitos para sócios correspondentes em Santos, no Estado de São Paulo, os Srs. Joaquim da Natividade Moutinho e Candido Olympio de Sousa Requião, ambos ali domiciliados. Acrescentava-se que os “distintos colegas” tipógrafos paulistas prestavam bons serviços aos seus colegas baianos, pelo que se entendia ser “boa a aquisição” que fizeram, constituindo-os sócios correspondentes da Associação Tipográfica Baiana no Estado de São Paulo.

A sexta parte da mesma seção é a “Lista Geral dos Sócios e seu Movimento”. Naquele exercício de 1904 a 1905, o número geral de sócios contribuintes era de 114; foram eliminados 20, faleceram três, ficando assim o número de sócios em 91; com a entrada dos 10 sócios efetivos referidos anteriormente, fechou-se a “escrita” com o total de 101 sócios. Destes, 5 estavam remidos e um era benemérito. O número de sócios honorários era de 16, com um destes gozando o título de benfeitor, e, por fim, dois sócios correspondentes.

A sétima parte da seção referia-se ao “Serviço Médico”. Ali, remetia o leitor ao anexo dois, do qual constavam os nomes dos clínicos responsáveis pelo serviço médico da Associação. Observando o anexo, percebe-se que a Tipográfica Baiana contava com o serviço de quatorze médicos no atendimento aos seus associados. Esse número de médicos evidencia, mesmo para padrões de outras épocas, uma robustez que poucas sociedades mutualistas detinham na prestação dos seus socorros. Com 114 sócios contribuintes, a Associação Tipográfica Baiana, em 1904-5, prestava serviços aos seus associados que causariam inveja a qualquer organização congênere nos dias atuais. Se dividirmos o número de médicos que prestavam serviço à Associação, teremos um médico para cada oito tipógrafos. Além dessa proporção, que provavelmente não sobrecarregava os responsáveis pela saúde dos associados - mesmo considerando-se que não atendiam apenas aos tipógrafos -, havia uma distribuição desses médicos por vários locais de Salvador, ampliando assim, geograficamente, o serviço médico oferecido pela Tipográfica, que então era feito por freguesias da capital baiana. Desta forma, tinha-se a seguinte distribuição dos médicos na cidade: na Sé, atendiam os médicos Antonio Lino da Matta Bacelar e Luiz Anselmo da Fonseca; na região da paróquia de São Pedro, no bairro dos Barris, quem atendia era o médico Guilherme Pereira Rebello; na região da paróquia de Sant’Anna, os responsáveis pela assistência médica eram Aristides Américo de

Magalhães e Joaquim Rodrigues Ferreira; na Conceição da Praia, localizada no Bairro do Comércio, na Cidade Baixa, era o médico Alfredo Ferreira de Barros; na região do Pilar, que compreendia uma rua, uma ladeira e uma travessa, atendia o médico Valentim Antônio da Rocha Bittencourt; na rua do Paço Municipal, atendia o médico Aristeu de Andrade; no Santo Antônio, eram os médicos Antonio Monteiro de Carvalho e José Marques dos Reis; na região da Igreja e Largo dos Mares, o serviço médico ficava a cargo de Joaquim dos Reis Magalhães; na Vitória, área nobre e localizada na Cidade Alta, era o médico Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira; na região da Igreja da Penha, situada à Avenida Beira Mar, no bairro da Ribeira, localizada na Península de Itapagipe, região industrial e com concentração de bairros operários, atendia o médico Clodoaldo de Andrade; no bairro de Brotas, atendia o médico Bellarmino dos Passos Costa. Todos estes médicos eram sócios honorários da Associação Tipográfica Baiana.

A oitava parte da seção “Movimento Social” tratava dos pensionistas da Associação. Registrava-se que naquele período o número de pensionistas era de onze, e despendeu-se naquele exercício a importância de Rs. 1:056\$000. Este valor referia-se especificamente às pensões concedidas às viúvas e aos menores dependentes dos sócios falecidos.

A nona parte da seção tratava das “Seções do Conselho Diretório”. Relatava-se que haviam sido realizadas naquele exercício 24 reuniões, “nas quais reinaram sempre a maior cordialidade e unidade de vistas em todas as deliberações tomadas”.²⁶⁰ Percebe-se que a Tipográfica Baiana mantinha regularmente duas reuniões mensais, em média. A preocupação com uma atmosfera em que os conflitos estivessem ausentes parece tornar-se patente ao se referirem à “cordialidade” e a “unidade de vistas” nas decisões tomadas pelos membros do Conselho Diretório.

A décima parte em que está dividida a seção “Movimento Social” referia-se à “Assembleia Geral”. Informava-se que em 26 de outubro do ano de 1904 foi realizada a assembleia geral do semestre, na qual foi feita uma exposição por parte da diretoria da Associação “dando conta das principais ocorrências do primeiro semestre”. Nessa assembleia geral, os diretores da Tipográfica Baiana pediram aos sócios a autorização para a realização das obras e melhoramentos que há tempos eram reclamados para a Associação. Informava-se, também, que o Conselho Fiscal havia apresentado “judicioso parecer”, aprovando as contas da Diretoria²⁶¹.

²⁶⁰ *Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p. 17.*

²⁶¹ *Idem.*

A Diretoria que findava seu Exercício no ano de 1905 era a seguinte: Symphuriano de Carvalho – Presidente; Saturnino d’Araujo Gomes – Vice-Presidente; Luciano Bezerra – 1º Secretário; Joaquim de Souza Pinto – 2º Secretário; Francisco Miguel Chaves – Orador; J. Prudêncio F. de Carvalho – Bibliotecário; Manuel Graciano Melliz – Tesoureiro; João Amâncio Ramos – Hospitaleiro; e, João Paulo Moreira – Arquivista.

Importante também, para compreender-se a dimensão que Associação Tipográfica Baiana ocupava no quadro das associações mutualistas em Salvador, é observar o seu movimento financeiro. O Balanço Geral publicado nas páginas do Relatório de Exercício fornece uma visão detalhada das receitas e despesas do grêmio bem como do seu Fundo Social. Verifica-se que a Associação gozava de boa saúde financeira, o que inclusive propiciou a reforma no prédio da Sede Social naquele exercício de 1904 a 1905. Entretanto, ao se comparar os gastos com pensões a viúvas e menores, auxílios e medicamentos a sócios enfermos e funerais com o valor das mensalidades recebidas, constata-se que havia um déficit de 358\$000. O que garantia o pagamento dos benefícios e auxílios eram outras receitas que não as mensalidades. Pelo Balanço Geral, vê-se que a Associação obtinha receitas de outras origens, tais como de aluguéis de cômodos do Prédio Social; de juros de ações em bancos - como no Banco Auxiliar das Classes e o Banco Econômico; de juros de apólices estaduais e federais; de carneiros cedidos; retirada de ossadas desses jazigos no Cemitério da Quinta dos Lázaros; e, nesse exercício, de levantamentos junto a Caixa Econômica Federal. Além dessas receitas de iniciativa e com capital da própria Tipográfica Baiana, havia as subvenções estatais por meio de decretos, e que se constituíam em importante fonte de receita, mesmo que não fosse possível contar com o repasse em dia por parte da administração pública. Todas essas outras entradas equilibravam a diferença entre os valores despendidos com prestação socorros e concessão de benefícios e os valores auferidos com as mensalidades. Desta maneira, a Associação Topográfica Baiana não deixava os seus sócios, atingidos pela adversidade, desamparados.

Também pelo Balanço Geral, pode-se observar o quanto eram diversificadas as ações da mutual dos tipógrafos baianos no sentido de movimentar seu capital e gerar renda. Inicialmente têm-se os aluguéis dos cômodos do Prédio Social, que rendiam em média 37\$000 mensalmente para a Associação. Depois vinham as aplicações financeiras que eram constituídas por juros de ações e juros de apólices. Das primeiras, a renda granjeada, naquele exercício de 1904 a 1905, foi de 50\$000 mensais. Das segundas, o valor mensal era de aproximadamente 111\$458, somando ao fim de um ano, a quantia bastante considerável de 1:337\$500 (Hum conto, trezentos e trinta e sete mil e quinhentos réis). A renda oriunda dos

carneiros também era apreciável, pois gerava valores na ordem de 61\$000 mensais. Por fim, havia o “levantado” da Caixa Econômica Federal que somava quase dois contos de réis, tendo, nesse exercício em análise, acumulado 1:703\$468.

As despesas nesse exercício foram altas, sobretudo em função da reforma no Prédio Social. Esta adequação do edifício aos objetivos da Associação custou aos seus cofres a quantia de quase dois contos de réis. Ao final, segundo os cálculos aqui realizados, gastou-se 1:892\$250. Além desta despesa com a reforma e os gastos com pensões, auxílios e medicamentos destinados aos vivos, e funeral e missa para sócios falecidos, a Associação Tipográfica Baiana tinha outras despesas que eram próprias da manutenção da sede social e de suas outras propriedades. Assim, tinham-se gastos com a manutenção dos jazigos, tais como pagamento do foro do terreno, tapagens dos carneiros, e caiadura e pintura do gradil dos mesmos. No que tange à manutenção do Prédio Social e da Associação, tem-se as despesas com “selo de reforma da apólice de seguro”, “porcentagem de cobranças”, “papel, selos e reconhecimentos de firmas”, “tinta, corda para mastros, e desinfetantes” e “lavagem de todo o prédio”.

Balanço Geral da Associação Tipográfica Baiana em 31 de março de 1905

Receita		
Mensalidades recebidas.....	698\$000	
Joias de entradas de 10 sócios e diplomas.....	220\$000	918\$000
Aluguéis dos cômodos do prédio.....		450\$000
<i>Juros de ações:</i>		
Banco Auxiliar das Classes.....	450\$000	
Banco Econômico.....	150\$000	
<i>Juros de apólices:</i>		
Estaduais.....	637\$500	
Federais.....	100\$000	1:337\$500
Carneiros cedidos a diversos.....		730\$000
Retirada de ossadas.....		8\$000
Levantado da Caixa Econômica Federal.....		1:300\$000
<i>Saldo do ano anterior:</i>		403\$468
Total		Rs. 5:146\$968

Fonte: Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p. 25.

Despesa		
Pensões a viúvas e menores.....	1:056\$000	
Auxílios a sócios enfermos.....	105\$300	
Medicamentos, idem.....	12\$600	
Funeral ao sócio Fabrício Olegário Batista.....	70\$000	1:243\$900
Missa pelos sócios falecidos.....	10\$000	
Foro do terreno dos jazigos.....	19\$200	
Selo de reforma da apólice de seguro.....	1\$100	
Tapagens de carneiros.....	84\$000	
Caiadura dos mesmos e pintura do gradil.....	40\$000	154\$300
Porcentagem de cobranças.....	35\$400	
Papel, selos e reconhecimentos de firmas.....	18\$400	53\$800
Tinta, corda para mastros, e desinfetantes.....	6\$200	
Lavagem de todo o prédio.....	15\$000	21\$200
Ao Sr. Benjamin Barroso dos Santos, pelos consertos e reparos do prédio.....	950\$000	
Ao Sr. Antonio Pereira da Silva, pela pintura geral.....	441\$700	
Canalização do gás.....	180\$000	1:571\$750
1 lustre de uma luz e manga.....	35\$500	
1 lustre de 6 luzes e limpeza dos metais e carretos.....	111\$000	

2 lustres de metal, arandelas, mangas, etc.....	107\$000	
7 aparelhos incandescentes.....	28\$000	281\$500
Ao Sr. Amador A. Moura – quadros, vidros em armários e caixilhos.....		39\$000
		3:365\$450
Transporte		3:365\$450
Ao Sr. Izidro Pinheiro, pela fatura de 1 mesa 3 cadeira especiais e 60 a Luiz XIV.....	765\$000	
Um armário para arquivo.....	32\$000	
Consertos, polimento etc. dos móveis antigos..	40\$000	
Uma mesa comum.....	30\$000	
Uma mesa elástica e pano.....	80\$000	
4 dúzias de cabides, tábuas para os mesmos, preparo, envernizamento e regretas.....	29\$000	
Tábuas para armários, conserto do arquivo e 1 cantoneira para o contador.....	20\$000	
Aferição do contador.....	2\$100	998\$000
Retoque da tela de Gutenberg e outros reparos.....	16\$000	
1 par de escarradeira.....	10\$000	
Tintura de uma colcha.....	5\$000	
Reparos de pedreiro.....	9\$000	40\$000
Uma torneira de transmissão.....	3\$000	
1 dispositivo de ferro zincado.....	6\$000	
Licença para andaimes.....	1\$900	10\$000
Caução depositada na Companhia d´Clairage...		30\$000
		4:444\$450
Recolhido a Caixa Econômica Federal.....	300\$000	
Saldo que passa	402\$518	702\$518
		Rs. 5:146\$968
Total		Rs. 5:146\$968

Fonte: Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p. 26.

Fundo Social		
Edifício.....		10:000\$000
Apólices estaduais.....	8:500\$000	
Apólices federais.....	2:000\$000	10:500\$000
Ações do Banco Auxiliar das Classes.....	7:500\$000	
Ações do Banco Econômico.....	3:000\$000	10:500\$000
Jazigos no Cemitério da Quinta dos Lázarus.....		20:753\$200
Móveis e utensílios.....		2:039\$000
Caução em depósito na Companhia d'Eclariage.....		30\$000
Livros da Biblioteca.....		1:851\$000
Recolhido a Caixa Econômica Federal.....	1:775\$406	
Idem Caixa Econômica Estadual.....	457\$189	2:232\$595
Saldo em caixa		402\$518
		Rs. 58:302\$313
Total		Rs. 58:302\$313

Fonte: Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana. Op. cit., p. 24.

Este Balanço Geral foi assinado pelo tesoureiro da Associação Tipográfica Baiana, o consócio Manoel Graciano Melliz.



Figura 07 – Relatório de Exercício, Ano 1904 e 1905.

Commemoração do 33.º anniversario

Commemorando o trigesimo terceiro anniversario da anauguração desta Associação, celebrou-se, em 17 de Abril do anno passado, na egreja de S. Domingos, uma missa em acção de graças, a qual foi regularmente concorrida, reunindo-nos, em seguida, em sessão magna, na séde da Associação.

Assumindo a cadeira da presidencia da Mesa o nosso consocio João Carlos de Miranda, produziu expressivos conceitos de referencia a solemnidade, terminando por declarar aberta a sessão.

Dada a palavra ao consocio Prudencio de Carvalho, leu este um discurso, fazendo o historico desta Associação e ultimando com uma saudação aos seus fundadores.

Terminada esta parte da sessão, destinada as congratulações pela festa anniversaria, passou-se á cerimonia da posse da Directoria eleita em sessão de 10 de Abril de 1905, a qual ficou assim constituida:

Mesa da Assembléa Geral

Presidente.—João Carlos de Miranda.
Vice-Presidente.—Manoel Martins da Cruz.
1.º Secretario.—Reynaldo Felipe da Rocha Junior.
2.º dito—Emilio Alves da Silva.

Conselho Directorio

Presidente —Symphuriano de Carvalho.
Vice-Presidente—Saturnino d'Araujo Gomes.
1.º Secretario — Luciano Bezerra.
2.º dito—Joaquim de Sousa Pinto.
Orador—Francisco Miguel Chaves.
Bibliothecario —J. Prudencio F. de Carvalho.
Thesoureiro—Manoel Graciano Melliz.
Archivista—João Paulo Moreira.
Hospitaleiro — João Amancio Ramos.

Conselho Fiscal

Presidente — Manoel Alexandre F. de Carvalho.

Figura 08 – Relatório de Exercício, Ano 1904 e 1905.

Considerações finais

Desenvolver uma pesquisa sobre mutualismo na Bahia envolveu inúmeros desafios. Primeiro, na altura de 2011, haviam pouquíssimos trabalhos produzidos sobre o tema no Estado. Além disso, as sociedades de socorros mútuos ainda eram, e talvez ainda o sejam, vistas como um objeto exótico, mesmo entre os historiadores do trabalho. Terceiro, a dificuldade nos arquivos foi algo que quase comprometeu a pesquisa, dada a imensidão do volume de documentos, quase sem nenhuma catalogação e utilização de recursos tecnológicos, aliado às péssimas condições de conservação dos acervos na capital. Documentos desintegravam-se nas mãos do pesquisador, mesmo com os devidos cuidados. O que minorou os efeitos disto foi a solicitude que se encontrou entre os funcionários das repartições consultadas, facilitando o acesso e a descoberta das fontes.

A peregrinação pelos arquivos de Salvador quase que se configurou em uma “via sacra”. O que se constata é o pouco cuidado dispensado aos arquivos por parte do Governo do Estado. Apesar de localizarem-se em prédios que guardam uma história belíssima, inclusive do ponto de vista arquitetônico, pois, a título de exemplo, um antigo mosteiro jesuíta abriga hoje o Arquivo Público do Estado da Bahia, o desleixo com a História marcou o olhar no início das pesquisas.

O desespero afligiu em muitos momentos o espírito. A eventualidade de não conseguir reunir e compor um *corpus* documental foi tornando-se uma possibilidade. Clio quase se via frustrada. Concomitantemente, Cronos agastava.

Apesar de pistas encontradas delinearem um cenário promissor, concretamente não se chegava à documentação. Contudo, as contingências levaram a que, quando menos se esperava, deparasse-se com um conjunto de fontes, no que tange ao mutualismo, raro de encontrar-se. Primeiramente, por meio de contatos com o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, foi localizado o segundo periódico publicado pela Tipográfica, o *Boletim Gráfico*. Não muito tempo depois, foi encontrada, na Biblioteca dos Barris, a *Revista da Associação*. Mais tarde, também na Biblioteca, encontraram-se os Relatórios de Exercício. Só a partir de então é que se tornou possível a construção da pesquisa.

Acompanhar a trajetória de uma entidade como a Tipográfica Baiana proporcionou compreender um pouco do que foram as experiências vividas pelos trabalhadores gráficos da velha Salvador do final do século XIX e início do XX. Percorrer a rua onde a entidade teve o

seu último prédio social, assim como localizar as antigas freguesias onde prestava os seus socorros, é também um exercício de aprendizado sobre essa cidade que guarda tanto da história do Brasil. É uma experiência de história do que foi e é o povo brasileiro, sobretudo o povo da Bahia, com todos os traços que o distinguem do restante do país.

Outra sensação que não se olvida é a de começar a conhecer esse ofício que tanto foi importante para a história do mundo ocidental. O ser tipógrafo carrega toda uma simbologia marcada por sua historicidade. Observar isso nas páginas escritas pelos tipógrafos baianos foi algo que evidenciou detalhes da história da imprensa ainda pouco explorados. Lê-los foi como um exercício de volta a Gutenberg. O nascimento da Modernidade aparecia a cada vez que havia uma remissão ao invento da Imprensa. Além disso, a importância da cultura associativa entre aqueles trabalhadores permitiu compreender o quanto foi complexa a formação da classe operária brasileira, suas especificidades e peculiaridades.

Descobrir a preocupação da entidade com a instrução foi algo revelador do quanto a manutenção de algumas garantias era importante para aqueles trabalhadores. O aperfeiçoamento e desenvolvimento das artes gráficas foi, desde os primeiros tempos da Associação, uma constante em seus anseios, o que tornou possível compreender as clivagens que marcaram os trabalhadores e um pouco da sua cultura.

Elemento também crucial é constatar o quanto essa sociabilidade proporcionada por uma mutual gerava, para aqueles que se associavam, certa segurança na hora da adversidade. Numa sociedade na qual não existiam as garantias e benefícios que hoje cobrem boa parte da classe trabalhadora, ser sócio de uma sociedade de socorros mútuos significava a diferença entre ir para a sarjeta ou continuar vivendo, mesmo que de forma limitada, em condições não tão ultrajantes.

Essa mesma sociedade era a marcada por deferências. Pode-se perceber isso, sobretudo, pela busca desses trabalhadores em contar com a presença em seu quadro social de figuras de prestígio na sociedade baiana. Esses elementos faziam-se presentes, principalmente, na prestação de alguns serviços, como o do atendimento médico. Havia uma necessidade de aprovação social.

Por meio dos periódicos, sobretudo a *Revista*, não se observa de forma relativamente presente a perspectiva do confronto. Estar sob a guarda de uma figura imponente era, inclusive, a possibilidade de perceber por parte do Estado subvenções que subsidiassem as despesas da Associação. Observa-se isto, sobretudo, quando a entidade busca propiciar a instrução para os sócios e familiares.

Investigar a Tipográfica significou exercitar empaticamente na busca da compreensão desse fenômeno complexo que foi e é o mutualismo e o quanto representou essa agremiação para aqueles que dela faziam parte. O que se constatou é que um grupo, que não se sabe avaliar se era maioria ou não, tentou forjar uma cultura associativa entre os tipógrafos, livreiros e litógrafos de Salvador a partir de 1870, restando mensurar o êxito dessa empreitada.

Por fim, o que se pode constatar é que a investigação empreendida aqui não esgota o que as fontes encontradas ainda permitem perscrutar, outros olhares e questionamentos certamente permitirão novas reflexões.

FONTES CITADAS

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Relatórios:

Relatório de Exercício (1910-1911) da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1911.

Relatório de Exercício (1911-1912) da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1912.

Relatório de Exercício 1904 a 1905 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1905.

Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1925.

Relatório de Exercício da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, 1939.

Relatório de Exercício de 1910-1911 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia: 1912.

Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia – Tipografia América: 1925.

Relatório de Exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia: 1925.

Relatório de Exercício de 1928 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia: 1929.

Relatório de Exercício de 1937 da Associação Tipográfica Baiana. Bahia: 1939.

Periódicos:

Revista da Associação Tipográfica Baiana, n°s 8 e 9.

Revista da Associação Tipográfica Baiana, n°s 15 e 16.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, Bahia – Abril, 1903, n° 10.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, Bahia – Abril, 1903, n° 10.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, Bahia – Julho, 1902, n° 1.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, n° 10.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, nº 7.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano I, nº I, Bahia: Julho de 1902.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Setembro de 1902, Ano I, nº 3, p.52-3.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Ano II, nºs 15 e 16.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. nº 3.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil – 1930-1945*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1979.
- BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, set. 91/ago. 92.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22. BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente*. *Boletim Gráfico: órgão da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº I, Bahia: Outubro de 1916.
- BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987.
- CARVALHO, Kátia de. *As práticas editoriais do XIX e início do século XX e o papel da Associação Tipográfica da Bahia*. Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa

Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/Ba, 04 e 05 de Setembro de 2002.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002, p. 17.

CORD, Marcelo Mac. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. - . Tese (doutorado em História). Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.

Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm.

LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. In: http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf, p. 2-3.

LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 7.

MATTOSO, Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. – Salvador: Corrupio, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.), *Cultura e identidade operária*, ed. Marco Zero, 1987.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994, 258-9.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia: o Projeto Industrial de Luiz Tarquínio*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000, p. 76.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em

História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. 2. ed., ver. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. III.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. 2 ed. – Salvador: Corrupio, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*, ambos publicados no dossiê da Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

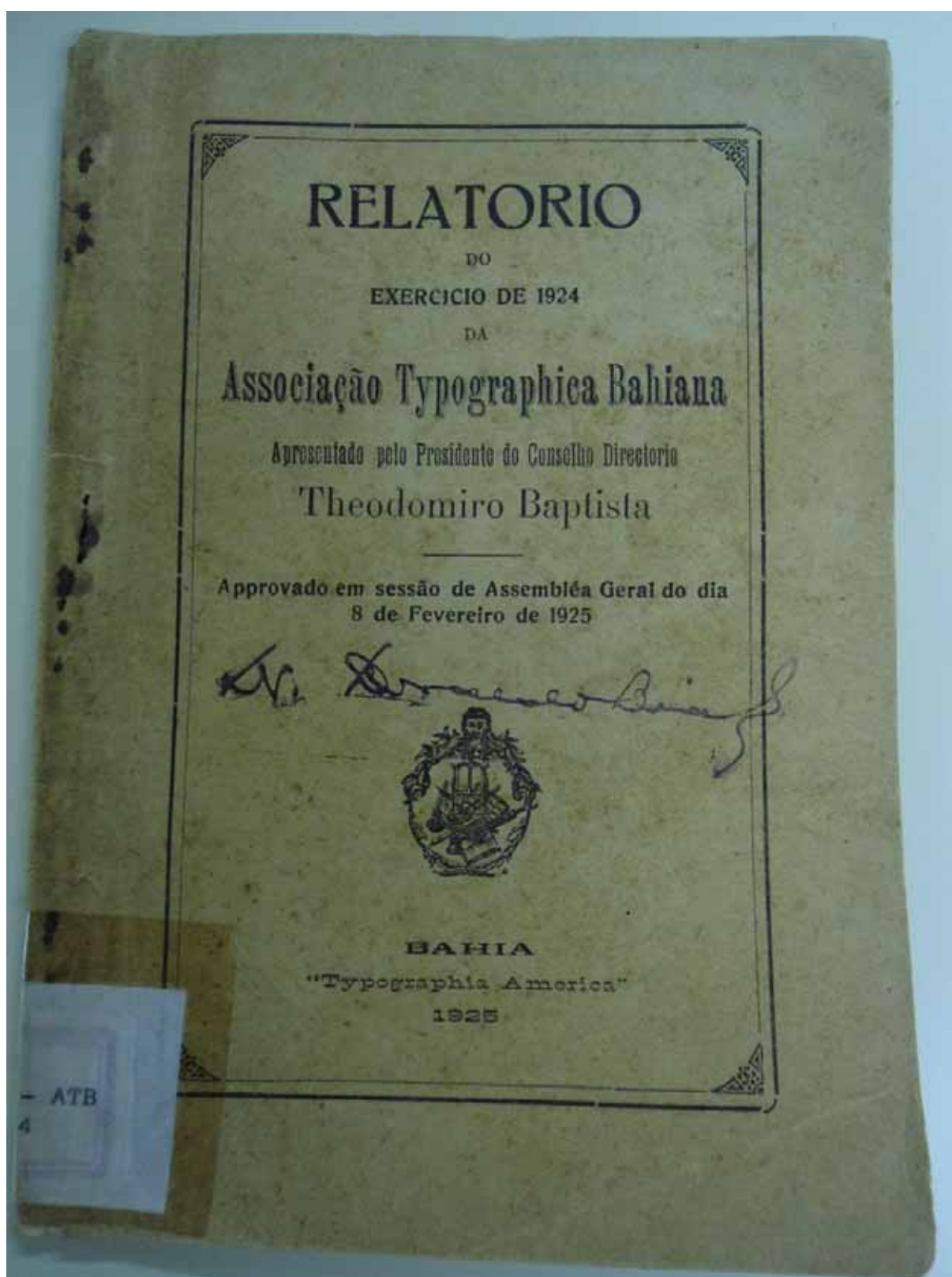
WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica da Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013, p. 230.

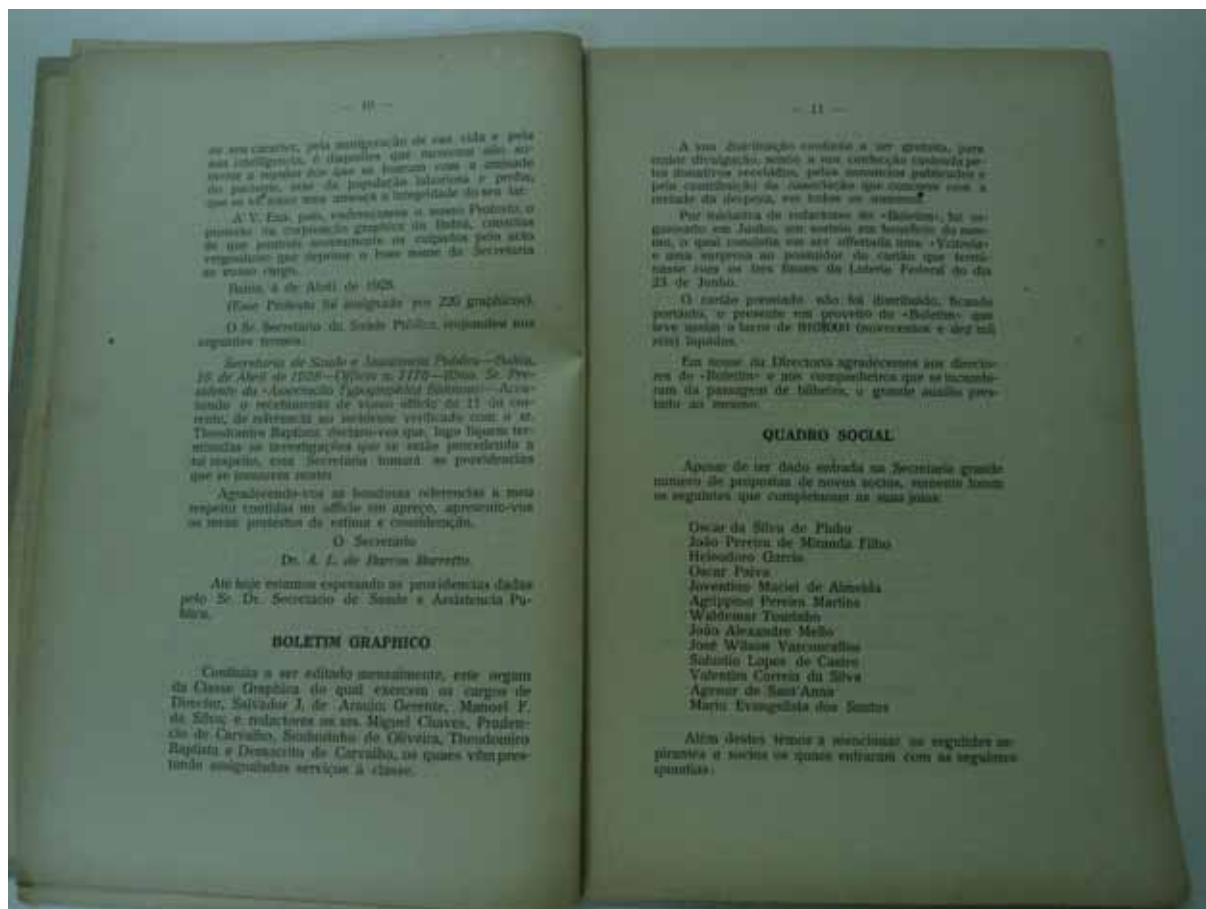
Anexo 01 – Capa do Relatório de Exercício de 1937



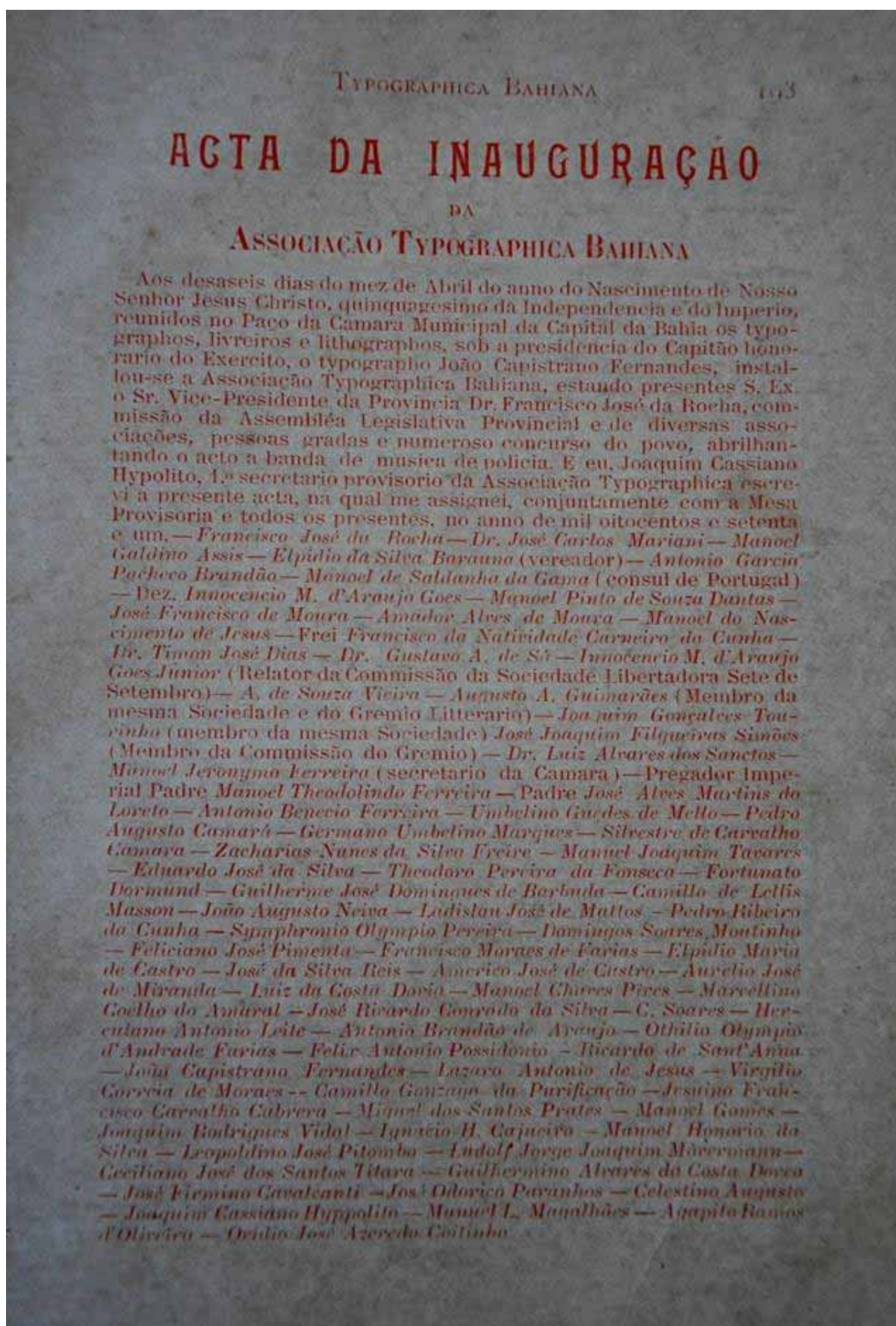
Anexo 02 – Capa do Relatório de Exercício de 1924



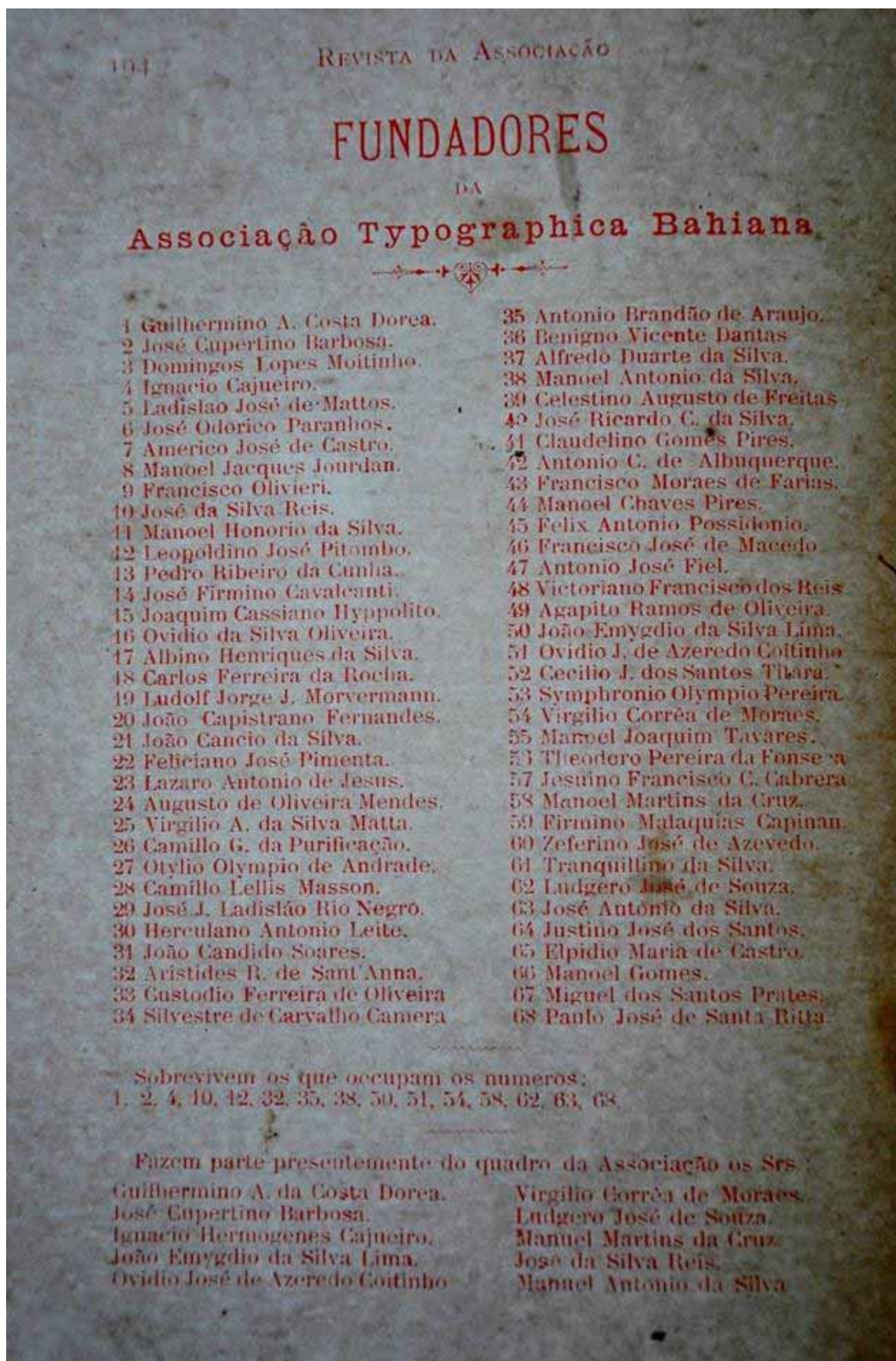
Anexo 03 – Relatório de Exercício de 1928



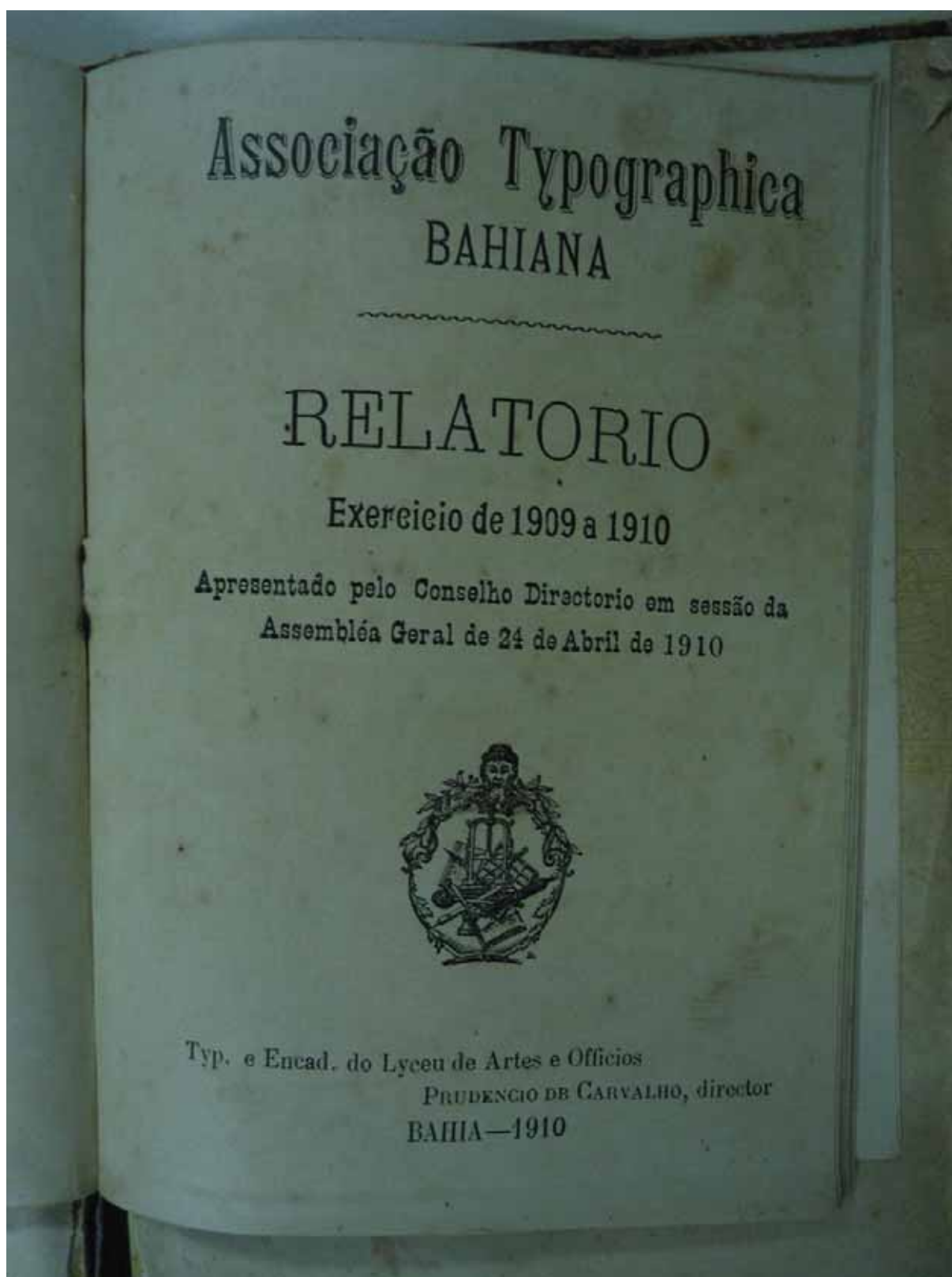
Anexo 04 – Ata da Inauguração.



Anexo 05 – Lista com os nomes dos Fundadores.



Anexo 6: um Relatório de Exercício completo.



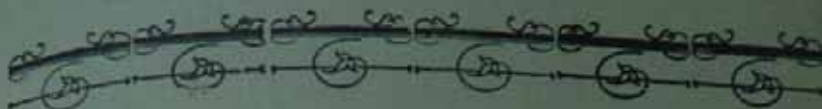
GALERIA DOS BENEMERITOS



Luiz Antonio Pereira da Silva

Entrado em 13 de Outubro de 1875.

Elevado a Ben. em 1 de Maio de 1903



Caros consócios

Nestas paginas, annualmente escriptas, quer a lei que fiqueis orientados das principaes occurrencias da Associação Typographica durante o exercicio administrativo que findou.

Deparareis na singela exposição que passamos a fazer a sinceridade que ditou as nossas acções e o esforço commum para o bom desempenho do mandato, de preferencia aos artificios de elocução e galas de estylo, pouco compatíveis com os fins capitaes desta reunião.

Todo o nosso proposito é proporcionar-vos uma idéa geral de todo o nosso movimento social.

Assembléa geral e eleição

Em 25 de Abril do anno p. p. vos reunistes em assembléa geral para ouvir a leitura do Relatorio do exercicio findo pelo presidente da Directoria e bem assim o parecer do Conselho Fiscal pelo respectivo relator.

Ambas as peças mereceram o vosso apoio, por isso que honvestes por bem approval-as. Realizada, em seguida, a eleição dos novos funcionarios, foi proclamado o resultado que vos offerecemos abaixo :

ASSEMBLEA GERAL

Presidente — João Carlos de Miranda.

Vice-Presidente — Symphoriano de Carvalho.

1. Secretário — Reynaldo Felipe da Rocha Junior.
— Luciano Deneria.

CONSELHO DIRECTORIO

Presidente — Joaquim da Silva Pinto.
Vice-Presidente — Antonio Marques Braga.
1.º Secretário — Francisco Pereira Gallo.
2.º — Antonio B. Gentil.
Oceiro — Mario Pires.
Bibliotecário — J. Prudencio F. de Carvalho.
Thesourero — Manoel Graciano Melliz.
Arbitrator — João Paulo Moreira.
Hospitalario — João Amancio Ramos.

CONSELHO FISCAL

Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho.
João Amilo Santiago.
Apollinario Francisco dos Reis.

38.º anniversario

Justante concorrida de socios e visitantes foi a festa anniversaria desta Associação realisada em 2 de Maio de 1900.

Transcrevendo, com a devida venia, a descripção della feita pelo conceituado órgão da imprensa desta capital «A Bahia», julgamo-nos dispensados de outro qualquer desenvolvimento, tal é a fidelidade de todo o occorrido nessa sollemnidade.

«ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA BAHIANA — Commemorou no domingo ultimo o 38.º anniversario de sua fundação e muito concorrida e benemerita sociedade dos artistas typographicos bahianos.

De accordo com os estatutos sociais, foi celebrada missa em acção de graças á sua padroeira Nossa Senhora da Piedade, realitzada-se esse acto religioso na igreja de S. Pedro dos Clerigos, ás 10 horas da manhã.

No edificio da sociedade, á rua do Saldaña, ás 11 horas, effectuou-se uma sessão solenne, na qual foram empousados os novos administradores da dita instituição.

Numerosa e selecta foi a assistência áquella cerimonia notando-se entre os presentes representantes do Senado, Camara dos Deputados, do Conselho Municipal, do director do Instituto Normal, o Conselho Municipal, do Armento Policial, a Sociedade Beneficente União das Classes, a Beneficente de Sant'Anna, a Obra do Caridade, Revista do Brasil e da imprensa diaria, inclusive esta folha.

Atriu a sessão o sr. João Carlos de Miranda, secretariado pelos srs. Reynaldo Rocha e Cassillo Alves da Silva.

Depois de ter o presidente exposto a fim da reunião, passou a sua cadeira ao socio fundador sr. Ovidio de Azeredo Coutinho, indo occupar o lugar do sr. Cassillo Alves.

Empousados que foram os novos elitos, fez-se entrega ao sr. dr. Góulherme Pereira da Costa, medico da instituição, na vaga do dr. Alfredo Barros, do diploma de socio honorario.

Usaram em seguida da palavra os srs. Arnulpho Oliveira e Prudencio de Carvalho, este substituindo o orador official, que, por motivo superior, não pôde comparecer.

Encerrada a sessão cerca de meio dia, foi servido profuso copo d'agua, trocando-se lealdades cordaes.

Durante a sollemnidade acima referida tocaram a banda de musica do 2.º corpo do Regimento Policial e a orquestra philharmonica Heverio do Bonfim.

Esta demorou-se no edificio da Typographica até ás 5 horas, executando bem ensaiadas peças da seu repertorio, que mereceram muitos applausos.

Finalizando esta noticia, endereçamos as nossas felicitações aos distinctos membros da Typographica Bahiana pelo auspicioso acontecimento que tão brillantemente commemorou no domingo.

Serviço medico

E nos grata noticiar-vos que, graças ao espirito caritativo de alguns apostolos do sublime sacerdocio de Hippocrates, podemos prodigalizar aos nossos associados, em todos os districtos desta capital, a prompta assistencia medica.

No corrente exercicio, o distincto e acreditado clinico Dr. Bernaldo Ramos Costa, incumbido-se do tratamento do nosso indito companheiro de directoria João Amancio Ramos, fez-o com muita dedicação e extremos cuidados, a que deu motivo a porrmos em relevo este procedimento, altamente generoso, para vosso conhecimento.

Continua assim organizado o nosso serviço medico :-

São—Dr. Antonino Baptista dos Anjos.
 Dr. Luiz Amelino da Fonseca.
 S. Pedro—Dr. Guilherme Pereira Rebello.
 Dr. Guilherme Pereira da Costa.
 Sant'Anna—Dr. Aristides Americo de Magalhães.
 Conceição da Praia—Dr. Joaquim Rodrigues Ferreira.
 Pilar—Dr. Valentin Antonio da Rocha Bittencourt.
 Rua do Prço—Dr. Aristeu Ferreira de Andrade.
 Dr. Bernaldo Ramos Costa.
 Santo Antonio—Dr. Antonio de Castro Contreiras.
 Dr. José Marques dos Reis.
 Marés—Dr. Joaquim dos Reis Magalhães.
 Victoria — Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira.
 Penha—Dr. Cleofaldo de Andrade.
 Beatas—Dr. Bellarmino Passos da Costa.

Movimento social

ENTRADAS DE SOCIOS

Felizmente, em meio de uma epocha tão cheia de desanimo e de adversidades de toda a ordem collegas vieram honrar poris em nosso convivio e que prova não ter sido inutil o apello que temos feito aos companheiros da classe.

6

GALERIA DOS BENEMERITOS



João Carlos de Miranda

Entrado em 4 de Junho de 1882.

Elevado a Ben. a 30 de Abril de 1885.

Que outros imitem estes louvaveis exemplos e venham pressurosos alistar-se nesta peleja pelo bem, e, certamente, a nossa causa receberá a sagração devida.

Eis os nomes dos novos consocios :

- 282 — Juvenal José Bahia
 283 — Theodoro da Costa Andrade
 284 — Lydio Cardoso
 285 — Manoel Moreira Ribeiro
 286 — » Petronillo Alves

Quadro geral dos socios

Socios Contribuintes e seu movimento

Existiam	140	
Entraram	5	145
Falleceu		1
Existem actualmente		144
Sendo:		
Effectivos	134	
Remidos	7	
Benemeritos	3	147

Socios Honorarios e Correspondentes

Existem		28
Sendo:		
Honorarios	25	
Bemfeitor	1	
Correspondentes	2	28

A contar de 1871, data da inauguração desta Associação, até o corrente anno, foi o seguinte o movimento de socios, conforme um quadro meticulosamente organizado pelo nosso companheiro de trabalhos Francisco Pereira Gallo, que dignamente occupa o cargo de 1.º secretario, cujo quadro vae figurar em logar apropriado, por dadiua do mesmo.

Remido

Passou a categoria de remidos de acordo com o § 2.º da art. 12 o socio Bernardo Felipe da Rocha Junior.

Sessões

Realizaram-se com regularidade as sessões do Conselho Directorio.

Tem lugar em 19 de Novembro p. p. assembleia geral ordinaria na qual foi apresentado o balanço do 1.º semestre e o respectivo parecer do Conselho Fiscal, sendo ambos approvados.

Mantem a receita do semestre em Rs. 2:502\$112 e a despesa em 1:347\$200, resultando o saldo de Rs. 1:154\$912.

Missas pelos socios fallecidos

Foi realizada em 5 de Maio na igreja de S. Pedro dos Clerigos.

Finanças

Segundo o balanço geral apresentado, a receita do exercicio attingio a Rs. 3:080\$112 e a despesa a Rs. 1:927\$219 havendo assim o saldo de Rs. 1:152\$893, da qual 300\$000 foram recolhidos a Caixa Economica do Estado.

Seguro

Continuamos a manter o seguro do predio e moveis da Associação na Companhia Interasse Publico, no valor de 15.000\$000, de accordo com as apolices no. 11.237 e 14.197, que se vencem em 9 de Abril; mas, no momento em que isto vos annunciamos já foram devidadamente renovadas.

E nos grato scientificar-vos que correrá sem onus algum o anno que finda em 9 de Abril de 1911, pois a praxe da Companhia offerece-o como premio de sete em sete annos.

GALERIA DOS BENEMERITOS



José Prudencio Ferreira de Carvalho

Entrado em 17 de Junho de 1888.

Elevado a Ben. a 30 de Abril de 1905.

Jazigos

Segundo já tendes lido nos jornaes locais, ainda se acha em estudo e discussão por parte da Hygiene Municipal, o assumpto referente a rotação do prazo das inhumações, havendo propostas para os prazos de abertura laixarem de 5 a 3 annos, como era uso consagrado. Nada ficou assentado a respeito, o que certamente nos causa grande embaraço, pois assim não poderemos determinar com segurança, o quanto devemos cobrar pelos jazigos que cedemos aos não associados.

A renda bruta no exercicio dos jazigos foi de 770\$000.

Foram caídos e feitos outros reparos para a visita em 2 de Novembro, o que importou em Rs. 45\$000. As tapagens custaram 63\$000. Foi pago o foro annual de 19\$200 referente ao anno de 1909.

Predio social

Era imprescindivel a pintura do frontal do predio, pelo que realisamol-a, como já verificastes. Outros reparos foram feitos no telhado e a substituição do reboco do corredor da entrada e pintura respectiva, attingindo tudo a Rs. 179\$000.

A loja resentia-se, tambem de uma limpeza geral, a qual foi feita com o despendio de Rs. 65\$300.

Imprensa

Alem da remessa que fazem de suas edições, continuam a inserir gratuitamente os avisos e publicações que necessitamos as empresas do *Jornal de Noticias*, *A Bahia* e *Diario de Noticias*, ás quaes, não regatearemos aqui os nossos agradecimentos, bem que já tivésseis galardeado-as como o titulo de socios honorarios. Convem entretanto esclarecer-vos que das empresas da *Gazeta do Povo* e *Diario da Bahia*, apenas fomos favorecidos neste exercicio com a remessa de suas edições, o que muito lhes agradecemos.

Bibliotheca

Dia a dia sentimo-nos intimamente satisfeitos do serviço que presta a nossa bibliotheca aos dignos associados.

Anão é que é procurado sempre nos dias de abertura por muitas pessoas e é regular o movimento de retirada de livros para leitura em domicílio.

Alguns objectos foram feitos neste exercício, para o seu aumento, e que serão registado na parte respectiva.

Durante 154 dias de abertura, visitaram-na 1.044 pessoas, sendo retiradas 128 obras, para leitura em domicílio.

Ja houve o armário que faltava para completar o local que é ocupado por ella, no que despendemos Rs. 49\$00.

Offertas

Mencionamos as seguintes:

Pelo sr. João Amancio Ramos, 16 obras sendo 8 em-
endadas, 8 em brochuras e 20 folhetos diversos.

Pelo sr. Tracina Ramos dignissimo 1.º Official do Co-
legio Gend. 10 volumes de obras e 20 folhetos diversos.

Pelo sr. Lydio Cardoso, 6 obras em brochura.

Pelo Pharmaceutico Domingos de Oliveira, 10 volumes
emendados.

Pelo sr. Bibliothecario o Sr. Prodrancio de Carvalho,
3 volumes de obras diversas.

Pelo sr. Antonio Rangel e Alfredo Tupinambá, 2 vo-
lumes cada um.

Pelo sr. Manoel Melia, José Magalhães, Apollinario
Rios e Benedito Castro 1 volume cada um.

Pela Redacção da Revista Juridica 17 volumes de
mesma.

Mes da Revista Ecclesiastica 10 volumes.

Pelo sr. 1.º Secretario, Francisco Pereira Gallo, 20
obras diversas.

Estas ligas traco é que ocorreu durante o periodo
da nossa gestão.

Cumpre-nos agora agradecer-vos a cordia e
tendes nos depositado e consignar-vos os mesmos pela
cominação da 29.ª sessão da comissão de inauguração
Bahia, 24 de Abril de 1910.

Joaquim de Santa Fe.
Antonio Marques Zampi.
Mário Fuen.
Francisco Pereira Gallo.
Antonio R. Gend.
Manoel Gesteira Melia.
Prodrancio de Carvalho.
João Paulo Moraes.

GALERIA DOS FUNDADORES



Augusto de Oliveira Mendes

Fal. a 5 de Maio de 1898

Balanço geral da Receita e Despeza da Associação Typographica Bahiana em 31 de Março de 1910.

Receita

Mensalidades	795\$000	
Jotas de entradas de 5 socios	100\$000	
Diplomas e distinctivos idem	20\$000	915\$000
Jazigos cedidos a diversos		770\$000
Alugueis da loja		300\$000
Ju os:		
Accões Banco Auxiliar das Classes	450\$000	
Accões do Banco Economico	138\$000	
Apolices federaes	50\$000	
Apolices estadoaes 2 semestres	600\$000	1:238\$000
		3:223\$000
Saldo anterior		757\$112
		<u>Rs. 3:980\$112</u>

Despeza

Pensões as viúvas e menores	1:168\$000	
Auxilios aos socios que enfermaram	221\$302	
Medicamentos idem	63\$300	
Funeral do socio João Amancio Ramos	70\$000	1:522\$602
	64\$000	
Tapagens dos jazigos		
Caiadura dos jazigos e outros reparos de conservação	45\$000	
Fôro do terreno occupado pelos mesmo as Quintas	19\$200	1:28\$200
Gasto de gaz e aluguel do contador		48\$157
		79\$500
Porcentagem de cebranças		400\$000
Factura do armario para a Bibliotheca		<u>2:178\$459</u>

Transporte		2.178.850
Quota para a festa do aniversário	100.000	
Compro. da Revista Fun-Fun	47.400	
Reforma das apólices do seguro	528.000	
Pintura do frontal do prédio,		
compartimentos, grades, portas		
do salão; renovação do re-	179.000	
lêdo da entrada		
Compra de toda a lã, cons-		
trução de novo fogão com		
torrões de ferro e outros re-		
quisos	67.300	
Despesa para armar o salmão	28.300	
Quanto do feijão	88.000	25.480,00
Fatura de 1 bandeira com as		
armas da Associação		80.000
Fitas, pães, bolos, desfiles,		
lanças, ossos, lavagem e ou-		
tras despesas minúsculas		56.500
		2.747.850
Recebido a Caixa Economica		
do Estado	300.000	
Saldo que passa para o novo		
exercício	932.850	1.202.850
		3.950.700

Fundo social	
Patrimônio	
Apólices estaduais	*10.000.000
Apólices federais	*12.000.000
	*2.000.000
Ações do Banco Auxiliar das	
Classes	*2.500.000
Ações do Banco Economico	*3.000.000
	10.000.000
Imóveis nas Quintas dos Lazares	
Móveis e utensílios	*25.750.000
Biblioteca	2.115.000
	2.382.000
Quanto na Compagnie d'Elec-	
trique	
Caixa Economica Federal - em	
caderneta	2.575.000
Caixa Economica Estadual - em	
caderneta n. 10.000	2.500.000
Em caixa	30.000
	4.000.000
	14.000.000

Bahia, 31 de Março de 1910.

Michel Guedes Mello.

Presidente

GALERIA DOS FUNDADORES



Virgílio Correia de Moraes

Fal. a 8 de Agosto de 1903

DISCURSO

Pronunciado pelo sr. Prudencio de Carvalho,
orador da Associação Typographica Bahiana,
na sessão solemne commemorativa do 38.^o
anniversario, em 2 de Maio de 1909.

Meus senhores!

A minha presença neste elevado posto, não deveis interpretar sinão como o cumprimento de um dever que me é imposto pela força de imperiosa necessidade.

Obrigado, por lei, a substituir o orador official nesta solemnidade, bem comprehendeis que não me poderia excusar sinão faltando ao compromisso contrahido.

Dest'arte, não levareis a mal a rudeza da minha palavra, a impropriedade de phrase desataviada de ornatos, deshabituação, como sempre fui, á pratica e ao jogo da tribuna, pois que me arrasta aqui apenas os deveres do cargo que desempenho no seio desta instituição.

Como sabeis a Associação Typographica commemora hoje, entre flores e esperanças, o seu 38.^o anniversario de fundação.

Data memoravel e auspiciosa esta em que vem plantar glorioso marco nos fastos das artes graphicas entre nós, como passo a expor:

Desde 1837 predominou a idéa da criação desta fecunda e utilissima instituição, sendo bem fundada a presumpção de que o movimento revolucionario desse anno contribuisse para que ella não fosse logo levada a effeito.

Houve mais duas tentativas, uma das quaes, em 1857, por iniciativa do inolvidavel typographo Eduardo Daniel Galvão que, com o auxilio dos seus collegas Ladislau José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Eustaquio José de Souza, reunio numa sala da typographia do sr.

Francisco Guerra, no Beco do Tirachapim, mais de trinta typographos, sob a presidência do sr. Lucídio de Souza Mexarandas, para a instalação do conselho provisório que devia reger os trabalhos até o dia da inauguração da sociedade.

Nessa reunião, foi elita uma commissão composta dos srs. Daniel Galvão, Firmino Guimarães, D. Alvaro de Sá, Baltazar da Silva, Albino Henriques da Silva e D. Baltazar da Silva, para elaborar o projecto de estatutos.

Daniel Galvão, porém, apressou-se em apresentar os bases dos estatutos, suscitados depois pela commissão.

Por motivo que ignoramos não proseguiram os trabalhos tão auspiciosamente iniciados.

Entretanto, Daniel Galvão não emporeceu, lutou, lutou-se tenazmente para que a victoria fosse mais gloriosa.

Finalmente, a convite dos srs. Domingos Francolino da Silva, Eduino Daniel Galvão e Joaquim Casanova Hippulito, reuniram-se no dia 30 de Outubro de 1870, na sala das sessões da Sociedade Moisés-Pio dos Artífices que então funcionava no Beco do Archêpo, mais precisamente installada em prédio proprio contíguo ao docto Associação diversos typographos, no proposito de crear uma associação de socorros mutuos, denominada—Associação Typographica Bahiana, principalmente para amparar os seus associados na falta de trabalho, na indigência e na velhice.

A essa reunião outras seguintes compareceram varios membros das classes graphicas, entre os quaes sobretudo ainda, sem nome associados os srs. Hormino Porto, Manoel Martins da Cruz, Guilherme Alvares da Costa Pires, Ludgero José de Souza, José da Silva Reis, Ovidio José de Azeredo Coutinho e João Evangelista da Silva Lima; e não associados os srs. Antonio Brandão d'Arango e Antonio Tertuliano Esteves.

Successivas outras reuniões em que se discutiram os estatutos, e finalmente em 16 de Abril de 1871, após mais solemnidade em sessão de graça, celebrada na igreja dos religiosos franciscanos, reuniram-se os socios fundadores.

GALERIA DOS FUNDADORES



José Cupertino Barbosa

Fal. a 28 de Outubro de 1933

dores no edificio do Paço Municipal e, em presença do sr. vice-presidente da então provincia, Dr. Francisco José da Rocha, de varias commissões de outras associações, pessoas gradas, e de numeroso concurso de povo, foi inaugurada a nossa Associação com 68 socios.

Presidiu a sessão inaugural o Dr. Francisco José da Rocha, falando nessa occasião os delegados das outras sociedades, congratulando-se com os promotores daquelle festa, sendo o acto abrilhantado pela musica do corpo de policia.

Dessa cerimonia foi lavrada uma acta especial em rico album de velludo, com frisos doirados, offerta do socio Manuel Honorio da Silva, o qual ainda conservamos, pois o vereis figurando na mesa dos trabalhos desta assembléa para assignatura dos dignissimos visitantes e termos de socios e dignificados.

D'ahi em diante começou a Associação o seu peregrinar. Teve dias cheios de vicissitudes e desanimos, mas á sua frente achando-se apostolos decididos e compenetrados do valor da causa que esposaram, taes como, dentre outros, os srs. Luiz Antonio Pereira da Silva, Virgilio Correia de Moraes e João Carlos de Miranda, o primeiro destes, ha tempos ferido pelo infortunio, o segundo já fallecido, e o terceiro que preside neste momento os trabalhos desta magna assembléa, com taes elementos pôde ella, vencer todos os perigos e revezes até hoje, depois de dolorosa e larga jornada.

Trinta e oito annos decorridos, confortando a viuvez e a orphandade, levando a consolação e o conforto ao que se estorce no leito do soffrimento!

Que jornada sublime e abnegada!

Que estrada juncada de flores, de benções e de proveitosos ensinamentos!

Por isso, meus senhores, a Typographica revendo hoje o seu passado, esquecendo as agruras do caminho, sente-se feliz em receber as saudações que vindes hoje trazer-lhes nesta significativa solemnidade.

Já alguma cousa tem conseguido em desempenho do programma traçado.

Além da parte benfazejante que tem sido melhorada, já possui para instrução e recreio de seus associados uma regular bibliotheca.

Por isso ella implora a todos os trabalhadores do Livro que não lhe neguem o concurso que lhe devem prestar. Anualmente precisa de novo alento para o desempenho cabal de sua missão e espera merecer o apoio dos cooperadores das artes graphicas.

E aos que estão congregados, aos que concorrem com a sua escriptura para que perdure este grandioso monumento do saber e do bem, eu direi:

Continuem, pois, unidos e congregados pelos mesmos sentimentos a abrigar-nos dos reveses do infortunio, no sào remanso desse refugio de esperança a que o Evangelho empresta o doce nome de Caridade, para que as lágrimas, os desalentos e as magoas extremas das nossas famílias desabrochem em gratidão, em contentamento e em risos de consólio.

Cabe-me agora agradecer, em nome da Associação Typographica, humilmente pehorada, a todos quantos aqui vieram honrar a nossa modesta festividade, quer em seu nome pessoal, quer representando sociedades ou indís, particularizando as distinctas senhoras que com suas presenças vem-lhe dar vida e animação.

A apreciada e caprichosa philharmonica Recreio do Boticão, que veio emprestar verdadeiro brilho e realce a esta solemnidade, executando o que tem de melhor no seu magnifico repertorio, e a lenda do 2.º corpo do regimento policial queiram aceitar com os nomes appiaes a gratidão parente e insupragavel pelos gentilezinhos e desinteressados concursos com que abrihantaram esta festa.

Não devemos tambem olvidar os que ficaram á margem do comitê, incitándo-nos a proseguirmos em missão tão nobilissima.

Sobre suas campas, depositamos brancadas de flores, de encosta com as nossas preces e saudades.

Senhores: Antes de concluir, tenho a grata satisfação

de referir-me a um facto que gravemente machucou os sentimentos altruisticos desta associação.

Como testemunhas, e assumidas para o acto de conferir o titulo de socio honorem ao distincto e humanitario fiantissimo Sr. Guilherme Frenco da Costa, nome já abençoado pela alma nobilissima desta terra, as suas humanissimas e caridosas ideias de carar as necessidades. Vem, o desinteressado apostolo da ciência incorporar-se a pleiade generosa de outros tão nobres dedicados discipulos de Hippocrates, auxiliar grandemente a esta instituição na sua parte mais essencial — qual da beneficencia, auxiliando, na moléstia e na convalescença dos nossos associados.

Em nome da Associação Typographica soudo formalmente ao humanitario medico e congregado em sua as suas distinctas compaheiras pelo serviço que nos vem prestar, o Sr. Sr. Sr. Guilherme Costa, que tão dignamente representa o povo no seo do conselho municipal.

Depois disto, sejam os meus attentos parabens os votos que faço por que a Typographica se veja cada vez de anno a anno de maior numero de associados e com esse vigoroso concurso possa realisar os grandes idees consagrados no seu magno estatuto.

Tendo dito.



GALERIA DOS HONORARIOS



Dr. Alfredo Ferreira de Barros

Fallecido

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Meus caros consócios:

Nós abaixo firmados, membros do Conselho Fiscal, comparecemos a sede social no dia 21 do corrente, a convite da Directoria, firmado pelo 1.º Secretario, para exame de todo o movimento social findo em 31 de Março p. passado e para dar o respectivo parecer conforme preceitua a nossa lei magna no seu art. 72.º 2.

Procedemos de facto a esse exame e notamos asseio na escripturação, accusando o balanço geral o seguinte movimento: Receita Rs. 3:980\$112 e a Despesa Rs. 2:747\$259, tendo sido recolhido a Caixa Economica do Estado Rs. 300\$000, passando um saldo para o novo exercicio de Rs. 932\$853.

O fundo social que accusava no exercicio p. passado Rs. 68:175\$321 foi augmentado com Rs. 1:000\$744 representando a quantia de Rs. . . . 69:176\$062.

Beneficencia com os socios emfermos Rs. 284\$312, pensões ás viúvas e menores 1:168\$000.

Os jazigos da Quinta dos Lasaros accusaram a seguinte renda Rs. 770\$000, inclusive as despesas de tapagem, etc. o que vem a ser uma diminuta porcentagem de $2\frac{1}{2}$ % quasi, tomando por base o seu capital e descontando-se as despesas.

A Bibliotheca tendo passado por melhoramentos indispensáveis a seu funcionamento, está merecendo regular procura, o que se vê do seguinte apuramento:

Dias de abertura—184. Visitantes—1,044. Obras retiradas—138. Idem existentes—1914.

É grande o numero de-las fallando ainda occiden-
temente.

Filtra-se neste exercicio 5 collegas ao novo grupo, que continua sempre crescente, em apoio para dar margem ao seu desenvolvimento.

—O nosso prédio passou por um pequeno assento externo, o que já estava reclamando a sua boa conservação.

—Agradecendo o honroso encargo que nos foi confiado, fazemos votos pelos progressos e desenvolvimento desta humanitaria Sociedade.

Concludo, somos de parecer que sejam apresentados a Relatorio e outras apresentadas pelo digno Conselho Directorio eijos menhrms. Do intercedimento ficam recolhidos por esta illustre Assembléa.

Bahia, 24 de Abril de 1910.

Manoel A. Ferreira de Carvalho
Appollinario Francisco dos Reis
João Amélia Santiago

Associação Typographica Bahiana

RELATORIO

Apresentado pelo Conselho Directorio em Assembléa
Geral de 23 de Abril de 1912
e na mesma unanimemente approvado

EXERCICIO DE 1911 a 1912



Tip. e Lit. de Lavoura de Artes e Officinas
PRUDENCIO DE CARVALHO, director
BAHIA — 1911